DESDE 1932
EDIÇÃO 25.065

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, terça-feira, 23 de abril de 2024 | R$ 3,50

Decisão sobre dívida com a União pode ir além do governo Zema

Na última sexta-feira, o ministro Nunes Marques, do STF, concedeu nova prorrogação de 90 dias

Os sucessivos adiamentos do pagamento da dívida de Minas Gerais com a União concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sinalizam que motivações diversas, entre elas a politização do assunto, podem estender a solução do problema por mais tempo do que a atual prorrogação, de 90 dias, concedida pelo ministro Nunes Marques, na última sexta-feira (19). Dependendo da aprovação de um projeto de lei (PL) complementar que abarque todas as Unidades Federativas, o imbróglio pode, inclusive, ficar para a próxima gestão estadual, a partir de 2027.

Economistas consultados pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO avaliam que fica muito difícil uma solução no curto prazo e citam a falta de consentimento entre os interlocutores na construção do PL. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), disse que o PL será enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso ainda. Pág. 3

GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Sucessivos adiamentos do pagamento da dívida com a União sinalizam motivações diversas, entre elas, a politização

Log vende ativos de Betim e de Salvador por R$ 509 mi

A Log Commercial Properties concluiu a venda de mais dois condomínios logísticos para o fundo de investimentos imobiliário do banco BTG Pactual. O montante alcançou R$ 509,7 milhões.

Os ativos negociados foram o Log Betim Via Expressa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por aproximadamente R$ 169,9 milhões, e o Log Salvador, por R$ 339,8 mil. Esta foi a terceira negociação entre a Log e o BTG Pactual. Assim como nas transações anteriores, a empresa mineira mantém a execução dos contratos de gestão e administração dos condomínios vendidos. Pág. 9

EDITORIAL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, parece ter jogado a toalha, reconhecendo finalmente que o ajuste fiscal ficará para adiante. Foi o suficiente para que o mercado, se agitasse, cuidando de fazer lembrar em primeiro lugar que adiar o ajuste das contas públicas significa, e só para começar, que os juros permanecerão nas alturas. E sensibilidade é o que parece não existir no Senado, mais especificamente na sua Comissão de Constituição e Justiça, que no mesmo momento produziu o milagre de ressuscitar o "quinquênio" para o Judiciário. Assim a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vai agora ao plenário onde dificilmente deixará de ser definitivamente aprovada. Evidentemente que ao ministro da Fazenda, duramente criticado por decisões que tudo indica não foram suas, ninguém se lembrou de indagar de onde virão os fundos para suportar os novos gastos. Da mesma forma que não ouviram, ou não consideraram, os relatos sobre o tamanho do buraco do déficit público ou como esta situação compromete a marcha da economia. Pág. 2

ADOBESTOCK

Cidade do Centro-Oeste do Estado aposta em desburocratização para atrair empresas

Divinópolis atrai 10 mil novos negócios em três anos

Cidade do Centro-Oeste de Minas Gerais vem apostando em desburocratização dos processos para atrair empresas. Desde janeiro de 2021, surgiram mais de 10 mil novos negócios. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Turismo conseguiu mapear cerca de R$ 180 milhões em investimentos com expansão e instalação de empresas. Pág. 11

Fertilizante orgânico vai chegar aos parques de BH

Copasa, Transplantar Tree e a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de BH assinam hoje acordo para o uso de fertilizante orgânico em parques e jardins. O insumo vem sendo produzido com lodo proveniente de estações de tratamento de esgoto (ETE) da Copasa. Pág. 14

FERNANDO FERNANDES / PBH

Insumo orgânico da Copasa vai ser utilizado em mudas

Livrarias físicas resistem no Brasil e ganham fôlego, diz ANL

Hoje, Dia Mundial do Livro, o DIÁRIO DO COMÉRCIO apresenta uma reportagem que aborda que as livrarias de rua têm papel imprescindível no universo da leitura. Em Minas, são atualmente 353. Mesmo assim, o Estado ocupa o segundo lugar no *ranking* de maior número, diz ANL Pág. 15

ADOBESTOCK

Associação Nacional de Livrarias (ANL) está otimista

ARTIGOS

Fábrica da MSD no Norte de MG será fechada

Multinacional especializada na produção de medicamentos veterinários, a MSD Saúde Animal anunciou o encerramento das operações em Montes Claros, no Norte de Minas, até o fim deste ano. Com isso, mais de 450 postos de trabalho, entre empregos diretos e indiretos, serão extintos. O impacto na economia local deve ser a perda de R$ 2,5 milhões em arrecadação de ICMS.

A decisão, segundo a empresa, é a "necessidade de se adaptar à rápida evolução da indústria farmacêutica" no mercado global. O secretário de Desenvolvimento Econômico, Edilson Torquato, lamenta a perda, mas ao mesmo tempo está otimista que a fábrica seja transferida para outro grupo. Pág. 16

Dólar - dia 22		
Comercial	Compra: R$ 5,1680	Venda: R$ 5,1690
Turismo	Compra: R$ 5,2100	Venda: R$ 5,3900
Ptax (BC)	Compra: R$ 5,2037	Venda: R$ 5,2043

Euro - dia 22		
	Compra: R$ 5,5399	Venda: R$ 5,5410

Ouro - dia 22	
Nova York (onça-troy):	US$ 2.325,78
BM&F (g):	R$ 390,66

Indicador	Valor
TR (dia 23)	0,0514%
Poupança (dia 23)	0,5517%
IPCA-IBGE (Março)	0,16%
IPCA-Ipead (Março)	0,52%
IGP-M (Março)	-0,47%

Inovação e eficiência no campo

LUCIANA MIRANDA*

No limiar entre tradição e inovação, o setor do agronegócio confronta-se com a urgência de uma transformação que é tanto cultural quanto tecnológica. A digitalização, longe apenas de deixar mais moderno os processos estabelecidos, representa a reinvenção da produtividade agrícola. Estamos testemunhando uma era onde a inteligência artificial, o big data e a internet das coisas (IoT) não são mais termos reservados para o lado urbano das cidades, mas são, de fato, a nova realidade do campo.

Segundo o Banco Mundial, o setor é responsável por 10% do PIB dos países da América Latina. Só no Brasil, já representa 24,4% do PIB, estimado em R$ 2,63 trilhões (Cepea/CNA). E parte desse resultado pode ser atribuído à inovação.

Desde a década de 70, o agronegócio no Brasil se destacou por adotar a prática de duas safras anuais, um marco inicial em sua trajetória de inovação. Essa evolução não se deu apenas pelo avanço no maquinário, mas também pelo significativo investimento em pesquisa e desenvolvimento, culminando em um impressionante aumento de 59% no valor bruto da produção agrícola.

A ascensão é marcada por um incremento médio anual de 1,4% na eficiência (Brasil, 2021), resultado principalmente da redução do uso do solo e da incorporação intensiva de tecnologias avançadas.

Digitalização e produtividade agrícola - O agronegócio está vivenciando uma era de disrupção tecnológica, a digitalização, embora inicialmente possa parecer distante do contexto rural, tem demonstrado um alinhamento natural com as necessidades do campo. Implementações digitais estratégicas têm proporcionado um aumento médio de 20% na eficiência operacional, enquanto a otimização de recursos tem levado a uma redução de custos que pode chegar a 30%, segundo projetos recentes em que eu tive a oportunidade de participar.

Com o emprego de ferramentas avançadas, o setor tem testemunhado melhorias notáveis tanto em termos de produção quanto na gestão sustentável de recursos.

Projetos de implementação de sistemas de monitoramento de combustível baseados em IoT, por exemplo, têm mostrado ganhos significativos na eficiência do uso de recursos que resultam em uma redução de 25% no consumo de combustível por meio de otimização logística e prevenção de desperdícios. Uma boa taxa de economia, considerando que o combustível é um dos maiores custos variáveis na operação agrícola.

Impacto na redução de custos - Mas nem tudo são flores. O agronegócio enfrenta desafios únicos em termos de conectividade e acesso a informações em tempo real. De acordo com o Agtech Report 2023, 73% das propriedades rurais brasileiras não têm acesso à internet.

Por isso, soluções como aplicativos assíncronos que funcionam *offline*, por exemplo, atuam bem neste cenário. Estes, não só permitem o acesso a informações críticas e gestão de tarefas, como também aprimoram a comunicação entre as frentes de trabalho, resultando em melhor planejamento e execução das operações agrícolas.

Atualmente, existem, por exemplo, projetos que envolvem soluções de pagamento digital integradAo e sistemas de crédito simplificados que permitiram às operações agrícolas uma diminuição em seus ciclos de pagamento e recebimento em 35%, aumentando a liquidez e reduzindo a necessidade de capital de giro. Essas plataformas também têm proporcionado uma economia direta em taxas de transação e custos administrativos, com relatórios apontando uma diminuição de até 40% nestes itens.

Os dados não mentem: a digitalização não é apenas um complemento ao agronegócio — ela é um componente crítico, um verdadeiro divisor de águas que amplia horizontes e abre caminho para um futuro onde eficiência e sustentabilidade caminham lado a lado.

Com ganhos expressivos em redução de custos e melhorias de eficiência, a transformação digital se estabelece como a chave para um agronegócio resiliente, próspero e mais competitivo.

É um convite à mudança de paradigma, uma revolução que transcende as barreiras tradicionais do campo. No centro dessa revolução, existe a possibilidade de uma conectividade sem limites, uma rede de informações que permeia cada hectare, cada operação, cada decisão. Enquanto avançamos em direção a esse futuro, o tempo de resistência ficou para trás; é hora de alavancar a mudança, de liderar a evolução. Este é um ponto de virada para a transformação.

**VP e CMO da AP Digital Services*

Melhor ser disciplinado que motivado

PAULO DE VILHENA*

A falta de produtividade, problema tão comum entre as equipes e os líderes, está ligada ao esforço sem alavanca, sem um impulsionador. Contudo, é importante analisarmos outra questão que aflige pessoas ao redor de todo o mundo: a motivação e o engajamento das equipes no trabalho.

Um estudo global realizado pelo Gallup, em 2022, mostrou que apenas 21% dos profissionais do mundo se sentem realmente engajados com o trabalho. Na minha visão, este é um resultado que reflete um grande desalinhamento entre os objetivos da organização e a sua relação com os profissionais responsáveis por operacionalizar o dia a dia.

Quando empresários me procuram em busca de respostas sobre como motivar a equipe, eu costumo fazer uma pergunta: o que faz você perceber que há falta de motivação? Na maioria das vezes, suas falas estão em linha com a falta de velocidade na execução das atividades. Para mim, isso não é problema de motivação, e sim de direcionamento e estrutura de trabalho.

A primeira coisa que precisamos ter claro é que não adianta ter motivação se estivermos no caminho errado. Eu sempre digo que prefiro alguém que vai no caminho certo e devagar, do que alguém que vai no caminho errado altamente motivado a fazer as coisas muito deprAessa.

Obviamente que, se eu for capaz de colocar a pessoa no caminho certo e depois a incentivar a ir um pouquinho mais depressa, é melhor ainda, mas este é outro passo. A segunda coisa que eu gosto de trazer é que motivação, para mim, é aquilo que nos faz sair da inércia e começar projetos.

A motivação faz com que a gente se inscreva na academia, procure um nutricionista para ter um plano alimentar melhor, inicie um novo projeto na empresa, defina um objetivo para a carreira etc.

Contudo, não é a motivação que nos faz atingir o resultado. Para isso, precisamos de disciplina, ou seja, precisamos ser capazes de aparecer para fazer o que tem que ser feito consistentemente, mesmo quando não nos sentimos motivados para tal. Ninguém está motivado todos os dias o tempo todo.

Por isso, o desafio das organizações é construir um ambiente que estimule o comprometimento e o engajamento de todos com determinadas práticas diárias que, justamente por serem implementadas de maneira consistente, farão o resultado desejado aparecer.

Quando o ser humano entra numa organização para trabalhar, o seu interesse básico não é aumentar o lucro dessa organização ou empresa, mas satisfazer necessidades pessoais de ordens diversas. Se ele não encontrar no trabalho meios de satisfazer as suas expectativas e de atingir as metas principais da sua existência, ele não se sentirá numa relação de troca, mas de exploração.

Como líderes, nosso papel é equilibrar essa dinâmica para que não apenas as atividades sejam realizadas com qualidade e no nível necessário, mas também que gerem realização pessoal para todas as pessoas que fazem parte da empresa. Por isso mesmo, é importante conhecer o perfil de cada pessoa da equipe para perceber o que cada colaborador busca e como esse objetivo pessoal pode ser transposto na sua rotina profissional.

A lição fundamental que podemos extrair desse debate sobre motivação e disciplina é a seguinte: a motivação pode nos impulsionar a começar, a dar o primeiro passo em direção aos nossos objetivos, mas é a disciplina que nos leva até o fim da jornada. Portanto, deixo meu convite para que você cultive a disciplina e permaneça consistente e comprometido com seus objetivos, mesmo nos dias em que a motivação está em baixa.

**Especialista em aceleração de resultados empresariais e autor de Alavancagem (DVS Editora)*

DIÁRIO DO COMERCIO
Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Universo paralelo

O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, parece ter jogado a toalha, reconhecendo finalmente que o ajuste fiscal ficará para adiante. Foi o suficiente para que o mercado, portador de sensibilidade seletiva, se agitasse, cuidando de fazer lembrar em primeiro lugar que adiar o ajuste das contas públicas significa, e só para começar, que os juros permanecerão nas alturas. Sem querer, ou querendo, dando a pista de onde exatamente se acomodam os interesses que não podem ser contrariados. Sensibilidade que parece não existir no Senado, mais especificamente na sua Comissão de Constituição e Justiça, que no mesmo momento produziu o milagre de ressuscitar o "quinquênio" para o Judiciário. Assim a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vai agora ao plenário onde dificilmente deixará de ser definitivamente aprovada.

Dessa forma, os senhores juízes, magistrados e promotores receberão, a cada 5 anos, mais 5% nos seus proventos, até o limite de 30%, tudo isso sob as bênçãos do Supremo Tribunal Federal (STF) que acolheu o que chama de "demanda histórica" da associação dos magistrados. Tudo certo, tudo bem, desde que convenientemente questões éticas não sejam lembradas, muito menos o tamanho da conta que estará sendo pendurada no saco sem fundos – literalmente – do Tesouro Nacional. Ou, e como sempre é possível piorar, que a decisão adotada produzirá dois efeitos paralelos e igualmente perversos. Primeiro, alguns salários no Judiciário poderão romper o teto legal, devidamente registrado na Constituição e, segundo, poderá produzir um efeito cascata incontrolável.

> *Evidentemente que ao ministro da Fazenda, durante criticado por decisões que tudo indica não foram suas, ninguém se lembrou de indagar de onde virão os fundos para suportar os novos gastos*

Evidentemente que ao ministro da Fazenda, durante criticado por decisões que tudo indica não foram suas, ninguém se lembrou de indagar de onde virão os fundos para suportar os novos gastos. Da mesma forma que não ouviram, ou não consideraram, os relatos sobre o tamanho do buraco do déficit público ou como esta situação compromete a marcha da economia. Nada de fato parece importar para aqueles que, no dizer de um grande empresário brasileiro, simplesmente sequestraram o Estado brasileiro, transformando em privado o que obrigatoriamente não poderia deixar de ser público.

Tudo à luz do dia, às claras, como se não houvesse nada a ser escondido ou disfarçado. De alguma forma trazendo às mentes mais esclarecidas as imagens daquela mulher que, no Rio de Janeiro, levou um morto ao banco na esperança de realizar operação de crédito em nome dele.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio, Rafael Tomaz
Clério Fernandes, Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso... R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

DÍVIDA DE MINAS

Solução pode ficar para o próximo governo

STF prorrogou o vencimento do débito em mais 90 dias; politização do tema limita acordo entre União e Unidades Federativas

MARCO AURÉLIO NEVES

Os constantes adiamentos do pagamento da dívida de Minas Gerais com a União concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sinalizam que motivações diversas, entre elas a politização do tema, podem estender a solução do problema por mais tempo do que a atual prorrogação, de 90 dias, concedida pelo ministro Nunes Marques, na última sexta-feira (19). Dependendo da aprovação de um projeto de lei (PL) complementar que abarque todas as Unidades Federativas (UF), o imbróglio pode, inclusive, ficar para a próxima gestão estadual, a partir de 2027.

Economistas consultados pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO não acreditam numa solução no curto prazo e citam a falta de consentimento entre os interlocutores na construção do projeto. Vale lembrar que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), disse que o PL será enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional ainda este mês. E no domingo (21), durante cerimônia de entrega da Medalha da Inconfidência, em Ouro Preto (região Central), o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tadeu Martins Leite (MDB), afirmou que a prorrogação foi necessária para que o governo federal, o Congresso e o governo do Estado consigam avançar nas negociações sobre um acordo.

No mesmo evento, o vice-governador mineiro, Mateus Simões (Novo), disse que a extensão do prazo é importante, ainda que o STF não tenha atendido integralmente ao pedido do Estado, de 180 dias. Ele espera que negociação seja a mais rápida possível, mas não crê que 90 dias seja suficiente.

O economista do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ezequiel Rezende, por exemplo, avalia que as ofertas postas à mesa para abatimento da dívida, como a federalização de estatais e investimento em educação profissionalizante, não obtiveram consentimento do governo mineiro.

Para ele, a discordância deve-se por intenções outras do governador Romeu Zema (Novo), que pretende privatizar estatais e investir em infraestrutura em vez da educação profissionalizante. Assim, a discussão se politizou e conta com poucas ações concretas. "Por conta de justamente estar sendo politizada, é provável que isso não se resolva ainda nessa gestão. E talvez só se resolva na próxima, com outro governador, dependendo de outras condições políticas", afirma Rezende.

Disputa histórica - Essa disputa entre União e estados, incluindo Minas Gerais, com as condições de pagamento da dívida como pano de fundo, é histórica, explica o doutor em Economia pela mesma universidade, Guilherme Cardoso. "Esse tipo de barganha acontece também na negociação de dívida de países periféricos com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", explica.

Ele conta que as Unidades Federativas entraram em crise e perderam muito desse "poder de barganha" com a abertura econômica promovida pela União nos anos 1990. Essa abertura deu início às políticas de soma zero entre as UFs, em que o ganho de uma é, necessariamente, a perda da outra. E é também o caso da guerra fiscal entre os estados.

Com isso, a dívida contraída pelos estados com a União ficou impagável e se arrasta desde então. De um lado, o governo federal oferece melhores condições de pagamento, por meio de investimentos dos estados em determinadas políticas públicas de seu interesse. Do outro, as UFs tentam negociar por condições que atendam suas intenções. "Ou seja, estão sempre barganhando e sempre pedindo adiamento. E fica muito difícil tomar uma postura mais rígida. Os estados, por mais que tenham perdido poder de barganha, ainda são responsáveis por bastante provisão de serviços públicos", comenta Cardoso.

GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Membros do alto escalão de Romeu Zema (Novo) já admitem que a nova data não será cumprida

Impasse também gera prejuízos para o Estado

O coordenador do curso de Ciências Econômicas do Ibmec-BH, Ari Araújo, aponta que um plano negociado, com solução – permanente – entre Estado e governo federal, é essencial para viabilizar a situação estadual já no curto prazo. "Acredito que o acordo sairá. Mas ainda não está claro em quais bases", afirma.

Mesmo otimista com um acordo, o economista vê que a dívida de Minas Gerais não será solucionada necessariamente em 90 dias, prazo concedido pelo STF. É provável que seja preciso uma nova prorrogação. "Acredito que uma extensão desse prazo deve ocorrer na medida que a negociação esteja avançando, se as partes estiverem trabalhando numa solução definitiva e permanente para o problema", finaliza Araújo.

Prejuízos para Minas - Rezende aponta que os constantes adiamentos do pagamento da dívida são negativos para Minas Gerais em diversos pontos. Especialmente, por gerar instabilidade fiscal e insegurança jurídica no Estado, por desconhecimento da real situação fiscal estadual. Isso ocorre tanto para quem trabalha no governo, quanto para quem presta serviço à gestão.

"As dificuldades em torno dessa renegociação ocorrem por conta da precariedade das informações que são colocadas à disposição ao público e para a União, por parte do governo de Minas", comenta. Ele alerta, por fim, que a incerteza gerada pelos constantes atrasos é prejudicial ao Estado no âmbito da atração de investimentos, da perspectiva de crescimento e do fornecimento dos serviços públicos. **(MAN)**

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Soluções USIMINAS

SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A.

CNPJ 42.956.441/0001-01

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**19.221**	80.514
Títulos e valores mobiliários		**-**	2
Contas a receber de clientes	6	**622.512**	776.591
Estoques	7	**1.167.259**	1.541.615
Tributos a recuperar	8	**212.576**	190.885
Outros ativos	12	**12.593**	19.165
Total do ativo circulante		**2.034.161**	2.608.772
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	**7.282**	15.075
Tributos a recuperar	8	**500.170**	434.419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	**160.739**	88.945
Depósitos judiciais	16	**29.134**	34.225
Outros ativos	12	**62.006**	64.007
Imobilizado	10	**376.057**	345.747
Intangível	11	**18.975**	24.336
Total do ativo não circulante		**1.154.363**	1.006.754
Total do ativo		**3.188.524**	3.615.526

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	**801.578**	1.262.641
Empréstimos e financiamentos	15	**4**	16
Passivos de arrendamento	17	**14.245**	12.145
Salários, provisão para férias e encargos sociais		**38.841**	35.914
Tributos a pagar		**23.762**	21.132
Dividendos a pagar	18	**69.809**	211.110
Adiantamento de clientes		**30.832**	26.888
Outros passivos		**24.616**	21.275
Total do passivo circulante		**1.003.687**	1.591.121
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	**-**	4
Passivos de arrendamento	17	**75.508**	85.954
Provisões para riscos	16	**69.799**	81.270
Provisão passivo atuarial		**9**	20
Partes relacionadas	9	**18.803**	18.803
Outros passivos		**760**	1.140
Total do passivo não circulante		**164.879**	187.191
Total do passivo		**1.168.566**	1.778.312
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**1.073.845**	1.073.845
Reservas de lucros		**946.041**	763.329
Ajustes de avaliação patrimonial		**72**	40
Total do patrimônio líquido		**2.019.958**	1.837.214
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.188.524**	3.615.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva especial dividendos	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		1.073.845	51.566	-	478.432	(451)	-	1.603.392
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	444.441	444.441
Ganho (perda) atuarial, líquido de impostos		-	-	-	-	491	-	491
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	491	444.441	444.932
Constituições de reservas	18	-	22.222	-	211.109	-	(233.331)	-
Dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	(211.110)	(211.110)
Em 31 de dezembro de 2022		1.073.845	73.788	-	689.541	40	-	1.837.214
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	**146.966**	**146.966**
Ganho (perda) atuarial, líquido de impostos		-	-	-	-	**32**	-	**32**
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	**32**	**146.966**	**146.998**
Constituições de reservas	18	-	**7.348**	-	**69.809**	-	**(77.157)**	-
Reversão de dividendos propostos do exercício anterior	18	-	-	**105.555**	-	-	-	**105.555**
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	**(69.809)**	**(69.809)**
Em 31 de dezembro de 2023		**1.073.845**	**81.136**	**105.555**	**759.350**	**72**	**-**	**2.019.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2023
Receita líquida das vendas e serviços	19	**7.977.359**	9.384.496
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	**(7.842.412)**	(8.731.697)
Lucro bruto		**134.947**	652.799
Despesas com vendas	20	**(38.084)**	(57.341)
Despesas gerais e administrativas	20	**(83.599)**	(75.844)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	**105.809**	(17.665)
Lucro operacional		**119.073**	501.949
Receitas financeiras	21	**46.060**	65.560
Despesas financeiras	21	**(89.977)**	(75.315)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**75.156**	492.194
Impostos de renda e contribuição social	13	**71.810**	(47.753)
Lucro líquido do exercício		**146.966**	444.441
Resultado por ação - R$	24	**0,11**	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**146.966**	444.441
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	**32**	491
Total do resultado abrangente do exercício	**146.998**	444.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**146.966**	444.441
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	20	**44.068**	32.108
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento	22	**341**	(9.300)
Constituição (reversão) de provisões		**46.618**	(18.900)
Perdas ou ganhos atuariais		**37**	(323)
Apropriação de juros		**12.290**	3.161
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**(71.810)**	7.990
Variação monetária e cambial		**(1.392)**	1.254
		177.118	460.431
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		**152.127**	(29.443)
Estoques		**326.253**	(37.743)
Tributos a recuperar		**(87.442)**	(109.339)
Imposto de renda e contribuição social		**-**	40.016
Depósitos judiciais		**6.240**	2.456
Outros créditos		**6.173**	(1.578)
Fornecedores		**(442.493)**	(138.217)
Salários e encargos sociais		**2.927**	1.957
Tributos a recolher		**2.630**	3.651
Outras contas a pagar		**6.906**	(8.947)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		**(1)**	(337)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**-**	(67.164)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**150.438**	115.743
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - resgate		**2**	4.288
Aquisições de imobilizado	10	**(77.299)**	(16.349)
Aquisições de intangível	11	**(5.496)**	(14.487)
Caixa recebido na venda de imobilizado		**1.805**	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		**(80.988)**	(26.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos empréstimos e financiamentos	15	**(16)**	(3.638)
Pagamentos passivos de arrendamento	17	**(25.172)**	(16.712)
Dividendos pagos		**(105.555)**	(365.115)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(130.743)**	(385.465)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**(61.293)**	(296.270)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**80.514**	376.784
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**19.221**	80.514
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**(61.293)**	(296.270)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soluções em Aço Usiminas S.A. ("Companhia" ou "Soluções Usiminas") é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. ("Usiminas"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.
Com um amplo portfólio de produtos, serviços e logística integrada, a Soluções Usiminas é capaz de atender clientes em todo o território nacional. Formada pela união de companhias líderes do setor de transformação e distribuição do aço, ela trabalha com materiais fabricados pelas usinas da Usiminas, agregando serviços como corte e solda, logística e a adaptação de volumes às necessidades de cada negócio, seja qual for o porte.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada para divulgação pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2024.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e ainda considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando aplicável, para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Soluções Usiminas atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, com risco insignificante de mudança de valor justo e com a finalidade de cumprir com obrigações de curto prazo.

2.4. Ativos financeiros
2.4.1. Classificação
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:
- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:
- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.
2.4.2. *Impairment* de ativos financeiros
A Companhia avalia, no final de cada período de relatório, se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.
Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.
A Companhia constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de valores inadimplentes que se encontram na esfera jurídica e para os quais não há formalização de um novo acordo de recebimento, bem como provisiona as perdas de crédito esperadas, usando, para o cálculo, uma taxa média de perda dos últimos dois anos.
2.4.3. Desreconhecimento de ativos financeiros
Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:
- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

2.5. Passivos financeiros
2.5.1. Reconhecimento e mensuração
Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.
2.5.2. Mensuração subsequente
Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. A Administração da Companhia estimou as taxas de desconto, para o passivo de arrendamento, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado nacional adicionado pelo spread e ajustadas aos prazos de seus contratos de arrendamento.
2.5.3. Desreconhecimento de passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.
2.5.4. Compensação de passivos financeiros
Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois o menor.
O custo de aquisição e produção é acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzindo os custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. A Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa do valor líquido realizável.

2.7. Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

2.8. Imobilizado
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.
A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada dos bens. A vida útil do imobilizado é:

	Em anos 2023	2022
Edificações e Benfeitorias	**25**	25
Equipamentos	**20**	20
Instalações	**10**	10
Outros	**10**	10
Ativo de direito de uso	**10**	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.9. Intangível
a) Ágio
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.
O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.
b) *Softwares*
As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, conforme taxa descrita na Nota 11. Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

2.10. *Impairment* de ativos não financeiros
Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment.* Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.
Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.12. Provisões para demandas judiciais
As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

2.13. Reconhecimento de receita
As receitas de vendas são reconhecidas e mensuradas observando as seguintes etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita mediante a satisfação da obrigação de desempenho.
a) Venda de produtos e serviços
As receitas de vendas são reconhecidas e mensuradas com base no pedido de venda do cliente, em que podem ser observadas as obrigações de desempenho e a determinação do preço alocado por transação. O cumprimento da obrigação de desempenho está vinculado às condições de entrega previamente acordadas junto ao cliente.
A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.
A receita pela venda de produtos é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido para o comprador. A Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço.
b) Receitas financeiras
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia.

2.15. Benefício a empregados
a) Plano de suplementação de aposentadoria
A Companhia participa de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que provêm a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.
O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.
Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

2.16. Operações de arrendamento mercantil
A Companhia, na condição de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

2.17. Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

Alterações ao IFRS 16	Passivo de locação em um *Sale and Leaseback*
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos circulante e não circulante
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos financiamento aos fornecedores

A Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:
- Provisão para perdas estimadas de contas a receber (Nota 2.4 e 6);
- Provisão para obsolescência e valor realizável dos estoques (Nota 2.6 e 7);
- Perda (*impairment*) de ativos não financeiros (Notas 2.10, 10 e 11);
- Imposto de renda e contribuição social diferido (Notas 2.11 e 13);
- Provisões para demandas judiciais (Nota 2.12 e 16) e
- Vida útil do imobilizado (Nota 2.8 e 10).

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Política de gestão de riscos financeiros
A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, suprimentos, planejamento, entre outras.
b) Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.
A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.
No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, as empresas do grupo Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**19.221**	80.514
Títulos e valores mobiliários		**-**	2
Contas a receber de clientes	6	**629.794**	791.666
		649.015	872.182

c) Risco de liquidez
É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e rating visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia que são realizados, pelo saldo líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e três anos
Em 31 de dezembro de 2023		
Empréstimos e financiamentos	**4**	**-**
Fornecedores	**801.578**	**-**
Passivo de arrendamento	**26.535**	**128.726**
Dividendos a pagar	**69.809**	**-**
Outras contas a pagar	**24.616**	19.563
	922.542	148.289
Em 31 de dezembro de 2022		
Empréstimos e financiamentos	16	4
Fornecedores	1.262.641	-
Passivo de arrendamento	24.062	138.007
Dividendos a pagar	211.110	-
Outras contas a pagar	21.276	19.943
	1.519.105	157.954

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para passivos de arrendamento.
d) Risco de mercado
i) *Risco com taxa de juros*
Os juros dos financiamentos da Companhia são fixados e não estão sujeitos à flutuação da taxa de juros.
ii) *Risco com taxa de câmbio*
A Companhia não tem ativos ou passivos sujeitos a variação da taxa de câmbio.
e) Risco de concentração
O risco de concentração é oriundo da dependência da Companhia em relação à sua Controladora Usiminas que fornece a integralidade do aço utilizado em suas atividades. Esse risco é gerenciado dentro de uma estratégia do Grupo Usiminas.
f) Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	**4**	20
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**(19.221)**	(80.514)
Dívida líquida	**(19.217)**	(80.494)
Total do patrimônio líquido	**2.019.958**	1.837.214
Total do capital	**2.000.741**	1.756.720
Índice de alavancagem financeira	**-0,96%**	-4,38%

g) Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa (ativo financeiro ao custo amortizado), contas a receber de clientes (ativo financeiro ao custo amortizado) e contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos (passivo financeiro ao custo amortizado).
h) Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	**19.221**	80.514
Títulos e valores mobiliários	**-**	2
Contas a receber de clientes	**629.794**	791.666
Demais instrumentos financeiros ativos	**21.652**	30.624
	670.667	902.806
Passivos financeiros	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos	**4**	20
Fornecedores, empreiteiros e fretes	**801.578**	1.262.641
Passivo de arrendamento	**89.753**	98.099
Demais instrumentos financeiros passivos	**44.179**	41.219
	935.514	1.401.979

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Bancos conta movimento	**19.221**	75.710
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	**-**	4.804
	19.221	80.514

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) possuem rendimentos cuja remuneração média é de 85% em 31 de dezembro de 2023 (97% em 31 de dezembro de 2022) do certificado de depósito interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utiliza saldo de contas garantidas.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Clientes - no País		
Terceiros	**665.123**	840.769
Partes relacionadas (nota 9 (a))	**1.182**	2.838
	666.305	843.607
Clientes - no Exterior		
Terceiros	**4.578**	4.624
	670.883	848.231
(-) Provisão para perda estimada de créditos de contas a receber	**(41.089)**	(56.565)
Contas a receber de clientes, líquidas	**629.794**	791.666
Circulante	**622.512**	776.591
Não circulante	**7.282**	15.075

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui contas a receber dado em garantia.
Os vencimentos do contas a receber estão apresentados abaixo:

	2023	2022
Valores a vencer	**620.513**	758.931
Vencidos		
Até três meses	**6.664**	30.786
De três a seis meses	**442**	2.888
Acima de seis meses	**43.264**	55.626
(-) Provisão para perda estimada de créditos de contas a receber	**(41.089)**	(56.565)
	629.794	791.666

As movimentações na provisão para perda estimada de créditos de contas a receber são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial	**(56.565)**	(63.048)
Adições	**(12.616)**	(20.098)
Créditos recuperados	**22.361**	22.950
Baixas	**5.731**	3.631
Saldo final	**(41.089)**	(56.565)

7. ESTOQUES

	2023	2022
Produtos acabados	**554.238**	680.058
Produtos em elaboração	**24.785**	455
Matérias-primas	**629.780**	852.462
Materiais auxiliares	**7.850**	11.531
(-) Provisão para perda nos estoques	**(49.394)**	(2.891)
	1.167.259	1.541.615

Os estoques estão ajustados ao valor de realização com provisões para redução a valor de mercado e provisões mediante perda de qualidade em função de estocagem.
A movimentação da provisão para perda nos estoques ao final do exercício é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	**(2.891)**	(29.539)
Adições	**(48.101)**	-
Reversões	**1.598**	26.648
Saldo final	**(49.394)**	(2.891)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
Circulante		
ICMS	**25.069**	22.448
PIS(i)	**9.874**	9.357
COFINS(i)	**45.935**	43.002
IPI	**99.351**	86.578
IRPJ(ii)	**23.847**	20.513
CSLL(ii)	**8.185**	7.281
Outros	**315**	1.706
	212.576	190.885
Não circulante		
ICMS	**1.099**	1.099
PIS(i)	**71.974**	53.528
COFINS(i)	**329.352**	245.257
IPI	**64.672**	88.526
IRPJ(ii)	**22.205**	26.261
CSLL(ii)	**7.994**	16.874
INCRA	**2.874**	2.874
	500.170	434.419
	712.746	625.304

i) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS
A Companhia possui créditos remanescentes de PIS e COFINS, nos montantes de R$ 13.332 e R$ 62.019 (em 31 de dezembro de 2022 - R$21.711 e R$100.640), respectivamente, sendo: PIS R$ 9.874 no ativo circulante e R$ 3.458 no ativo não circulante, e COFINS R$ 45.935 no ativo circulante e R$16.084 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2022 - PIS R$9.357 no ativo circulante e R$ 12.354 no ativo não circulante, e COFINS R$ 43.002 no ativo circulante e 57.638 no ativo não circulante). Estes saldos são referentes à ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A ação teve trânsito em julgado no final do exercício de 2020 e seus efeitos foram reconhecidos em 2021.
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de tributos a recuperar inclui provisão para perda de impostos no valor de R$54.350 (31 de dezembro de 2022 - R$57.550). Em 31 de dezembro de 2023, houve reversão de provisão para perda de PIS e COFINS no valor de R$117.726, registrado no ativo não circulante.
ii) Exclusão da Selic sobre repetição de indébito
Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o STF afastou a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui, no ativo não circulante, crédito de R$22.205 e de R$ 7.994, de IRPJ e CSLL respectivamente (em 31 de dezembro de 2022 - IRPJ 20.006 e CSLL R$7.202), em contrapartida do resultado, na rubrica "IRPJ/CSLL corrente ações fiscais". Após o trânsito em julgado das ações judiciais da Companhia os referidos valores serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

9. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações

	Usiminas S.A.	Johannes Bernardus Sleumer	Metal One Corporation	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023					
Ativo circulante					
Contas a receber	**1.182**	**-**	**-**	**-**	**1.182**
Outros ativos	**2.400**	**26**	**121**	**-**	**2.547**
Ativos não circulante					
Outros ativos	**9.000**	**-**	**-**	**-**	**9.000**
	12.582	**26**	**121**	**-**	**12.729**
Passivo circulante					
Fornecedores	**(701.949)**	**-**	**-**	**(384)**	**(702.333)**
Outros passivos	**(6.006)**	**-**	**-**	**-**	**(6.006)**
Dividendos a pagar	**(48.083)**	**(7.764)**	**(13.962)**	**-**	**(69.809)**
Passivo não circulante					
Outros passivos	**(18.803)**	**-**	**-**	**-**	**(18.803)**
	(774,841)	**(7.764)**	**(13.962)**	**(384)**	**(796.951)**
Transações realizadas no exercício de 2023					
Vendas	**18.849**	**-**	**-**	**-**	**18.849**
Compras	**(8.207.333)**	**-**	**-**	**-**	**(8.207.333)**
	(8.188.484)	**-**	**-**	**-**	**(8.188.484)**

	Usiminas S.A.	Johannes Bernardus Sleumer	Metal One Corporation	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
Ativo circulante					
Contas a receber	2.838	-	-	-	2.838
Outros ativos	2.400	97	312	-	2.809
Ativos não circulante					
Outros ativos	11.400	-	-	-	11.400
	16.638	97	312	-	17.047
Passivo circulante					
Fornecedores	(1.166.549)	-	-	(2.039)	(1.168.588)
Outros passivos	(6.941)	-	-	-	(6.941)
Dividendos	(145.408)	(23.480)	(42.222)	-	(211.110)
Passivo não circulante					
Outros passivos	(18.803)	-	-	-	(18.803)
	(1.337.701)	(23.480)	(42.222)	(2.039)	(1.405.442)
Transações realizadas no exercício de 2022					
Vendas	36.826	-	-	-	36.826
Compras	(10.194.174)	-	-	(3.279)	(10.197.453)
	(10.157.348)	-	-	(3.279)	(10.160.627)

A Companhia mantém transações de compras e vendas com partes relacionadas, não havendo quaisquer garantias ou fianças nestas transações.
As principais operações com partes relacionadas referem-se a compra de bobinas e chapas de aço para transformação do aço e distribuição junto à Usiminas.
As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições negociadas entre as partes. O prazo de recebimento das vendas feitas para partes relacionadas é de em média 15 dias. As aquisições de laminados de aço planos da Usiminas possuem prazo médio de pagamento de 44 dias.
b) Remuneração do pessoal-chave da administração
O pessoal-chave da administração é composto por diretores. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados foi de R$ 5.148 (R$ 3.675 em 31 de dezembro de 2022) e refere-se a salários e outros benefícios de curto prazo a empregados.

10. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Terrenos	Edific. e benfeit.	Equip. e instalações	Outros	Ativo de direito de Uso	Imobiliz. em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022							
Custo total	44.038	128.633	414.933	32.818	117.464	24.947	762.833
Depreciação acumulada	-	(68.606)	(302.850)	(27.386)	(18.244)	-	(417.086)
Valor líquido	44.038	60.027	112.083	5.432	99.220	24.947	345.747
Saldos em 31 de dezembro de 2023							
Custo total	**44.038**	**135.175**	**457.870**	**41.601**	**122.001**	**30.572**	**831.257**
Depreciação acumulada	**-**	**(72.608)**	**(318.430)**	**(28.822)**	**(35.340)**	**-**	**(455.200)**
Valor líquido	**44.038**	**62.567**	**139.440**	**12.779**	**86.661**	**30.572**	**376.057**

b) Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Edific. e benfeit.	Equips. e instalações	Outros	Ativo de direito de uso	Imobiliz. em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.038	66.792	110.716	2.597	15.306	30.374	269.823
Adição	-	251	3.923	1.223	-	10.952	16.349
Baixa	-	(5.675)	(25)	-	-	-	(5.700)
Transferências (i)	-	3.206	12.182	2.406	-	(16.382)	1.412
Adição/remensuração	-	-	-	-	94.844	-	94.844
Outras	-	-	(2)	(2)	56	3	55
Depreciação	-	(4.547)	(14.711)	(792)	(10.986)	-	(31.036)

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A.

CNPJ 42.956.441/0001-01

	Terrenos	Edific. e benfeit.	Equips. e instalações	Outros	Ativo de direito de uso	Imobiliz. em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.038	60.027	112.083	5.432	99.220	24.947	345.747
Adição	-	**5.631**	**24.619**	**3.572**	-	**43.477**	**77.299**
Baixa	-	-	**(2.145)**	**(1)**	-	**(16.170)**	**(18.316)**
Transferências (i)	-	**912**	**22.240**	**5.971**	-	**(21.680)**	**7.443**
Adição/remensuração	-	-	-	-	**4.537**	-	**4.537**
Outras	-	**(1)**	-	**3**	-	**(2)**	-
Depreciação	-	**(4.002)**	**(17.357)**	**(2.198)**	**(17.096)**	-	**(40.653)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**44.038**	**62.567**	**139.440**	**12.779**	**86.661**	**30.572**	**376.057**

(i) As transferências foram realizadas entre os ativos imobilizado e intangível.
A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, sendo esta revisada no encerramento de cada exercício. Com base em suas análises, a Companhia não identificou indicadores que pudessem modificar a vida útil ou reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
Em 31 de dezembro de 2023, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais" no montante de R$37.005, R$140, R$2.457 e R$1.051 (em 31 de dezembro de 2022 - R$28.660, R$92, R$1.215 e R$1.069), respectivamente.

11. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Softwares adquiridos	Ágio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Custo total	71.164	2.433	73.597
Amortização acumulada	(49.261)	-	(49.261)
Valor residual	21.903	2.433	24.336
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Custo total	**69.218**	**2.433**	**71.651**
Amortização acumulada	**(52.676)**	**-**	**(52.676)**
Valor residual	**16.542**	**2.433**	**18.975**
Taxas anuais de amortização - %	22%		

b) Movimentação do intangível

	Softwares adquiridos	Ágio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.900	2.433	12.333
Adição	14.487	-	14.487
Transferências	(1.412)	-	(1.412)
Outras	-	-	-
Amortização	(1.072)	-	(1.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.903	2.433	24.336
Adição	**5.496**	**-**	**5.496**
Transferências	**(7.443)**	**-**	**(7.443)**
Outras	**1**	**-**	**1**
Amortização	**(3.415)**	**-**	**(3.415)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.542**	**2.433**	**18.975**

Em 31 de dezembro de 2023, a amortização do intangível foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais" nos montantes de R$53, R$3.361 e R$1, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022 - R$17, R$1.055 e R$0).
c) *Impairment* de ativos não financeiros
Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras para o único segmento operacional, a transformação e distribuição de aço. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.
Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou avaliação da sua unidade geradora de caixa. Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado. Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimação da inflação de longo prazo e taxa de câmbio. A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos de caixa projetados foi de 3,50%a.a. Em 31 de dezembro de 2023, não foi registrado *impairment* de seus ativos.

12. OUTROS ATIVOS

Os saldos da conta de outros ativos apresentam-se como segue:

	2023	2022
Créditos a receber (i)	**50.655**	50.333
Outros valores a Receber - empresas ligadas (Nota 9(a))	**11.400**	13.800
Demais ativos	**12.544**	19.039
	74.599	83.172
Circulante	**12.593**	19.165
Não circulante	**62.006**	64.007
	74.599	83.172

(i) Refere-se ao valor a receber, registrado no ativo não circulante, decorrente da transação de compra da Zamprogna NSG Tecnologia do Aço S.A., posteriormente incorporada pela Companhia. Há garantia financeira parcial através de *Escrow Accounts* e garantia contratual total através de *Merger Agreement*.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos
Os saldos de ativos e passivos de IRPJ e CSLL diferidos apresentam-se como segue:

	2023	2022
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	**102.509**	-
Mais valia imobilizado	**6.883**	7.453
Provisão para desvalorização de estoques	**16.793**	983
Provisão para riscos	**16.864**	19.773
Provisão para perda com tributos	**18.479**	59.593
Passivo atuarial	**3**	7
Outros	**12.960**	15.728
	174.491	103.537
Passivo		
Depreciação incentivada	**(8.192)**	(9.000)
Outros	**(5.560)**	(5.592)
	(13.752)	(14.592)
Total	**160.739**	88.945

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Saldo inicial	**88.945**	96.935
Crédito na demonstração do resultado	**71.810**	(7.736)
Ajuste no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	**(16)**	(254)
Saldo final	**160.739**	88.945

c) Período estimado de realização
Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Valor do crédito - 2023
2024	**54.631**
2025	**62.274**
2026	**7.198**
2027	**7.198**
2028-2033	**43.190**
	174.491

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, assim, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.
O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, com base no orçamento anual, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros, adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de recuperabilidade dos ativos (Nota 11.c).
d) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social
A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**75.156**	492.194
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**(25.553)**	(167.346)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Incentivo Fiscal MG	**98.102**	119.705
Outros	**(739)**	(112)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**71.810**	(47.753)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	(40.017)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**71.810**	(7.736)
Taxa efetiva - %	**(96%)**	10%

14. FORNECEDORES

	2023	2022
Contas a pagar aos fornecedores - no país	**97.053**	89.881
Contas a pagar aos fornecedores - no exterior	**2.192**	4.172
Contas a pagar aos fornecedores - partes relacionadas (Nota 9(a))	**702.333**	1.168.588
	801.578	1.262.641

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda/ indexador	Vencimento principal	Taxa anual de juros - %	2023 Circulante	2023 Não circulante	2022 Circulante	2022 Não circulante
FINAME	Reais	2016 a 2024	6	**4**	**-**	16	4
				4	**-**	16	4

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).
A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**20**	3.886
Encargos provisionados	**1**	108
Variação monetária	**-**	1
Amortização de encargos	**(1)**	(337)
Amortização de principal	**(16)**	(3.638)
	4	20

16. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição dos depósitos judiciais e das provisões para riscos
Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava as seguintes provisões para riscos e correspondentes depósitos judiciais:

	2023 Provisões	2023 Depósitos judiciais	2023 Líquido	2022 Provisões	2022 Depósitos judiciais	2022 Líquido
Tributárias	**9.541**	**(18.991)**	**(9.450)**	10.874	(19.084)	(8.210)
Cíveis e ambientais	**12.770**	**(923)**	**11.847**	12.945	(799)	12.146
Trabalhistas	**47.488**	**(9.220)**	**38.268**	57.451	(14.342)	43.109
	69.799	**(29.134)**	**40.665**	81.270	(34.225)	47.045

b) Movimentação dos depósitos judiciais e das provisões para riscos

	2023 Provisões para riscos	2023 Depósitos judiciais	2023 Líquido	2022 Provisões para riscos	2022 Depósitos judiciais	2022 Líquido
Saldo inicial	**81.270**	**(34.225)**	**47.045**	75.120	(36.681)	38.439
Constituição	**13.870**	**(649)**	**13.221**	22.330	(729)	21.601
Atualização	**14.490**	**(1.149)**	**13.341**	10.248	(1.360)	8.888
Reversão de provisão principal/juros	**(21.964)**	**925**	**(21.039)**	(15.037)	1.676	(13.361)
Pagamento	**(17.867)**	**5.964**	**(11.903)**	(11.391)	2.869	(8.522)
Saldo final	**69.799**	**(29.134)**	**40.665**	81.270	(34.225)	47.045

c) Perdas possíveis não provisionadas
A Companhia é parte em ações de naturezas tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	**10.996**	11.530
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	**104.189**	124.634
Auto de infração lavrado pelo governo de MG referente a estorno de créditos de ICMS	**91.615**	84.056
Outras ações de natureza tributária	**96.757**	90.255
Outras ações de natureza cível	**36.765**	54.235
Outras ações de natureza ambiental	**3.558**	3.345
	343.880	368.055

17. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A Companhia em decorrência de suas operações aluga imóveis e equipamentos para atividades comercial e administrativa.
A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. A taxa utilizada no cálculo foi de 14,77% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (14,77% em 31 de dezembro de 2022).
A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	**98.099**	16.915
Remensuração	**4.537**	94.844
Pagamentos	**(25.172)**	(16.712)
Juros apropriados	**12.289**	3.052
Saldo final	**89.753**	98.099
Circulante	**14.245**	12.145
Não circulante	**75.508**	85.954

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	**25.267**	**37.094**	**72.364**	**8.260**	**142.985**
Ajuste a valor presente	**(11.022)**	**(17.886)**	**(23.955)**	**(369)**	**(53.232)**
	14.245	**19.208**	**48.409**	**7.891**	**89.753**

2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	24.062	24.040	49.067	64.900	162.069
Ajuste a valor presente	(11.917)	(10.547)	(24.451)	(17.055)	(63.970)
	12.145	13.493	24.616	47.845	98.099

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	2023 Nominal	2023 Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	**129.759**	**81.451**
PIS/COFINS potencial (9,25%)	**13.226**	**8.302**
	142.985	**89.753**

Fluxo de caixa	2022 Nominal	2022 Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	147.078	89.025
PIS/COFINS potencial (9,25%)	14.991	9.074
	162.069	98.099

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia que totaliza R$ 1.073.845 é composto de 1.387.077.576 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada abaixo:

Acionista	Número de ações	%
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	955.389.809	68,88
Metal One Corporation	277.415.515	20,00
Johannes Bernardus Sleumer	154.272.252	11,12
	1.387.077.576	**100,00**

b) Reserva de lucros
Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva legal no valor de R$7.348 (R$22.222 em 31 de dezembro de 2022) e assim, o saldo totaliza R$81.136 (R$73.788 em 31 de dezembro de 2022).
Reserva de investimento
A retenção de parcela do lucro líquido do exercício como reserva de investimento tem por finalidade constituir fundos para o orçamento de capital da Companhia.
Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva de investimento no valor de R$69.809 (em 31 de dezembro de 2022 - R$211.110) e assim, o saldo totaliza R$759.350 (R$689.541 em 31 de dezembro de 2022).
Reserva especial de dividendos obrigatórios
Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva especial de dividendos obrigatórios no valor de R$105.555 decorrente de reversão de dividendos propostos de exercício anterior devidamente aprovada em Assembleia (AGE).

c) *Dividendos propostos*
O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas a distribuição de dividendos mínimos equivalentes a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, em conformidade com a legislação societária vigente. Em 31 de dezembro de 2023, atendendo a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, foi proposto o montante de R$ 69.809, como segue:

	2023
Lucro líquido do exercício	**146.966**
Constituição reserva legal	**(7.348)**
Total a distribuir (lucro líquido ajustado)	**139.618**
Dividendos propostos	**69.809**

19. RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Receita bruta de vendas	**9.712.057**	11.459.857
Receita bruta de serviços	**51.000**	49.336
(-) Impostos sobre vendas e serviços	**(1.735.121)**	(2.044.898)
(-) Outras deduções	**(50.577)**	(79.799)
Receita líquida de vendas e serviços	**7.977.359**	9.384.496

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em Impostos sobre vendas e serviços), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Esses tributos e contribuições relacionam-se, principalmente, a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI").

20. NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	**(6.989.110)**	(8.137.747)
Despesas de benefícios a empregados	**(208.877)**	(197.528)
Depreciação e amortização	**(44.068)**	(32.108)
Material de manutenção e conservação	**(28.840)**	(25.186)
Fretes e pedágio	**(286.596)**	(292.093)
Energia elétrica e água	**(12.882)**	(13.705)
Comissões	**(10.585)**	(22.765)
Provisão para perda estimada de contas a receber	**9.745**	2.852
Serviços de terceiros	**(178.698)**	(173.969)
Despesas com aluguéis	**(32.118)**	(5.903)
Provisão para perda e ajustes nos estoques	**(46.503)**	26.648
Outras	**(135.563)**	6.622
	(7.964.095)	(8.864.882)
Custo dos produtos e serviços vendidos	**(7.842.412)**	(8.731.697)
Despesas com vendas	**(38.084)**	(57.341)
Despesas gerais e administrativas	**(83.599)**	(75.844)
	(7.964.095)	(8.864.882)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros de clientes	**8.757**	13.731
Juros de créditos fiscais	**15.741**	16.062
Rendimentos de aplicações financeiras	**2.763**	24.681
Descontos recebidos	**299**	463
Variação monetária sobre depósitos judiciais	**1.367**	1.360
Baixa/reversão juros s/contingências	**14.733**	8.993
Outras	**2.400**	270
	46.060	65.560
Despesas financeiras		
Juros passivos	**(31.390)**	(30.957)
Juros de empresas ligadas	**(28.944)**	(7.045)
Descontos concedidos	**(17)**	(5)
Variação monetária sobre passivos contingentes	**(14.490)**	(10.248)
Baixa/reversão juros s/depósitos judiciais	**(218)**	(1.962)
Juros passivo de arrendamento	**(12.290)**	(3.051)
Outras	**(2.628)**	(22.047)
	(89.977)	(75.315)
	(43.917)	(9.755)

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Outras receitas operacionais		
Recuperação de outras despesas	**4.998**	6.672
Recuperação/ reversão de provisão para perda de impostos	**117.726**	-
Venda bens do ativo imobilizado	**1.805**	15.000
Outras receitas operacionais	**3.074**	1.338
Total das outras receitas operacionais	**127.603**	23.010
Outras despesas operacionais		
Provisão para demandas judiciais	**(7.846)**	(20.906)
Custo na venda de bens do ativo imobilizado	**(2.146)**	(5.700)
Outras despesas operacionais	**(11.802)**	(14.069)
Total das outras despesas operacionais	**(21.794)**	(40.675)
	105.809	(17.665)

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas com uma das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As principais coberturas de seguros abrangem os sinistros relacionados a incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, danos a mercadorias em processo de produção, extravasamento de materiais em estado de fusão, roubo e furto.
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o limite máximo de indenização contratado é de R$ 250.000.

24. LUCRO POR AÇÃO

Básico e diluído
O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.
A Companhia não possui dívida conversível em ações.

	2023 Ordinárias	2023 Total	2022 Ordinárias	2022 Total
Básico e diluído				
Numerador básico e diluído				
Lucro atribuível aos acionistas	**146.966**	**146.966**	444.441	444.441
Denominador básico e diluído				
Número de ações	**1.387.077.576**	**1.387.077.576**	1.387.077.576	1.387.077.576
Lucro por ação em R$				
Básico e diluído	**0,11**	**0,11**	0,32	0,32

25. TRANSAÇÕES SEM EFEITO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram realizadas transações de investimentos e de financiamentos sem efeito de caixa, conforme apresentado a seguir:

	2023	2022
Remensuração e adição ao direito de uso	**4.537**	94.844
Compensação de créditos fiscais com tributos a recolher	**98.285**	93.208
	102.822	188.052

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Chara - Presidente
Miguel Angel Homes Camejo - Conselheiro
Américo Ferreira Neto - Conselheiro
Takumi Ikebe - Conselheiro
Thiago da Fonseca Rodrigues - Conselheiro
Gino Eugênio Ritagliati - Conselheiro
Masaki Kato - Conselheiro
Johannes Bernardus Sleumer - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Leonardo Almeida Zenóbio - Diretor Executivo
Takao Kuge - Vice-Diretor Executivo
Flávia Inez Martins Ribeiro Godinho - Diretora Administrativo-Financeira
Ivan Lage de Araujo - Diretor Industrial
Marcos Rodrigues Mendes - Diretor Comercial

CONTADORA

Fernanda de Oliveira e Silva Azevedo - Contadora - CRC MG 127910/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Acionistas da
Soluções em Aço Usiminas S.A.
Belo Horizonte - MG
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Soluções em Aço Usiminas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 20 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O
Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC MG-091263/O

EY

GRUPO FERROESTE

CBF INDÚSTRIA DE GUSA S.A.

CNPJ: 36.312.056/0010-10

Relatório da Administração

A Companhia

A **CBF** Iniciou suas operações em 1986 e hoje, com tradição de mais de 30 anos na produção e comercialização de ferro gusa nodular, a CBF possui know-how em produzir ferro-gusa com baixos teores de fósforo e adição de ligas conforme solicitação do cliente. A Companhia possui 2 (dois) altos-fornos com emprego de 100% de biocarbono (carvão vegetal) com capacidade instalada total de 300 mil toneladas/ano com modernos equipamentos instalados como injeção de finos de biocarbono via ventaneiras, produção própria de energia elétrica renovável a partir de uma termoelétrica de 5 MW, bem como está implantando uma nova planta de briquetes a frio de patente própria, a serem produzidos com 100% de resíduos sólidos gerados internamente, visando ser uma usina livre de pátio de resíduos. O ferro-gusa é uma liga de ferro e carbono, contendo de 3,5% a 4,5% de carbono e outros elementos (silício, manganês, fósforo, enxofre). A produção de ferro-gusa é a partir do minério de ferro, esse minério de ferro é tratado corretamente para entrada no alto-forno (tamanho, forma de compactação, concentração do minério de ferro, etc). Após entrar no alto-forno, o minério de ferro é elevado a altas temperaturas e grande quantidade de ar, iniciando a queima e, consequentemente, o início das reações químicas que levarão à redução do minério e sua transformação em ferro-gusa. Os combustíveis necessários para alimentar o alto-forno são muito importantes na fabricação do ferro-gusa, pois precisam ter alto poder calorífico e não devem contaminar o ferro-gusa (normalmente são utilizados carvão vegetal ou coque). O ferro fundido nodular, principal produto da CBF, é uma liga composta principalmente por ferro, carbono e silício, e possui carbono livre na matriz metálica. Apresenta boa resistência à tração, ao impacto e a fluência a temperatura ambiente, sendo muito utilizado na indústria automobilística, cujo objetivo é a melhoria da produtividade com redução de custo nas operações. O público-alvo da CBF é o mercado externo, principalmente Europa, fornecendo material metálico (ferro-gusa) para as fundições de peças para a indústria automobilística. A CBF possui diversas certificações, como a ISO 9001, desde 2017 com foco no sistema de gestão da qualidade de seus produtos e há mais de 5 anos seu inventário anual de gases de efeito estufa segundo a metodologia do Protocolo GHG, ISO 154064 e Worldsteel Association, sendo uma usina produtora de ferro-gusa carbono neutro. A neutralidade de emissões de CO2 de seus produtos decorre principalmente devido a:

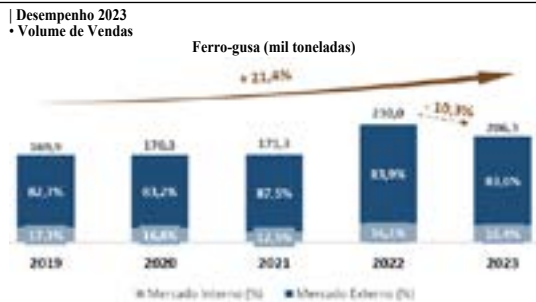
1. Utilização de 100% de biocarbono (carvão vegetal) em seus altos-fornos (gusa verde).
2. Utilização de energia elétrica 100% renovável em seu processo produtivo.
3. Utilização de gás de alto-forno no processo em substituição ao emprego de combustível fóssil nos processos produtivos.

| Estrutura Societária

A CBF faz parte do **Grupo Ferroeste**. Criado em 1968, o Grupo Ferroeste ("Grupo") iniciou sua atuação com a Empresa de Mecanização Rural no setor de prestação de serviço agrícolas, silvicultura e, posteriormente, movimentação interna entre usinas siderúrgicas. Ao longo dos anos, o Grupo se adaptou e pode chegar no modelo de negócio que conhecemos hoje, atuando em 3 principais frentes: siderurgia de aços longos, produção de ferro gusa e produção de etanol hidratado, todas estas frentes integradas ao agronegócio e com foco em redução de emissão de gás carbônico. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da CBF era representado por 92.135 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo a Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda detentora de 100% do capital social.

| Desempenho 2023

• Volume de Vendas

Ferro-gusa (mil toneladas)

A venda de ferro-gusa atingiu 206,3 mil toneladas em 2023, redução de 10,3% em relação a 2022. Esta redução se deve, principalmente, ao acomodamento da demanda no mercado internacional de ferro-gusa. Importante ressaltar que 2022 foi considerado um ano atípico no mercado internacional tendo em vista o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Estes dois países são, tradicionalmente, dois grandes exportadores desta matéria-prima, e com o início da guerra reduziram drasticamente suas exportações e, consequentemente, aumentou-se a demanda dos outros grandes exportadores do produto, como o Brasil. A CBF manteve a concentração de suas vendas no mercado internacional, sendo responsável por 83,6% do volume de vendas. A Europa e América do Norte foram os principais focos de exportação.

• Receita Líquida

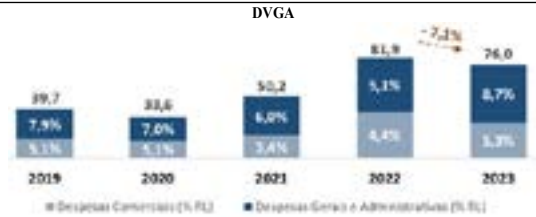
A receita líquida em 2023 foi de R$534,4 milhões, redução de 36,9% em relação a 2022. A queda na receita líquida se deve, principalmente, pela redução no volume de vendas e redução no preço do ferro-gusa no mercado internacional.

Em 2021, Rússia e Ucrânia foram responsáveis por 52,4% das exportações mundiais de ferro-gusa, segundo dados da World Steel Association.

O lucro bruto, em 2023, foi de R$60,8 milhões, redução de 78,2% em relação a 2022. A margem bruta, por sua vez, foi de 11,2%, redução de 21,3 p.p. A redução tanto no lucro bruto quanto na margem bruta se deve, principalmente, à (i) redução no preço de venda do ferro-gusa e (ii) menor alavancagem operacional.

• Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) foram de R$76,0 milhões em 2023, redução de 7,1% em relação a 2022 devido, principalmente, à redução nas despesas com frete. Em percentual da receita líquida houve aumento de 4,5 p.p. devido à menor alavancagem operacional.

DVGA

• Outras receitas (despesas) operacionais

A rubrica de outras receitas (despesas) operacionais foi uma receita de R$44,4 milhões em 2023, sendo uma despesa de R$18,4 milhões em 2022. As principais variações nesta rubrica foram:

• Provisão para créditos de ICMS de difícil realização de -R$10,4 milhões em 2023, sendo este valor de -R$21,3 milhões em 2022, redução de 51,3%.

• Receita de R$51,2 milhões proveniente de acordo extrajudicial, arbitrado pela corte de Nova Iorque (EUA), que discutia preço de venda de transação comercial ocorrida em 2008, recebido em sua totalidade em setembro de 2023.

• Ganho (perda) sobre ativo biológico

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, cujas variações geram efeitos não caixa nos resultados da Companhia.

A Companhia registrou um ganho de R$11,2 milhões com avaliação de ativo biológico, aumento de 20,0% em relação ao ganho de 2022, devido ao aumento de preço e volume.

• EBITDA

O EBITDA ajustado atingiu R$14,0 milhões em 2023, redução de 93,7% em relação a 2022. Já a margem EBITDA ajustada foi de 2,6%, redução de 23,4 p.p. A redução do EBITDA ajustado e da margem EBITDA ajustada se deve, principalmente, à redução do preço de venda do aço e à menor alavancagem operacional.

A conciliação do lucro líquido com o EBITDA é como segue:

**Efeitos não recorrentes/não operacionais referem-se à adição ou exclusão do valor justo de ativos biológicos, a perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e constituição (reversão) de provisão para contingências e receitas e despesas não recorrentes, tais como: indenizações, ganhos (perdas) em demandas judiciais, créditos extemporâneos e despesas doações, multas de atuações. Em 2023 os efeitos não recorrentes incluem a receita proveniente de acordo extrajudicial, arbitrado pela corte de Nova Iorque (EUA). Para maiores informações ver item "Outras receitas (despesas) operacionais", acima.*

• Resultado Financeiro

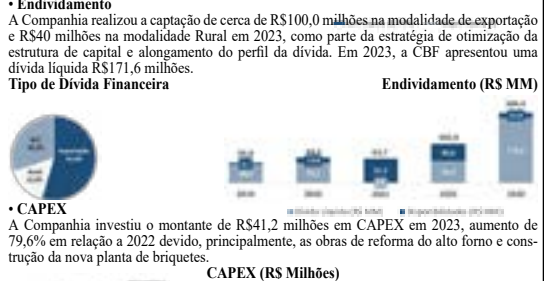
O resultado financeiro em 2023 foi uma despesa de R$25,1 milhões, contra uma despesa de R$8,7 milhões apresentada em 2022. O aumento na despesa financeira se deve, principalmente pela maior despesa com juros de empréstimos e financiamentos, acompanhando o aumento da dívida bruta da Companhia.

• Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R$10,3 milhões em 2023 e a margem líquida foi de 1,9%, redução de 91,4% e 12,0 p.p., respectivamente, na comparação com 2022. A redução apresentada tanto no lucro líquido quanto na margem líquida se deve, principalmente, à redução no preço de venda do ferro-gusa e à menor alavancagem operacional, sendo parcialmente compensados pela maior receita com outras receitas operacionais.

• Endividamento

A Companhia realizou a captação de cerca de R$100,0 milhões na modalidade de exportação e R$40 milhões na modalidade Rural em 2023, como parte da estratégia de otimização da estrutura de capital e alongamento do perfil da dívida. Em 2023, a CBF apresentou uma dívida líquida R$171,6 milhões.

Tipo de Dívida Financeira — **Endividamento (R$ MM)**

• CAPEX

A Companhia investiu o montante de R$41,2 milhões em CAPEX em 2023, aumento de 79,6% em relação a 2022 devido, principalmente, as obras de reforma do alto forno e construção da nova planta de briquetes.

CAPEX (R$ Milhões)

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	12.794	44.606
Contas a receber	5	48.309	63.206
Estoques	6	146.363	94.928
Impostos a recuperar	7	19.462	5.440
Adiantamentos		4.762	6.888
Despesas antecipadas		279	122
Outros ativos		18	-
		231.987	215.190
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	224	228
Impostos a recuperar	7	19.826	22.684
Tributos diferidos	18	2.624	2.316
Depósitos judiciais	16	546	651
		23.220	25.879
Ativos biológicos	9	34.173	21.761
Investimentos		3	3
Ativo de direito de uso	11	24.064	31.428
Imobilizado	10	116.960	93.723
Intangível		953	846
		176.153	147.761
Total do ativo		431.360	388.830

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	35.290	27.156
Passivo de arrendamento	11	9.369	11.892
Empréstimos e financiamentos	13	35.601	14.201
Adiantamento de contrato de câmbio	14	79.780	37.470
Adiantamentos de clientes		30	-
Obrigações sociais		9.048	8.800
Obrigações tributárias	15	516	38.864
Dividendos a pagar	8	2.439	-
Parcelamento de impostos		287	279
		172.360	138.662
Não circulante			
Passivo de arrendamento	11	18.129	22.641
Empréstimos e financiamentos	13	148.801	88.708
Parcelamento de impostos		1.355	1.529
Provisão para riscos	16	3.274	2.678
		171.559	115.556
Patrimônio líquido	17		
Capital social		63.402	34.000
Ajuste de avaliação patrimonial		6.249	7.243
Reservas de incentivos fiscais		-	29.402
Reservas de lucros		17.790	63.967
Patrimônio líquido		87.441	134.612
Total do passivo e do patrimônio líquido		431.360	388.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	19	543.417	861.177
Custo dos produtos vendidos	20	(482.594)	(581.595)
Lucro bruto		60.823	279.582
Despesas com vendas	20	(28.824)	(37.840)
Despesas gerais administrativas	20	(47.218)	(44.052)
Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas	21	44.392	(18.393)
Ganho sobre ativo biológico	9	11.202	9.335
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		40.375	188.632
Receitas financeiras	22	4.392	3.535
Despesas financeiras	22	(31.597)	(17.846)
Variações cambiais líquidas	22	2.094	5.574
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		15.264	179.895
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(5.305)	(64.356)
Diferido	18	309	4.475
Lucro líquido do exercício		10.268	120.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.268	120.014
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	10.268	120.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa em Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado do exercício	10.268	120.014
Itens que não afetam caixa e equivalente de caixa		
Depreciação e amortização	28.516	26.529
Juros e variações cambiais líquidas	25.241	13.631
Avaliação a valor justo	(11.202)	(9.335)
Resultado da alienação de imobilizado, biológico e arrendamento	12	(527)
Tributos diferidos	(309)	(4.475)
Provisões para contingências	596	575
Provisão para obsolescência de estoque	26	1
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	243
Perdas em impostos	10.387	25.071
Outros	5	-
	63.540	171.727
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	15.155	(55.686)
Estoques	(50.550)	(48.451)
Impostos a recuperar	(21.556)	(16.087)
Adiantamentos	2.177	(4.469)
Despesas antecipadas	(157)	(32)
Depósitos judiciais	73	(1)
Outras contas a receber	(11)	182
	(54.869)	(124.544)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	8.130	5.307
Adiantamentos de clientes	30	-
Obrigações sociais	248	2.173
Obrigações tributárias	(38.349)	22.067
Parcelamento de impostos	(165)	(291)
	(30.106)	29.256
Caixa gerado nas operações	(21.435)	76.439
Pagamento de juros	(26.774)	(13.149)
Caixa líquido provenientes das (consumido nas) atividades operacionais	(48.209)	63.290
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado e intangível	(39.965)	(21.230)
Aplicações no ativo biológico	(1.210)	(1.691)
Alienação de investimento	-	198
Alienação de imobilizado e intangível	209	524
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(40.966)	(22.199)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de adiantamento de contrato de câmbio	80.884	36.623
Pagamento de adiantamento de contrato de câmbio	(34.532)	(54.648)
Empréstimos tomados	140.000	50.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos e arrendamento	(73.756)	(27.922)
Pagamento de dividendos	(55.000)	(61.723)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	57.596	(57.670)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(233)	51
	(31.812)	(16.528)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.606	61.134
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.794	44.606
Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	(31.812)	(16.528)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Legal	Garantia operacional	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.000	8.203	29.402	6.800	6.193	43.292	-	127.890
								-
Realização de reserva	-	(960)	-	-	-	-	960	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	120.014	120.014
Distribuição de dividendos períodos anteriores	-	-	-	-	-	(43.292)	-	(43.292)
Destinações								-
Reserva de garantia operacional	-	-	-	-	25.974	-	(25.974)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(30.004)	(30.004)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(39.996)	(39.996)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	25.000	(25.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.000	7.243	29.402	6.800	32.167	25.000	-	134.612
Realização de reserva	-	(994)	-	-	-	-	994	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.268	10.268
Aumento de capital	29.402	-	(29.402)	-	-	-	-	-
Destinações								
Reserva legal	-	-	-	514	-	-	(514)	-
Reserva de garantia operacional	-	-	-	-	8.309	-	(8.309)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(30.000)	(25.000)	-	(55.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(2.439)	(2.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	63.402	6.249	-	7.314	10.476	-	-	87.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional**

A CBF Indústria de Gusa S.A. ("CBF" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. do Contorno, nº 3.800, Sala 1.802 - Bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte - MG - Brasil. Foi constituída em 19 de dezembro de 1991, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo e posteriormente transferida para Minas Gerais.

A CBF tem por objeto a industrialização, comercialização, inclusive importação e exportação de produtos siderúrgicos, em especial gusa em todas as suas formas, bem como insumos e equipamentos necessários à sua produção, transformação ou beneficiamento, prestação de serviço e comercialização de florestas próprias ou de terceiros e seus produtos, atividade de reflorestamento e de manutenção de florestas próprias ou de terceiros, geração e comercialização de energia, participação em outras sociedades, observadas as disposições legais; comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados, ou industrializados, produtos de qualquer natureza, tendo em vista a geração de reduções de emissões e remoções de gases de efeito estufa no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto ou de outros sistemas de comercialização de créditos de carbono.

A CBF e as empresas Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("MECA") (anteriormente denominada Empresa de Mecanização Rural Ltda.), Aço Verde do Brasil S.A., Ferroeste Industrial Ltda., G5 Agropecuária Ltda., Energia Viva Agroflorestal Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda., Veredas Agro Ltda., Energia Viva de Minas Ltda. e Sentinela Florestas de Minas Ltda. possuem atividades complementares. O controle das empresas é mantido pelo mesmo grupo de sócios.

As demonstrações contábeis da CBF Indústria de Gusa S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão com a aprovação da Administração da Companhia em 08 de abril de 2024.

2. **Resumo das políticas contábeis materiais**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

Essas demonstrações foram preparadas considerando o custo como base de valor, que no caso de ativos e passivos financeiros, bem como ativos biológicos são ajustados refletindo a mensuração ao valor justo e ajustadas para refletir o custo atribuído aplicado na data de transição dos CPCs.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações contábeis elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações contábeis elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um Sale and Laseback (transação de venda e retroarrendamento).

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que se entende por direito de adiar a liquidação.
• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados e reconhecidos na demonstração do resultado como "Variação cambial líquida".

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Informações por segmentos

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para gestão da entidade e para a tomada de decisões.

2.5. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: (i) ativos mensurados ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

(i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

Valor justo por meio do resultado

Todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é até 12 meses após a data do balanço, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento.

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, inferior aos valores de realização, líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas, envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, podem ser reutilizados na produção.

2.8. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "Outras receitas/outras despesas operacionais".

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Essas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% ao ano
Edificações	9,0
Máquinas e equipamentos	7,0
Móveis e utensílios	6,3
Veículos	16,7
CPD (equipamentos de informática)	14,6

2.9. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso é mensurado pelo valor dos passivos de arrendamento reconhecidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa obtida em operações de financiamentos para ativos das classes de arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos operacionais e veículos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de informática considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento no exercício.

2.10. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para transformação em biocarbono e utilização no processo de produção de ferro-gusa. A exaustão é calculada tomando-se por base o volume de madeira cortada em relação ao volume potencial existente.

A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico reconhecido no resultado no exercício em que ocorre. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre o valor justo do ativo biológico no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento do ativo biológico e a exaustão no exercício.

A exaustão das reservas florestais é calculada tomando-se por base o volume de madeira cortada em relação ao volume potencial existente.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia avalia anualmente, pelo valor justo seus ativos biológicos, seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Ciclo médio de formação florestal de sete anos;

(ii) As florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio;

(iii) O Incremento Médio Anual - IMA que consiste no volume de produção de madeira estimado em m^3 por hectares no final do ciclo de formação, apurado com base nos tratos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;

(iv) O custo padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas líquidos dos impostos recuperáveis. O custo das terras arrendadas e o custo dos ativos que contribuem (terras próprias) baseado na média dos contratos de arrendamento vigentes nas mesmas regiões;

(v) Os preços médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em cada região e/ou em transações realizadas pela Companhia com terceiros independentes, impactados pela distância média entre as florestas menos os custos necessários para colocação do produto em condições de consumo;

(vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um negócio de comercialização de madeira em pé considerando os benefícios tributários. O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

2.11. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como receita financeira.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Provisão para perdas de créditos esperadas ("PPCE") é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A Companhia é optante pelo Lucro Real em que os valores são calculados com base no resultado contábil apurado em cada exercício, ajustados por adições e exclusões previstas na legislação, e sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social (15%, mais adicional de 10% para lucros superiores a R$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social).

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.16. Reconhecimento de receita

a) Venda de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3. **Estimativas e premissas contábeis significativas**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas, julgamentos e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionadas a imposto de renda e contribuição social diferidos, valor justo dos ativos biológicos, provisão para contingências, taxas de vida útil estimada de seu imobilizado e valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

4. **Caixa e equivalente de caixa**

	2023	2022
Caixa e bancos	4.553	3.207
Bancos em moeda estrangeiras	1.760	26.474
Aplicação financeira	6.481	14.925
	12.794	44.606

Os recursos financeiros disponíveis são aplicados basicamente em operações compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

5. **Contas a receber**

	2023	2022
Mercado interno	9.305	10.518
Partes relacionadas (Nota 8)	1.712	1.968
Mercado externo	37.759	51.191
Provisão para perdas de crédito esperadas	(243)	(243)
	48.533	63.434
Circulante	48.309	63.206
Não circulante	224	228

Composição por vencimento:

	2023	2022
A Vencer	47.905	15.238
Vencido até 30 dias	300	48.211
Vencido até 180 dias	328	-
Vencido acima de 180 dias	243	228
Provisão para perdas de créditos esperadas	(243)	(243)
	48.533	63.434

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte. Não há histórico de perdas significativas registradas em contas a receber, e, diante disso, monitora seus créditos a receber, identificando quaisquer indícios de não recuperabilidade desses ativos.

6. **Estoques**

	2023	2022
Produtos acabados	102.079	54.439
Revenda	15	15
Matéria-prima	39.417	34.785
Materiais auxiliares	1.128	2.422
Almoxarifado	3.844	3.361
Provisão para obsolescência	(120)	(94)
	146.363	94.928

7. **Impostos a recuperar**

	2023	2022
ICMS (a)	14.415	17.530
PIS/COFINS	16.500	6.991
Reintegra (b)	3.267	3.209
IRPJ/CSLL	5.086	309
Outros	20	85
	39.288	28.124
Circulante	19.462	5.440
Não circulante	19.826	22.684

(a) A Companhia realiza os créditos de suas vendas destinadas ao mercado interno e busca alternativas tributárias, a fim de minimizar o acúmulo de créditos. Em dezembro de 2023 a administração possui provisão para perda sobre os referidos créditos no montante de R$ 37.240 (R$ 26.853 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Crédito decorrente do trânsito em julgado favorável da ação judicial que questionava a redução da alíquota ocorrida no período de junho a dezembro de 2018 do Reintegra.

8. **Partes relacionadas**

A Companhia e as demais empresas controladas da MECA possuem negócios complementares, tais como produção de ferro-gusa, atividades de florestamento e reflorestamento, produção de biocarbono, fabricação de cimento, geração de energia elétrica, cultivo de cana-de-açúcar, produção de biocombustível e atividades imobiliárias.

Saldos e transações com partes relacionadas

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Contas a receber		
Aço Verde do Brasil S.A.	1.712	1.968
	1.712	1.968
Direito de Uso (a)		
Ferroeste Industrial Ltda.	6.686	11.010
G5 Agropecuária Ltda.	16.840	19.460
Outros	125	180
	23.651	30.650
Passivo		
Circulantes		
Passivo de arrendamento (a)		
Ferroeste Industrial Ltda.	5.193	7.952
G5 Agropecuária Ltda.	3.694	3.143
Outros	58	53
	8.945	11.148
Fornecedores (c)		
Ferroeste Industrial Ltda.	959	2.110
Energia Viva de Minas Ltda.	1.260	753
Sentinela Florestas de Minas Ltda.	37	-
Meca	373	444
	2.629	3.307
Dividendos a pagar		
Meca	2.439	-
	2.439	-
Não circulante		
Passivo de arrendamento (a)		
Ferroeste Industrial Ltda.	1.643	3.321
G5 Agropecuária Ltda.	16.405	19.131
Outros	81	139
	18.129	22.591
Transações		
Vendas (b)		
Aço Verde do Brasil S.A.	88.671	111.132
Sentinela Florestas de Minas Ltda.	1	70
Veredas Agro Ltda.	-	13
	88.672	111.215
Compras (c)		
Aço Verde do Brasil S.A.	-	461
Energia Viva de Minas Ltda.	18.428	753
Ferroeste Industrial Ltda.	48.201	67.973
Sentinela Florestas de Minas Ltda.	5.147	-
G5 Agropecuária Ltda.	5.734	5.632
Destilaria Veredas	1.700	-
Outros	17	-
	79.227	74.819

Edição impressa produzida pelo Jornal - **DIÁRIO DO COMÉRCIO**. Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.

CBF INDÚSTRIA DE GUSA S.A.

CNPJ: 36.312.056/0010-10

(a) Arrendamento de imóvel rural para o cultivo de eucalipto, matéria-prima para a produção de biocarbono aplicado no processo do ferro-gusa. Reconhecimento contábil nos termos do CPC 06.
(b) Os valores correspondem, principalmente, a venda de ferro-gusa e biocarbono.
(c) Os valores correspondem, principalmente, as aquisições de madeira de eucalipto e arrendamento.
(d) Os saldos em aberto no encerramento do exercício não estão sujeitos a juros e não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. A Companhia, em conjunto com seus acionistas, figura como avalista em contratos de empréstimos tomados por outras empresas do Grupo. Os passivos relacionados a essas responsabilidades montam em R$ 55.636 (em 2022 R$ 51.866).
A Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

9. Ativos biológicos
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 2.745 (não auditado) (dezembro de 2022 - 2.745 - não auditado) hectares de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

	Custo	Avaliação	Total
Saldo em dezembro de 2021	9.916	819	10.735
Adições	1.691	-	1.691
Avaliação	-	9.335	9.335
Saldo em dezembro de 2022	11.607	10.154	21.761
Adições	1.210	-	1.210
Avaliação	-	11.202	11.202
Saldo em dezembro de 2023	12.817	21.356	34.173

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Aeronave	Equipamentos de Informática	Em andamento	Total
Custo:									
Saldo em dezembro de 2021	12.063	25.999	84.278	5.585	1.074	19.924	881	17.596	167.400
Adições	-	19	1.761	3.870	218	-	336	15.023	21.227
Alienações/baixas	-	(421)	(829)	(413)	(77)	-	(48)	-	(1.788)
Transferências	-	2.002	16.287	-	-	-	-	(18.289)	-
Saldo em dezembro de 2022	12.063	27.599	101.497	9.042	1.215	19.924	1.169	14.330	186.839
Adições	-	8	3.741	315	143	-	455	35.159	39.821
Alienações/baixas	-	-	-	-	(27)	-	(9)	-	(36)
Transferências	-	2.285	33.893	27	-	-	-	(36.205)	-
Saldo em dezembro de 2023	12.063	29.892	139.131	9.384	1.331	19.924	1.615	13.284	226.624
Depreciação:									
Saldo em dezembro de 2021	-	(16.694)	(56.970)	(2.499)	(810)	(4.649)	(570)	-	(82.192)
Adições	-	(1.026)	(6.331)	(1.108)	(67)	(4.060)	(73)	-	(12.665)
Alienações/baixas	-	421	780	391	74	75	-	-	1.741
Saldo em dezembro de 2022	-	(17.299)	(62.521)	(3.216)	(803)	(8.634)	(643)	-	(93.116)
Adições	-	(1.156)	(9.691)	(1.454)	(95)	(3.985)	(192)	-	(16.573)
Alienações/baixas	-	-	-	-	19	-	6	-	25
Saldo em dezembro de 2023	-	(18.455)	(72.212)	(4.670)	(879)	(12.619)	(829)	-	(109.664)
Valor residual líquido:									
Saldo em dezembro de 2022	12.063	10.300	38.976	5.826	412	11.290	526	14.330	93.723
Saldo em dezembro de 2023	12.063	11.437	66.919	4.714	452	7.305	786	13.284	116.960

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indicações de perdas por desvalorização do ativo imobilizado.

11. Arrendamento
Ativos de direito de uso
Abaixo a movimentação dos ativos de direito de uso:

	Veículos	Equipamentos	Imóveis	Total
Custo				
Saldo em dezembro de 2021	1.472	258	44.468	46.198
Adições	1.199	296	16.586	18.081
Baixas	(1.165)	(258)	(14.166)	(15.589)
Saldo em dezembro de 2022	1.506	296	46.888	48.690
Saldo em dezembro de 2022	1.506	296	46.888	48.690
Adições	4.503	-	1.160	5.663
Baixas	(988)	(296)	(4.432)	(5.716)
Saldo em dezembro de 2023	5.021	-	43.616	48.637
Depreciação				
Saldo em dezembro de 2021	(258)	(86)	(17.989)	(18.333)
Depreciação	(825)	(271)	(12.560)	(13.656)
Baixas	303	257	14.167	14.727
Saldo em dezembro de 2022	(780)	(100)	(16.382)	(17.262)
Saldo em dezembro de 2022	(780)	(100)	(16.382)	(17.262)
Depreciação	(1.191)	(197)	(11.639)	(13.027)
Baixas	987	297	4.432	5.716
Saldo em dezembro de 2023	(984)	-	(23.589)	(24.573)
Saldo em dezembro de 2022	726	196	30.506	31.428
Saldo em dezembro de 2023	4.037	-	20.027	24.064

Passivos de arrendamento
Os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício são demonstrados a seguir:

Saldo em dezembro de 2021	30.393
Adições	18.081
Juros incorridos	3.535
Baixas	(911)
Pagamentos	(16.565)
Saldo em dezembro de 2022	34.533
Circulante	11.892
Não circulante	22.641
Saldo em dezembro de 2022	34.533
Adições	5.663
Juros incorridos	2.986
Baixas	-
Pagamentos	(15.684)
Saldo em dezembro de 2023	27.498
Circulante	9.369
Não circulante	18.129

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento são os seguintes:

	2023	2022
Em até um ano	9.370	14.692
Acima de um até cinco ano	19.957	25.399
Mais de cinco anos	2.027	2.890
	31.354	42.981
Juros a incorrer	(3.856)	(8.448)
	27.498	34.533

Valores reconhecidos no resultado

	2023	2022
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	13.027	13.656
Despesas com juros de passivos de arrendamento	2.986	3.535
	16.013	17.191

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	2023	2022
Passivo de Arrendamento - Contrato	29.326	41.989
Passivo de Arrendamento - Juros a incorrer	(5.904)	(8.404)
	23.422	33.585
Potencial crédito de PIS e COFINS	2.167	3.107

12. Fornecedores

	2023	2022
Nacionais	32.194	23.848
Internacionais	467	-
Partes relacionadas (Nota 8)	2.629	3.308
	35.290	27.156

13. Empréstimos e financiamentos
Composição dos saldos

	Vencimento	Moeda	Indexador	Taxa a.a.	2023	2022
Exportação	fev/28	Real	CDI/Fixa	15,19%	144.225	51.268
Rural	mar/26	Real	CDI/Fixa	13,91%	40.177	-
Capital de giro (a)	jun/27	Real	Fixa	-	-	51.641
					184.402	102.909
Circulante					35.601	14.201
Não circulante					148.801	88.708

(a) Empréstimo foi liquidado antecipadamente, em março de 2023.
A taxa refere-se a taxa média ponderada, considerando as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2023.
São garantias dos empréstimos da Companhia, imobilizado próprio, avais e imobilizado de suas partes relacionadas. A seguir apresentamos os valores dos empréstimos que possuem garantias:

	2023	2022
Garantias de partes relacionadas	184.402	102.909

Cláusulas restritivas
Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas (covenants).
Captações e amortizações

	2023	2022
Saldo Inicial	102.909	63.674
Captações	140.000	50.000
Amortizações	(58.072)	(11.357)
Pagamentos de encargos	(25.158)	(11.744)
Juros incorridos	24.723	12.336
Saldo final	184.402	102.909

O saldo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023
2025	66.990
2026	46.990
2027	30.740
2028	4.081
	148.801

14. Adiantamento de contrato de câmbio
Os Adiantamentos de Contrato de Câmbio ("ACCs") são financiamentos tomados com o objetivo de financiar a produção a ser exportada. A taxa de juros varia entre 6,93% e 7,92% ao ano (4,59% e 6,93% em 2022) e vencimentos em até 360 dias.

	2023	2022
Saldo inicial	37.470	59.334
Captações	80.884	36.623
Amortizações	(34.532)	(54.648)
Pagamento de juros	(1.615)	(1.405)
Variação Cambial	(5.415)	(3.790)
Juros incorridos	2.988	1.356
	79.780	37.470

15. Obrigações tributárias

	2023	2022
ICMS	6	227
IRPJ/CSLL	-	37.671
IRRF	442	418
OUTROS	68	548
	516	38.864

16. Provisão para riscos e depósitos judiciais
Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e depositados, relacionados a essas ações são apresentadas a seguir:
Depósitos judiciais:

	2023	2022
Depósito judiciais	388	454
Bloqueio judiciais	-	165
Variação cambial	158	32
	546	651

Provisão:

	2023	2022
Cíveis	158	179
Trabalhistas	1.831	1.041
Ambiental	1.285	1.458
	3.274	2.678

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos.
Adicionalmente, a Companhia figura como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, é de perda possível. A totalidade desses processos perfazem o montante de R$ 91.239 (R$ 61.872 em 31 de dezembro de 2022). Deste total, o montante de R$ 89.814 refere-se a natureza fiscal, R$ 10 ambiental, R$ 106 cível e R$ 1.309 trabalhista.

17. Patrimônio líquido
a) Capital social
O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R$ 63.402 (R$ 34.000 em 2022), divididos em 92.135 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Houve aumento de capital social com utilização de reserva de incentivos fiscais, no montante de R$ 29.402 no exercício.
b) Reservas de lucro

	2023	2022
Reserva legal	7.314	6.800
Garantia operacional	10.476	32.167
Dividendos propostos	-	25.000
	17.790	63.967

i) *Reserva legal*
Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
ii) *Garantia operacional*
Refere-se a lucros excedentes aos dividendos obrigatórios destinados a suportar os investimentos e a operação da Companhia.
c) Reservas de incentivos fiscais

	2023	2022
Sudene (a)	-	18.809
Reintegra (b)	-	10.593
	-	29.402

(a) Sudene - correspondente à redução do valor do imposto de renda sobre o lucro decorrente do benefício fiscal da Sudene até o exercício de 2005, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social para investimentos em atividades diretamente ligadas à produção.
(b) Reintegra - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, que tem com o objetivo de reintegrar valores referentes a custos tributários residuais existentes nas cadeias de produção das empresas exportadoras, devolvendo ao exportador de bens industrializados até 2% (dois por cento) do valor exportado.
Em 31 de dezembro de 2023 não há novos incentivos fiscais vigentes.
d) Ajuste de avaliação patrimonial
Constituída, líquida dos encargos tributários, em decorrência da adoção do custo atribuído (deemed cost) para os bens do ativo imobilizado, sendo realizada por depreciação ou baixa.
e) Dividendos
Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estabelecido no Estatuto Social.
Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2023, representa o dividendo mínimo obrigatório definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.268	120.014
	10.268	120.014
Destinações		
Reserva Legal 5%	514	-
Lucros passiveis de distribuição	9.754	120.014
% Dividendo mínimo obrigatório	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório 25%	(2.439)	(30.004)
Reserva de garantia operacional	(7.315)	(25.014)
Dividendos adicionais propostos	-	64.996
Dividendos intermediários	-	(39.996)
Saldo a distribuir	-	(25.000)
Dividendos propostos	-	25.000

18. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes sendo calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social:
a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	2023	2022
Corrente	(5.305)	(64.356)
Diferido	309	4.475
	(4.996)	(59.881)

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social a alíquota efetiva

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	15.264	179.895
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa	(5.189)	(61.164)
Exclusões (adições) permanentes		
Reintegra	84	253
Doações	(103)	(349)
Adições/exclusões	(113)	(50)
	(5.321)	(61.310)
Programa de alimentação do trabalhador	97	405
Adicional de alíquota	24	24
Doações	204	1.000
Imposto de renda e contribuição social	(4.996)	(59.881)
Taxa efetiva %	(32,73%)	(33,29%)

c) Tributos diferidos

	2023	2022
Variação cambial	(883)	(12)
Provisões	14.398	10.220
Arrendamento	1.167	1.056
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.218)	(3.731)
Avaliação do ativo biológico	(7.261)	(3.452)
Diferença de depreciação	(1.579)	(1.766)
	2.624	2.315

19. Receita líquida de vendas

	2023	2022
Mercado interno		
Ferro-gusa	91.548	141.590
Energia Elétrica	245	240
Biocarbono	61.982	36.036
Outros	93	8
	153.868	177.874
Mercado externo		
Ferro-gusa	418.932	719.754
	418.932	719.754
Impostos e devoluções		
(-) ICMS	(15.074)	(19.076)
(-) PIS/COFINS	(11.873)	(13.325)
(-) IPI	(1.172)	(3.155)
(-) Cancelamentos e devoluções	(1.264)	(895)
	(29.383)	(36.451)
	543.417	861.177

Informações geográficas - receita bruta de clientes no exterior

	2023	2022
Europa	286.831	374.520
América do Norte	132.101	345.234
	418.932	719.754

20. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Matéria-prima	(348.304)	(480.513)
Salários, encargos e benefícios	(68.534)	(51.711)
Depreciação e amortização	(28.516)	(26.529)
Serviços de terceiros	(30.232)	(24.449)
Manutenção e conservação	(10.600)	(8.846)
Aluguel de equipamentos	(14.989)	(12.234)
Distribuição e logística	(26.004)	(31.240)
Apoio comercial	(10.164)	(11.049)
Outras receitas e despesas	(21.293)	(16.916)
	(558.636)	(663.487)
Custo dos produtos vendidos	(482.594)	(581.595)
Despesas com vendas	(28.824)	(37.840)
Despesas gerais e administrativas	(47.218)	(44.052)
	(558.636)	(663.487)

21. Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Perdas	(140)	(3.723)
Constituições e reversões de provisões	(11.002)	(22.362)
Recuperação de despesas diversas	4.176	7.314
Outras, líquidas (a)	51.358	378
	44.392	(18.393)

(a) Deste total, o montante de R$ 51.171 refere-se a receita proveniente de acordo extrajudicial, arbitrado pela corte de Nova Iorque (EUA), que discutia preço de venda de transação comercial ocorrida em 2008, recebido em sua totalidade em setembro de 2023.

22. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3.966	3.195
Juros multas e descontos	426	340
	4.392	3.535
Despesas Financeiras		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(27.713)	(13.752)
Juros, multas e descontos	(147)	(147)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(45)	(174)
Arrendamentos	(2.983)	(3.535)
Outras	(709)	(238)
	(31.597)	(17.846)
Variação cambial (a)		
Incorrida	(467)	3.301
Provisão	2.561	2.273
	2.094	5.574
	(25.111)	(8.737)

(a) Variação cambial líquida de ativos a receber, contratos de câmbio, empréstimos e financiamentos e outras obrigações com terceiros.

23. Segmentos operacionais
A Companhia atua no segmento de Siderurgia, consolidando todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização do ferro-gusa. O segmento atende principalmente ao mercado automotivo.

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros
24.1. Fatores de risco financeiro
A Administração da Companhia é responsável pela gestão de riscos garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. É política da companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.
A Companhia está exposta a risco de mercado incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.
a) Risco de mercado
O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado e pode ser segregado em: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de *commodities*.
i) *Risco de taxa de juros*
A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia está sujeita aos índices pós-fixados CDI, IPCA e IGP-M.
ii) *Risco de câmbio*
A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais preponderantemente exportadora.
iii) *Risco de preço de commodities*
O ferro-gusa, principal produto de comercialização da Companhia, é uma *commodity* cujo preço de venda é determinado pelo mercado internacional levando-se em conta diversos fatores econômicos. Esse preço pode ter variações.
b) Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.
i) *Contas a receber*
O risco de crédito do cliente é feito de forma individualizada, conforme política previamente estabelecida. Adicionalmente, as operações de vendas muitas vezes são suportadas por cartas de crédito emitidas por instituições financeiras de primeira linha ou através de adiantamentos realizados pelos clientes.
A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes.
A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção. Não há histórico de perdas registradas em contas a receber.
ii) *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro*
O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida.
c) Risco de liquidez
A Companhia mantém a continuidade dos recursos financeiros e a flexibilidade através de contas garantidas, Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) e empréstimos bancários.

25. Eventos subsequentes
25.1 **Captação de Cédula de Produtor Rural Financeira**
A Companhia captou dívida bancária no montante de R$ 35.000, em 22 de fevereiro de 2024, com início de amortização em março de 2025, e liquidação prevista para fevereiro de 2027.

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - Diretora Presidente - CPF: 004.855.976-83; **Sandro Marques Raposo -** Diretor - CPF: 006.321.727-97; **Lucilla Abdala Miranda Ferreira** - Controller - CRCMG-69727/O.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **CBF Indústria de Gusa S.A.**
Belo Horizonte / MG

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da CBF Indústria de Gusa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CBF Indústria de Gusa S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 08 de abril de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC SP-015199/O
Tomás L. A. Menezes - CRC MG-090648/O

02/02

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ARTES E CULTURA - FUNDAC

CNPJ: 17.228.685/0001-20

RELATÓRIO AO CONSELHO DELIBERATIVO

Senhores Conselheiros e Diretores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2023.
As Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis na sede e/ou no site (www.fundac.org.br) da Fundação.
As demonstrações financeiras foram auditadas pela R&R Auditoria e Consultoria que emitiu seu relatório sem ressalvas em 04 de abril de 2024.
Belo Horizonte, 18 de abril de 2024

BALANÇO PATRIMONIAL DE 2023 E 2022 - Valores Expressos em Reais

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		**9.582.734**	**6.187.690**
Caixa e Equivalente de Caixa	5	5.774.030	1.087.800
Contas a Receber	6	2.520.937	4.013.194
Adiantamentos		1.272.716	1.047.972
Desp. Antecipadas		15.050	38.723
Ativo Não Circulante		**588.095.439**	**584.379.944**
Realizável a Longo Prazo		**1.923.551**	**2.549.105**
Bloqueios Judiciais	8	5.717	5.717
Conta Judicial CEF - PRE	9	1.445.189	2.017.453
Depósitos Recursais	10	130.413	144.438
Aplicação Financeira Vinculada	11	326.303	365.569
Impostos a Recuperar	12	15.929	15.929
Investimentos	13	**581.404.599**	**576.734.446**
Imobilizações	14	**1.325.003**	**1.654.107**
Intangíveis	14	**3.442.286**	**3.442.286**
TOTAL DO ATIVO		**597.678.172**	**590.567.634**

PASSIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		**10.807.157**	**9.436.665**
Fornecedores		636.468	500.950
Empréstimos e Financiamentos	15	2.010.540	1.762.974
Obrigações Tributárias	4h	150.410	120.923
Obrigações Trabalhistas	7b	251.147	294.341
Provisão para Férias e Encargos Sociais	7c	1.045.853	811.932
Débitos e Parcelamentos Federais	16	4.062.943	3.822.700
Receitas Recebidas Antecipadamente	17	756.505	1.604.155
Outras Obrigações	18	74.615	74.694
Projeto UFOP - Univ. Fed. de Ouro Preto	26	1.062.111	443.995
Projeto ELA - Pref. Municipal de BH - PBH	27	756.566	-
Passivo Não Circulante		**155.849.263**	**152.882.034**
Débitos e Parcelamentos Federais	16	128.456.140	126.191.431
Receitas Recebidas Antecipadamente	17	960.000	1.120.000
Provisões Contingenciais	19	693.929	1.273.525
IMEC - Inst. Mineiro de Educ. e Cultura	18	18.739.194	21.230.411
Empréstimos e Financiamentos	15	7.000.000	3.066.667
Patrimônio Líquido		**431.021.752**	**428.248.934**
Patrimônio Social		18.726.337	18.726.337
Reserva Estatutária		31.935.033	31.935.033
Ajuste Avaliação Patrimonial		196.686.972	196.686.972
Superávit / (Déficit) Acumulado		180.900.592	161.053.884
Superávit / (Déficit) do Exercício	20	2.772.818	19.846.708
TOTAL DO PASSIVO		**597.678.172**	**590.567.634**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - em reais (R$)

	Notas	Patrimônio Social	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superavit/ Déficit Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		**18.726.337**	**31.935.033**	**196.686.972**	**161.053.884**	**408.402.226**
Superávit do exercício de 2022		-	-	-	19.846.708	**19.846.708**
Saldos em 31/12/2022		**18.726.337**	**31.935.033**	**196.686.972**	**180.900.592**	**428.248.934**
Superávit do exercício de 2023	20	-	-	-	2.772.818	**2.772.818**
Saldos em 31/12/2023		**18.726.337**	**31.935.033**	**196.686.972**	**183.673.410**	**431.021.752**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Valores Expressos em Reais

NOTA 1 – Contexto Operacional

A "Fundação de Educação, Artes e Cultura – FUNDAC", sucessora da "Fundação Cultural de Belo Horizonte", criada por escritura pública em 19/10/1965 para ampliar as possibilidades, aprimorar e expandir os recursos de gerenciamento da então "Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Sua Sede está localizada na Rua Diamantina, nº 463, 3º andar – Bairro Lagoinha – Belo Horizonte – MG – CEP: 31.110-320, sendo suas mantidas a "TV Top Cultura", em Ouro Preto/MG, o "Colégio Educare", em Betim/MG e o "Centro Cultural Fundac", localizado em Belo Horizonte/MG. A Fundac tem como foco buscar novos empreendimentos e parcerias de acordo com suas atividades preponderantes, Educação, Artes e Cultura, conforme previsão estatutária. Os fatos relevantes que marcaram o exercício de 2023 foram: 1) A orientação filantrópica, que por meio da implantação do Projeto Educacional, concedeu Bolsa Social para 200 alunos da Educação Básica no Colégio Educare, de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; 2) A assinatura de um Termo de Colaboração com a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, por 60 meses, cujo objeto é a produção que contemple a proposição, execução, divulgação, circulação e transmissão de conteúdos e produtos que dialoguem com o Projeto de Gestão de Comunicação Integrada, em consonância com o Termo de Desenvolvimento Institucional da Universidade. 3) A assinatura de um Termo de Colaboração com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH cujo objeto é a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre a Fundação Municipal de Cultura - FMC e a Organização da Sociedade Civil - OSC, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização de ações formativas dos projetos Arena da Cultura e Integrarte, em consonância com as diretrizes e disposições constantes do Plano Político Artístico-Pedagógico da Escola Livre de Artes Arena da Cultura, por meio do planejamento e execução de diferentes percursos formativos nos 17 (dezessete) Centros Culturais Municipais, no Núcleo de Formação e Criação Artística e Cultural, no Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado, na Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, no Cine Santa Tereza, no Museu da Moda, no Centro de Referência das Juventudes, entre outros espaços, de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho. 4) A implantação do programa de Compliance, que tem como foco buscar a prevenção de inconformidades, avaliar riscos, apurar comunicados, avaliar e aplicar medidas corretivas e esclarecer dúvidas relativas a processos e condutas.

NOTA 2 – Declaração de Conformidade das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como base as normas e procedimentos descritos na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, aplicáveis às Entidades Sem Finalidade de Lucros e as normas completas brasileiras (Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07), naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002.

NOTA 3 – Data da Autorização para Emissão das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 04 de abril de 2024, pelo Conselho Fiscal em 11 de abril de 2024 e Conselho Deliberativo em 18 de abril de 2024.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

a) Propriedades para investimento: Estão demonstradas ao valor justo. **b) Provisões contingenciais:** Foram determinadas pela Administração, com base nas informações dos seus assessores jurídicos, os quais estimaram os valores prováveis a serem desembolsados pela Fundac e, também, a probabilidade de êxito e os prazos de pagamento dos respectivos processos. A Administração registrou somente os processos classificados pelos assessores jurídicos como perda provável e com estimativa de valores. **c) Parcelamentos tributários:** Registrados inicialmente pelo valor original do respectivo tributo e foram atualizados com base na variação da Selic ou IPCA, quando devido. São consolidados com as informações disponíveis dos respectivos órgãos gestores. **d) Julgamentos e estimativas:** A Administração utilizou julgamentos no momento da escolha de determinadas práticas contábeis, tais como a utilização das taxas de depreciação do ativo imobilizado. Além disso, fez estimativas para determinar as provisões contingenciais e o valor de recuperação de determinados ativos identificados nas demonstrações contábeis. Tais julgamentos e estimativas têm risco de provocar modificação material nos valores contábeis dos respectivos ativos e passivos, durante os próximos exercícios financeiros. **e) Contas a Receber e Contas a Pagar:** Grupos essenciais para manter a saúde financeira de uma empresa. Com eles é possível prever os melhores dias para realizar pagamentos, controlar inadimplências e oferecer condições mais vantajosas para determinados clientes. São reconhecidos como um ativo no balanço patrimonial. **f) PCLD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:** constituída para reconhecer perdas estimadas com o não recebimento de créditos registrados no ativo circulante, vencidos a mais de 360 dias. **g) Empréstimos:** O empréstimo deve ser registrado no Passivo Circulante (PC) e no Passivo Não Circulante (PNC) quando necessário, pelo seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação da operação. **h) Obrigações Fiscais e Tributárias:** São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela instituição, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte conforme determina a legislação. **i) Dívida IMEC:** Está registrado nessa rubrica a dívida referente a acordo de consolidação de uma dívida com Instituto Mineiro de Educação, que está registrado no passivo não circulante, sendo corrigida e amortizada anualmente. As principais políticas contábeis veem sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados como objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. No ano de 2023, as demonstrações contábeis sofreram pequenas alterações no demonstrativo do resultado para melhor apresentação das informações.

NOTA 5 – Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa ou Equivalente de Caixa	**5.774.030**	**1.087.800**
Fundos Fixos	**20.797**	**20.360**
Bancos Conta Movimento	**65.151**	**241.732**
Recursos Próprios	**65.063**	**241.732**
Cooperativa SICOOB	7.648	52.830
Daycoval	9	36
Santander	12.947	40.049
Transferências e/ou Devoluções	35.932	137.601
Caixa Econômica Federal	8.528	11.215
Recursos Projetos	**87**	-
Caixa Econômica Federal	87	-
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	**5.688.082**	**825.707**
Recursos Próprios	**3.869.492**	**825.707**
Cooperativa SICOOB	-	3.571
Caixa Econômica Federal	58.398	539.713
Santander	3.811.094	282.423
Recursos Projetos	**1.818.590**	**822.136**
Caixa Econômica Federal	1.748.383	539.713
Santander	70.207	282.423

O tipo de aplicações financeiras adotadas em 2023 foi CDB, com a taxa variável de 98 a 102% (CDI).

NOTA 6 – Contas a Receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	**2.520.937**	**4.013.194**
Mensalidades	932.994	1.997.872
Mensalidades Cartão de Crédito	890.562	1.084.672
Cheques Devolvidos	-	786
Cheques Pré-datados	65.515	88.039
IMEC - Instituto Mineiro de Educação e Cultura	914.754	880.830
Ser. Educacional S/A - Univeritas	85.000	76.500
Burger King - Campus Estoril	37.684	37.684
Coop. Dos Emp. Em Ações Cult. Hist. e Men - 5º Andar	7.355	6.150
Mining. Marketing Ltda. - 4º Andar	4.244	3.993
IDDS –Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social	29.116	31.116
Flavia Neves Soares	840.000	840.000
Snack Saudável Betim - AV	1.300	-
Consórcio Pereira Pitangui - Sede	2.500	-
Engehall Comércio e Treinamento Ltda. – 2º Andar	1.000	-
Mensalidades Cartão de Crédito - CENA	880	-
Outros Créditos	27.486	27.486
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa - Mensalidades	-1.319.452	-1.061.933
	2.520.937	**4.013.194**

*** VENDA DE 07 SALAS DO EDIFÍCIO FUTURE TOWER**
INFORMAÇÕES DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
Constitui objeto deste contrato, a compra e venda dos imóveis situados na Av. Augusto de Lima, nº 1.568, salas nº 1610, nº 1611, nº 1612, nº 1613, nº 1614, nº 1615 e nº 1616, bairro Barro Preto, em Belo Horizonte, MG, descritos e caracterizados respectivamente nas matrículas nº 99264, 99265,99266, 99267, 99268, 99269 e 99270, do Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, MG.
FLÁVIA NEVES SOARES, brasileira, advogada, doravante denominada isoladamente COMPRADORA. Mediante este instrumento e na melhor forma de direito, a FUNDAC promete vender o imóvel à COMPRADORA, que se compromete a adquiri-lo, e o faz pelo preço certo e pactuado de R$1.404.130,00 (um milhão, quatrocentos e quatro mil e cento e trinta reais). A FUNDAC declara que os imóveis objeto deste contrato se encontram livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, de qualquer espécie ou natureza, sejam eles extrajudiciais, pessoais em conjunto ou separadamente, fiscais, reais, foro, pensão, judiciais em qualquer instância ou tribunal, inclusive de que não há qualquer dívida, de qualquer espécie ou natureza, que possa recair sobre o referido imóvel, anterior à presente data, fazendo a presente venda firme e valiosa para todos os efeitos legais.

NOTA 7 – Folha de Pagamento, Obrigações e Provisões

a) Despesas com Pessoal: Tivemos um acréscimo de R$ 3.275.777, em função das contas que se referem a folha de pagamento com o aumento de funcionários do Colégio Educare, consequentemente para atender as disciplinas de bilíngue, LIV, infantil e crianças com necessidades especiais. Além das novas equipes do Projeto UFOP e Projeto ARENA; **b) Obrigações Trabalhistas:** Tivemos uma redução de R$ 43.195 em função das folhas de pessoal de todas as unidades serem pagas dentro do próprio mês trabalhado; **c) Provisões para Férias e Encargos Sociais:** em relação com as despesas com pessoal e obrigações trabalhistas, as respectivas provisões também sofreram acréscimo na ordem de R$ 233.920, como parte da folha de pagamento correspondente a todas as unidades.

NOTA 8 – Bloqueios Judiciais

O montante de R$ 5.717 em 31/12/2023 (R$ 5.717 em 2022) refere-se a valores bloqueados nas contas bancárias da Fundac, anteriores a 2015 e, em alguns casos, transferidos para contas judiciais específicas.

NOTA 9 – Conta Judicial CEF – PRE

Em abril de 2014, a Fundac obteve o deferimento de instauração do PRE – Procedimento de Reunião de Execuções, que se refere à reunião dos processos judiciais trabalhistas em fase de execução e estimou-se um pagamento inicial de 36 parcelas, de 29/05/2014 a 30/07/2016, em parcelas mensais de R$ 150.000,00 e de 30/08/16 a 30/04/17, em parcelas mensais de R$200.000,00. Em 12/09/2016, foi autorizado junto ao PRE a prorrogação do prazo por mais 24 (vinte e quatro) meses, sendo 12 parcelas de R$255.000,00 (julho/2017 a junho/2018), 12 parcelas de R$ 270.000,00 (julho/2018 a junho/2019), tendo sido cumprido pela Fundac. Sendo o saldo em 31/12/2022 de R$ 2.017.453 para R$1.445.189, em 31/12/2023.

NOTA 10 – Depósitos Recursais

O montante de R$ 130.413, em 31/12/2023 (R$ 144.438, em 2022), refere-se a valores depositados em contas judiciais especiais para garantir à Fundac o direito de recorrer das decisões judiciais trabalhistas. No momento do pagamento da reclamatória trabalhista estes depósitos poderão ser utilizados como parte de pagamento dos reclamantes ou revertidos para a Fundac. Estes depósitos recursais, em sua maioria, estão custodiados na Caixa Econômica Federal.

NOTA 11 – Aplicação Financeira Vinculada

O montante de R$ 292.259, em 31/12/2023 refere-se à aplicação financeira em um Fundo de Investimento, denominado SUL AMÉRICA FIX 100 IV FI Renda Fixa, relativo a reserva de crédito das contribuições feitas pela Fundac para a constituição do plano de previdência privada de seus colaboradores até 2009. Esta aplicação estava custodiada no Bradesco Vida e Previdência até setembro de 2014, após este mês, foi feita a portabilidade para a SulAmérica. Esta aplicação somente poderá ser utilizada para pagamento da parte da Fundac ao novo plano de previdência que foi implantado para os atuais e futuros funcionários, na modalidade de Contribuição Definida. Após a implantação do novo plano de previdência, há uma estimativa de limite máximo de contribuição por parte da Fundac de R$ 75,00/mês por funcionário. A Fundac possui 252 funcionários ativos em 31/12/2023.

NOTA 12 – Impostos a Recuperar

O montante de R$ 13.538 refere-se a pagamentos de uma modalidade do REFIS, Lei 12.996 – código 4720 - PGFN Débitos Previdenciários, que a Fundac pretende compensar ou restituir junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Sendo que o restante dos valores equivale a R$ 2.391 de IRRF a recuperar, totalizando em R$ 15.929.

NOTA 13 – Propriedades para Investimentos

Descrição	31/12/2022	Avaliação a valor justo/Obra	Baixa	31/12/2023	
Propriedades para Investimentos					
Rua Mário Werneck, 1685 - Estoril - BH	480.521.000	-	-	480.521.000	
Rua Diamantina, 567 - Lagoinha - BH (Campus Univeritas)	41.315.000	-	-	41.315.000	
Rua Diamantina, 426 e 463 - Lagoinha - BH (Centro Cultural)	22.250.000	771.421	-	23.021.421	
Rua Diamantina, 632 - Lagoinha - BH	1.000.000	-	-	1.000.000	
Rua Diamantina, 591 - Lagoinha - BH	2.850.000	-	-	2.850.000	
Av. Augusto de Lima, 1568 - Barro Preto - BH - Ed. Future Tower	220.000	-	-	220.000	
R. José Hem. de Andrade, 1145 - Buritis - BH - EMV	21.618.354	3.354.023	-	24.972.377	(a)
R. José Hem. de Andrade, S/N - Lotes 17 e 18, Q. 115 - Buritis-BH	1.634.000	-	-	1.634.000	
R. Begônia, S/N - Lote 8, Q. 129 - Jardim das Alterosas - Betim	298.800	-	-	298.800	
Quadras 144, 146 a 148, 151 a 154 - Campina G. - Felixlândia	4.256.000	-	-	4.256.000	
Obra em Andamento 3º andar Teatro - Nova Sede	771.291	130	771.421	-	
Rua Diamantina, 491 - Casa - Lagoinha - BH	-	1.543.833	227.833	1.316.000	(a)
	576.734.445	**5.669.408**	**999.255**	**581.404.598**	

a) Propriedades para Investimento: Os imóveis abaixo encontram-se registrados a valor justo por meio de avaliação de mercado. As propriedades para investimento da FUNDAC são classificadas como ativos mensurados a valor justo de forma não recorrente, conforme NBC TG 46 (Mensuração do valor justo). Abaixo os imóveis que foram avaliados em 2023 com seus respectivos valores de avaliação, que foram acrescidos ao valor contábil.

R. José Hemetério de Andrade, 1145 – Buritis – BH – EMV [86]	3.354.023,
R. Diamantina, 491 – Casa – Lagoinha – BH [3711]	743.833,
	4.097.856.

Análise da necessidade de constituição de provisão para redução ao valor de recuperação – impairment - A Administração não identificou qualquer indício de que suas propriedades estejam registradas com valor superior ao mercado, o que geraria, caso fosse detectado, a necessidade de constituir provisão para redução ao valor de recuperação. A cada ciclo de 5 anos, a Administração da Fundac contrata empresa especializada para fazer avaliação de valor de mercado de suas propriedades com o objetivo de corresponder ao valor justo, sendo a última avaliação efetivada no exercício de 2023.

NOTA 14 – Imobilizado/Intangível

Descrição	Taxa %	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2022
Móveis e Imóveis - Sede					
Edificações	4	-	-	425.000	425.000
Terrenos		-	-	375.000	375.000
Instalações	10	565.934	7.733	-	558.202
Equipamentos de Informática	20	230.382	8.641	-	221.741
Móveis e Utensílios	10	191.993	21.260	-	170.733
Veículos	20	22.341	-	-	22.341
Máquinas, Equip. e Comunicação	10	83.852	12.311	-	71.542
Instrumentos Musicais	10	25.140	-	-	25.140
Obras de Arte		20.335	-	-	20.335
		1.139.978	**49.945**	**800.000**	**1.890.033**
Móveis e Imóveis - AV					
Máquinas, Equip., Com. e Laboratórios	10	158.823	42.435	-	116.387
Móveis e Utensílios	10	577.679	77.156	-	500.522
Equipamentos de Informática	20	506.118	277.608	-	228.511
Instalações	10	89.188	70.490	-	18.698
		1.331.808	**467.690**		**864.118**
Móveis e Imóveis - F					
Máquinas, Equip. e Comunicação	10	-	-	28.686	28.686
Móveis e Utensílios	10	-	-	60.919	60.919
Equipamentos de Informática	20	-	-	18.184	18.184
		-	-	**107.789**	**107.789**
Móveis e Imóveis - Teatro					
Máquinas, Equip. e Comunicação	10	219.563	3.219	-	216.344
Móveis e Utensílios	10	11.481	2.758	-	8.723
Equipamentos de Informática	20	64.927	2.811	-	62.117
Instalações	10	46.018	4.863	-	41.155
		341.989	**13.650**		**328.339**
Móveis e Imóveis - CENA					
Máquinas, Equip. e Comunicação	10	4.856	4.856	-	-
Móveis e Utensílios	10	5.645	5.645	-	-
Móveis e Utensílios	10	394	394	-	-
		10.895	**10.895**	-	-
Total Imobilizado		**2.824.671**	**542.180**	**907.789**	**3.190.280**
(-) Depreciação Acumulada		-1.499.669	-288.370	-251.865	-1.536.173
		1.325.003	**830.550**	**1.159.655**	**1.654.107**

Intangível

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Intangíveis	**3.442.286**	**3.442.286**
Custo	**3.458.002**	**3.458.002**
Direitos Autorais	38.004	38.004
Marcas e Patentes	3.404.283	3.404.283
Software	15.716	15.716
(-) Amortização Acumulada	**-15.716**	**-15.716**
Software	-15.716	-15.716

NOTA 15 – Empréstimos e Financiamentos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Banco Itaú - contrato 20132886800-9	10.540	10.540
Banco Santander - contrato 16530	-	1.752.434
Banco Santander - contrato 19770	2.000.000	-
	2.010.540	**1.762.974**
Não Circulante		
Banco Santander - contrato 16530	-	3.066.667
Banco Santander - contrato 19770	7.000.000	-
	7.000.000	**3.066.667**

Empréstimos com Banco Itaú refere-se a um financiamento de um ônibus Escolar para a Unidade de Arquipélago Verde feito em 2017. Empréstimo com Banco Santander contrato n.º16530 foi liquidado em 06/2023 e firmado um novo contrato de n.º19770 na modalidade de capital de giro, com taxa de juros de 0,3400% ao mês + 100% CDI, em doze parcelas, sendo em 28/06/2023 a 28/06/2028.

NOTA 16 - Débitos e Parcelamentos Federais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
RFB - Demais débitos não parcelados	110.528.657	105.694.418
PGFN - Demais débitos - Lei 12.996/14 Código 4737 *	13.864.589	15.335.878
RFB - Demais débitos - Lei 12.996/14 - Código 4750 *	7.885.026	8.619.023
RFB - Débitos Previdenciários - Lei 12.996/14 Código 4743 *	196.313	222.265
RFB - Fazendário 6375171 - 0561/8301/5952	12.574	40.000
RFB - previdenciário 632775564 - 4308	23.755	74.773
PGFN - Previdenciário 002.469.545 - 1734	8.169	27.774
	132.519.083	**130.014.131**
Circulante	4.062.943	3.822.700
Não circulante	128.456.140	126.191.431
	132.519.083	**130.014.131**

O débito com a PGFN, na rubrica de R$ 110.528.657, atualizados em 31/12/2023, refere-se a COFINS, PIS e multa isolada, IRPJ e CSLL e não foi consolidado por encontrar-se em discussão na via judicial, pelo escritório especializado Coimbra, Chaves & Batista Sociedade de Advogados. Esse débito está sendo atualizado com base na variação da Selic.
* Valores parcelados no Refis lei 12.996/2014.
Pedido de parcelamento efetuado 22/08/2014, nos moldes da Lei 12.996/2014, contemplando valores a débitos de exercícios anteriores a 2009. A Consolidação dos respectivos débitos foram feitos junto à Receita Federal do Brasil em 23/09/2015 em 180 parcelas no âmbito da RFB demais débitos, previdenciários e no âmbito da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional demais débitos. Restam em 31/12/2023, aproximadamente 83 de 180 parcelas do Refis a serem pagas e o prazo previsto para término é julho/2028, setembro/2029 e novembro/2029 conforme códigos parcelados.

NOTA 17 – Receitas Antecipadas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Mensalidades recebidas antecipadamente	596.505	1.444.155
Aluguéis Recebidos Antecipadamente	160.000	160.000
	756.505	**1.604.155**
Não Circulante	960.000	1.120.000
	1.716.505	**2.724.155**

NOTA 18 – Outras Obrigações

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Cartão de Crédito - Banco Daycoval S.A	16.611	6.416
Aluguéis e Condomínios - Filadélfia e Arquipélago Verde	57.855	68.278
Cartão de Crédito - Get Net - CENA	149	-
	74.615	**74.694**
Não Circulante		
Imec- Instituto Mineiro de Educação	18.739.194	21.230.411
	18.739.194	**21.230.411**

Em 12 de dezembro de 2017 houve um acordo da consolidação da dívida do IMEC com a Fundac, representado no não circulante no balanço patrimonial, no valor de R$ 21.230.411, em 2022 e R$ 18.739.194, com saldo atualizado em 31/12/2023.

NOTA 19 – Provisões Contingenciais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências trabalhistas	83.256	712.376
Provisão para contingências cíveis	610.426	560.903
Provisão para Contingências Tributárias	247	247
	693.929	**1.273.525**
Circulante	-	-
Não circulante	693.929	1.273.525
	693.929	**1.273.525**

A Fundac possui ações judiciais, cujos passivos explicitados abaixo:

1. Trabalhistas: Foram classificadas como perda provável 03 ações judiciais e estão registradas nas demonstrações contábeis no valor de R$ 83.256, no longo prazo. Existem 04 ações judiciais classificadas como perda remota e não há ação judicial classificada como perda possível em 31/12/2023. *"Em 19/12/2013, a Fundac requereu ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a aprovação de um plano de pagamento mensal variável, respeitando o prazo máximo de três anos, para a quitação de parte da sua dívida trabalhista, correspondente, na ocasião, a R$ 7.906.780,99, tendo sido deferido. Em abril de 2016 a Fundac requereu prorrogação do prazo por mais 24 meses, com término previsto para junho/19, pelo que foi deferido e cumprido pela Fundac. O valor encontra-se contemplado no montante registrado na rubrica de provisão para contingências trabalhistas. Em 31/12/2023 consta um saldo de pagamentos realizados no PRE no valor de R$ 1.445.189. O montante da contingência trabalhista poderá ser contemplado com os valores do saldo do PRE."*

2. Cíveis: Foram classificadas como perda provável 01 ação judicial sendo a Fundac ré e 01 ação judicial sendo a Fundac autora/reconvinda e registradas nas demonstrações contábeis no valor de R$ 610.426. Há 05 ações judiciais classificadas como perda provável, sendo a Fundac autora/terceira interessada, sem valor contábil. Há 07 ações judiciais classificadas como perda remota, sendo a Fundac ré, todas sem valor contábil. Há 09 ações judiciais classificadas como perda possível, sendo 03 como autora, 05 como ré e 01 como terceira interessada. Há 03 ações classificadas como perda remota, sendo a Fundac autora, mas sem valor contábil. **3. Fiscais/Tributárias:** Tributário Jurídico Interno: 02 ações judiciais classificadas como perda provável, sendo a Fundac ré, cujos valores estão provisionados no parcelamento fiscal e 02 ações judiciais classificadas como perda provável, sendo a Fundac autora, e estão registradas nas demonstrações contábeis no valor de 247.00. Tributário Coimbra e Chaves: 06 ações judiciais e 02 processos administrativos na RFB, classificados como perda possível, sendo a Fundac ré. 01 ação judicial classificada como perda possível e 01 ação judicial classificada como perda remota, sendo a Fundac autora. Não há ações com classificação de perda provável. **Anulatória Débito Fiscal –** *"Em 06/09/2018 foi apresentada carta de cobrança pela RFB relativo a um débito constante em um auto de infração que exigiu pagamento de Multa Isolada por compensação considerada não declarada, o valor atualizado de R$ 80.695.644,36(oitenta milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos). Conforme Termo de Verificação Fiscal (Termo de Distribuição nº. 0600100.2016.00011), lavrado em 11/03/2016, a Fundac supostamente transmitiu, em março de 2012, Declaração de Compensação – DCOMP (03390.47271.130312.1.3.04-9039), considerada pela Receita Federal do Brasil como não declarada, referente ao aproveitamento supostamente irregular de crédito para compensação de débito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Programa de Interação Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A Fundação impugnou a cobrança lançada no Processo Administrativo Fiscal - PAF nº. 10600.720014/2016-11, e ingressou com os recursos cabíveis, na via administrativa, tendo sido negado provimento aos recursos e mantida a decisão definitiva de lançamento do débito. Em 13/09/2018 foi distribuída ação anulatória nº 1011042-80.2018.4.01.3800, com pedido de tutela de urgência que foi indeferida. A Ação judicial encontra-se fundamentada na ausência da precisa identificação de eventual fato punível, porque os débitos indicados no pedido de compensação não eram devidos ou ainda em razão da impossibilidade de se aplicar multa em relação a fato impunível decorrente do exercício de direito constitucional. Em abril de 2019 foi proferida sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, tendo a Fundac interposto o recurso de Apelação. Em 30.09.19 o Ministério Público Federal apresentou parecer deixando de se manifestar sobre o mérito do feito, por não haver interesse público. Em 30.08.22 os autos foram remetidos para a Justiça Federal da 6ª Região. A chance de êxito é considerada possível, vez que o recurso de Apelação ainda não foi julgado e não há entendimento firmado nos tribunais superiores acerca dos fundamentos da decisão do lançamento fiscal.*

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT / (DEFICIT) DO EXERCÍCIO - em reais (R$)

RECEITAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Operacionais			
Prestação de Serviços Educacionais	21	15.581.880	13.677.707
(-) Bolsas de Estudo Integral (100%) Filantropia	21/25	(2.611.236)	(1.765.394)
(-) Bolsas de Estudo - SAAEMG	21	(360.772)	(223.220)
(-) Bolsas de Estudo - SINPRO	21	(488.942)	(367.635)
(-) Bolsas de Estudo - ESCOLA PÚBLICA	21	(122.788)	(92.781)
(-) Bolsas de Estudo - SIND UTE	21	(67.777)	-
Isenções de Contribuições Sociais	25	2.723.225	1.943.050
		14.653.590	**13.171.728**
Atividades Culturais			
Centro Cultural - Teatro Ney Soares		809.825	466.557
Projeto CENA - Teatro Ney Soares		4.213	-
Projeto UFOP - Univ. Fed. de Ouro Preto	26	1.404.486	370.241
Projeto ELA - Pref. Municipal de BH - PBH	27	1.673.476	-
TV - Top Cultura - Ouro Preto		-	11.300
		3.892.000	**848.098**
Receitas com Aluguéis			
IMEC - Instituto Mineiro de Educação e Cultura	22	10.603.878	10.023.718
Ser Educacional S/A - Univeritas	22	1.020.000	977.500
BK Brasil Op. e Assess. a Rest. S.A - Burger king	22	452.218	432.949
Mining Marketing Ltda - 4º andar - Teatro	22	55.217	50.409
Coop. dos Empr. em ações Cult. - 5º andar - Teatro	22	77.464	73.800
Engehall Comércio e Trein. - 2º andar - Teatro	22	14.000	-
IDDS - Inst. de Dign. e Des. Social - Montain View	22	361.387	233.367
Consórcio Pedreira Pitangui - Casa nº 491	22	15.942	-
		12.600.106	**11.791.743**
Demais Receitas			
Outras Receitas	13a	4.475.304	22.511.998
		4.475.304	**22.511.998**
		35.620.999	**48.323.567**
DESPESAS			
Operacionais			
Administrativas / Gerais			
Despesas com Pessoal	7a	(13.055.529)	(9.779.752)
Material de Consumo		(456.122)	(569.755)
Serviços de Terceiros		(1.970.295)	(1.096.756)
Administrativas		(4.744.838)	(3.785.376)
Impostos e Taxas	27	(64.110)	(259.799)
(Indenizações) / Ressarcimentos judiciais, líquidos		(696.136)	(4.074)
Reversão (Despesas) de Provisões	28	595.631	308.430
Isenções de Contribuições Sociais	25	(2.723.225)	(1.943.050)
		(23.114.624)	**(17.130.133)**
Educação			
Benefícios Complementares	25	(346.506)	(317.315)
		(346.506)	**(317.315)**
Resultado Operacional		**12.159.870**	**30.876.120**
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		833.747	353.406
Despesas Financeiras		(10.220.798)	(11.382.817)
	23	**(9.387.052)**	**(11.029.411)**
SUPERAVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	20	**2.772.818**	**19.846.708**

NOTA 20 – Superávit - O exercício de 2023 apresentou superávit no montante de **R$ 2.772.818,** em função de renegociações com fornecedores, términos de contratos juntos aos terceirizados reduzindo custos, amortização do saldo devedor dos débitos parcelados no Refis Lei 12.996/2014, aumento das matrículas escolares e devido a avaliação do grupo de bens imóveis registrados em propriedades para investimento.

NOTA 21 – Receitas com Prestação de Serviços Educacionais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prestação de Seviços Educacionais	15.581.880	13.677.707
(-) Bolsas de Estudo Integral (100%) Filantropia	(2.611.236)	(1.765.394)
(-) Bolsas de Estudo - SAAEMG	(360.772)	(223.220)
(-) Bolsas de Estudo - SINPRO	(488.942)	(367.635)
(-) Bolsas de Estudo - SIND UTE	(67.777)	-
(-) Bolsas de Estudo - ESCOLA PÚBLICA	(122.788)	(92.780)
	11.930.365	**11.228.678**

Os valores apresentados no quadro acima, refere-se a receitas com mensalidades, taxas escolares e material didático provisionados no exercício de 2023 da unidade do Colégio Educare - Arquipélago Verde.

NOTA 22 – Receitas com Aluguéis

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Instituto Mineiro de Educação e Cultura	10.603.878	10.023.318
Ser. Educacional S/A - Univeritas	1.020.000	977.500,
Burger King - Campus Estoril	452.218	432.949,
Mining Marketing Ltda - 4º Andar - Teatro	55.217	50.409,
Coop. dos Empr. Em Ações Cut.. 5º Andar - Teatro	77.464	73.800,
Engehall Comércio e Treinamento Ltda. 2º andar - Teatro	14.000	-
IDDS - Inst. De Dignidade e Desenv. Social - Moutaim View	361.387	233.367
Consórcio Pedreira Pitangui - Sede - Casa nº 491	15.942	-
	12.600.106	**11.791.343**

A FUNDAC possui, no exercício de 2023, 08 locatários: Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S/A, contrato com vencimento em 12/2039, Ser Educacional S.A, contrato assinado em 13/04/2018, com vigência de 10 anos, Burger King, contrato assinado em 02/05/2019 com vigência de 10 anos, Mining Marketing Ltda (4º Andar do Centro Cultural Fundac), com vigência de 36 meses, iniciando em 01/05/2021 e findando-se em 30/04/2024, Cooperativa dos Empreendedores em Ações Culturais, História e Memória (5º Andar do Centro Cultural Fundac) com vigência de 12 meses, iniciando em 25/11/2020 com renovação automática e IDDS – Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social (salas 506 e 602 e 07 vagas de garagem do Edifício Moutain View) com vigência de 36 meses, iniciando em 16/05/2022, findando-se em 15/06/2025. Consórcio Pedreira Pitangui – Casa - Rua Diamantina,491, Bairro Lagoinha, BH, MG, O prazo do presente contrato será determinado, iniciando em 12 de setembro de 2023 e finalizando na data de 11 de setembro de 2024, só podendo ser renovado por Termo Aditivo e Engehall Comércio e Treinamento Ltda (2º Andar do Centro Cultural Fundac), com vigência de 24 meses, iniciando em 24/05/2023 e findando-se em 23/05/2025, só podendo ser renovado por Termo Aditivo.

NOTA 23 – Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	-76.031	-65.009
Descontos Concedidos	-10.771	-1.715
	-86.801	**-66.725**
Juros, Multas e Variações. Monetárias		
Sobre Empréstimos	-1.364.102	-1.216.494
Sobre Fornecedores	-9.591	-10.505
Sobre Tributos *	-6.516.070	-6.440.684
Sobre Outros Passivos ou Ativos	-1.969.250	-2.239.861
Perdas de Recebíveis	-1.430	-346.615
	-9.860.443	**-10.254.159**
Provisão p/ Cred. De Liquid. Duvidosa - PCLD		
Mensalidades Escolares	-273.554	-1.001.986
Provisão de Cheques Pós-Datados	-	-59.947
	-273.554	**-1.061.933**
Receitas Financeiras		
Sobre Outros Passivos ou Ativos	29.690	141
Sobre Aplicação Financeira	360.431	270.332
Sobre Previdência	129.532	33.987
Sobre Depósitos Recursais PRE	308.124	-
Sobre Descontos Recebidos	4.368	4.688
Sobre Mensalidade e/ou Taxas	-	273
Sobre Distribuição de Lucros SICOOB	1.601	43.985
	833.747	**353.406**
	-9.387.052	**-11.029.411**

* Valores sobre tributos.

A variação do resultado financeiro se deu em função da correção dos parcelamentos ativos e dos juros dos débitos não parcelados, de empréstimos, de dívida trabalhista junto ao IMEC e da constituição de provisões para perdas de créditos a receber. Cinquenta e seis por cento dessa variação se deu em razão da correção dos tributos não parcelados, classificados no não circulante.

NOTA 24 – Seguros

A Fundac faz seguro de veículo, gestão e imóveis próprios ou alugados que estão sendo utilizados em suas operações, ou seja, na Sede, no Centro Cultural, na TV e no Colégio Educare. A cobertura contratada é contra incêndio, danos elétricos, responsabilidade cível, etc. Para as propriedades da Fundac alugadas para terceiros, os locatários são os responsáveis pela contratação do seguro.

1 - Renovação seguro veículo Fiat Uno Mille Way placa OQE-1770 - Apólice nº. 0906090890431 - vigência: 14/04/2023 a 14/04/2024 - MAFRE SEGUROS.
2 - Renovação seguro responsabilidade e gestão - Apólice nº 28.10.0021198.28 - vigência: 17/05/2023 a 17/05/2024 - Corretora - BHR- Assessoria e Corretora de Seguro - CHUBB SEGUROS.
3 - Renovação do seguro Apólice nº 1.180.083.750 - vigência: 30/03/2023 a 30/03/2024 imóveis - TEATRO - SUB-SOLO, Rua Diamantina, nº 463, Bairro Lagoinha, BH/MG- CHUBB SEGURO.
4 - Renovação do seguro Apólice nº 118.0083792 - Vigência: 30/03/2023 a 30/03/2024 imóveis - TEATRO - (1º, 2º, 3º, 4º E 5º ANDAR), Rua Diamantina, nº 463, Bairro Lagoinha, BH/MG - CHUBB SEGURO.
5 - Renovação do seguro Apólice nº 118 06 4101843 - vigência: 14/03/2023 a 14/03/2024 imóveis - CASA, Rua Diamantina, nº 491/529, Bairro Lagoinha, BH/MG - PORTO SEGURO.
6 - Renovação do seguro Apólice nº 1099300015754 - vigência: 31/08/2023 a 31/08/2024 - SEGURO PRUDENTIAL - CORRETORA BHR.
7 - Renovação do seguro Apólice nº 624007972 - vigência: 06/09/2023 a 06/09/2024 - imóvel - Rua Capri nº 251 Bairro Arquipélago Verde - Betim - BRADESCO SEGURO.
08 - Renovação do seguro Contrato nº. 7303301 - Vigência: 01/02/2023 a 01/02/2024 - Seguro Escolar - MAFRE SEGUROS - Unidade Arquipélago Verde.
09 - Renovação do seguro CONTRATOS nº. 4199133756 / 4199133832 - Vigência: 01/12/2022 a 01/12/2023 - Seguro de Assistência Medica e/ou Odontológica - PROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA.
10 - Renovação do seguro Apólice nº. 2173-207887 - Vigência: 01/02/2023 a 01/02/2024 - Seguro Escolar - MAFRE MULTIFLER - Unidade Arquipélago Verde.
11 - Renovação do seguro Apólice nº. 18.03.4012414 - Vigência: 14/11/2022 a 14/11/2023 - Seguro Empresarial - Unidade Arquipélago Verde.
12 - Seguro Apólice nº. 118.06.402980 - Vigência: 19/05/2023 a 19/05/2024 - Estacionamento - Rua Francisco Soucasseax, 92 - Lagoinha.

NOTA 25 - Filantropia

Filantropia - São entidades sem fins lucrativos, aquelas que prestam serviços gratuitos (total ou parcialmente) de assistência social, saúde ou educação a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. A qualidade de beneficente de assistência social da entidade é certificada pelo Ministério da Assistência Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação (MEC) conforme sua área de atuação. Para receber a certificação a entidade deve cumprir todos requisitos estabelecidos pelos artigos 6º ao 33º. da Lei Complementar nº 187/2021. De acordo com a legislação do Terceiro Setor, a Fundação de Educação, Artes e Cultura – FUNDAC atendeu a ITG 2002 e no ano de 2023 concedeu bolsas sociais de 100% na área de educação básica, ensino médio e fundamental no valor de R$ 2.611.236, além disso concedeu bolsas de estudo SAAEMG R$ 360.772, bolsas de estudo SINPRO R$ 488.942, bolsas de estudo ESCOLA PÚBLICA R$ 122.788 e bolsas de estudo SIND UTE R$ 67.777, totalizando o valor de R$ 3.651.515, em sua unidade do Colégio Educare localizadas na cidade de Betim/MG. Foi concedido no período de 2023, 200 bolsas integrais de 100% considerando os requisitos assistenciais previsto na Lei Complementar 187/2021, além disso foi concedido também à todos alunos do Programa Social Bolsa de Ensino FUNDAC, benefícios complementares relativos a materiais didáticos e uniformes no montante de R$ 346.506, conforme art. 19 e parágrafos III, IV e V. A filantropia tem como papel central **complementar – e jamais substituir – a ação das políticas públicas e do Estado** no que se refere aos interesses da sociedade, nas mais diversas áreas, como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança Pública, entre outras. Mais do que proporcionar assistência ou recursos financeiros emergenciais para aquilo que o Estado não é capaz de suprir em determinado momento, a filantropia tem como grande objetivo **oferecer novos modelos e propostas para o bom funcionamento da sociedade**. Tanto as políticas públicas quanto a filantropia são essenciais – e funcionam ainda melhor quando dialogam entre si e caminham juntas. Sendo assim, a Fundação criou também no ano de 2020 o Centro Cultural localizado na Rua Diamantina, nº 463, Bairro Lagoinha na cidade de Belo Horizonte, onde são realizados diversos eventos culturais abrangendo a toda população da capital mineira e regiões vizinhas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA em reais (R$)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+/-) Superávit / (déficit) do exercício	20	2.772.818	19.846.708
Ajustado por:			
(+) Depreciações e amortizações		191.329	172.544
(-) Resultado de Avaliação a Valor Justo	13	(4.097.856)	(22.415.878)
SUPERAVIT / (DEFICIT) AJUSTADO		**(1.133.710)**	**(2.396.626)**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS			
(AUMENTO) OU DIMINUIÇÃO NOS ATIVOS			
Contas a receber		1.492.257	74.712
Adiantamentos		(224.743)	(177.180)
Despesas antecipadas		23.673	2.262
Estoques		-	54.193
Conta Judicial CEF - PRE		572.264	-
Depósitos Recursais		14.025	32.539
Aplicação financeira vinculada		39.266	82.498
		1.916.741	**69.024**
AUMENTO OU (DIMINUIÇÃO) NOS PASSIVOS			
Fornecedores		135.518	224.556
Obrigações fiscais		29.487	46.138
Obrigações trabalhistas		(43.195)	176.559
Provisão para férias e encargos sociais		233.920	108.210
Débitos e parcelamentos federais		2.504.952	2.723.740
Receitas recebidas antecipadamente		(1.007.650)	(177.620)
Provisões contingenciais		(579.596)	(241.700)
Projeto UFOP - Univ. Fed. De Ouro Preto		618.116	443.995
Projeto ELA - Prefeitura Municipal de BH - PBH.		756.566	-
Outras Obrigações		(2.491.446)	(2.277.943)
		156.672	**1.025.935**
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NO FLUXO OPERACIONAL		**939.703**	**(1.301.667)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Baixa de Investimentos/Imobilizado		-	1.570.000
Aquisição de Imobilizado		(434.372)	(1.308.417)
		(434.372)	**261.583**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Empréstimos e Financiamentos		4.180.899	(1.840.000)
		4.180.899	**(1.840.000)**
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**4.686.230**	**(2.880.084)**
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Saldo no fim do exercício	5	5.774.030	1.087.800
Saldo no início do exercício		1.087.800	3.967.884
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**4.686.230**	**(2.880.084)**

DEMONSTRATIVO DE BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS

		Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)		**1.426**
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	200
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	**I**	**200**
Outras bolsas integrais (b)		36
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específicaregulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		100
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	**N**	**1.290**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	**P**	**0**
Numero total de bolsas integrais equivalentes	**B**	**200**
Outras bolsas parciais		
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R$ 346.506,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R$15.581.880,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.326
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R$ 11.751,04
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		29 **Atendido**
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		67
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	**Bc**	**29**
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		**Art. 13**
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		**Atendido**
Quantidade mínima de bolsas 1/9		**Atendido**

DEMONSTRATIVO DE BENEFICIOS COMPLEMENTARES

	Área de Atuação	Tipo de Ação	Nº Beneficiários	Gratuidade R$
Assistência Educacional	Benefícios Complementares	Fornecimento de uniformes e material didático.	200	346.506,

Isenções Previdenciárias Usufruídas - Todas as ações socioassistenciais desenvolvidas pela FUNDAC tiveram caráter preventivo e de inclusão social. Os valores relativos às isenções para Contribuições Sociais (INSS e a COFINS), gozadas durante o exercício de 2023 representaram R$ 2.723.225, (valor acumulado de R$ 8.852.890, de isenções usufruídas nos últimos 05 anos). Em 11/02/2019 a FUNDAC impetrou Mandado de Segurança a fim de que fosse determinado que a Autoridade Coatora suspendesse, qualquer ato tendente a desconsiderar as imunidades tributárias às quais faz jus, insculpidas no art. 195, §7º da Constituição da República de 1988, em razão de eventual descumprimento de requisitos estipulados em legislação ordinária, em especial aqueles constantes, à época, da Lei nº 12.101/2009, atualmente previstos na Lei Complementar nº 187/2021. Foi proferida sentença que denegou a segurança, tendo sido interposto recurso, ainda não julgado.

NOTA 26 – Projeto UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UFOP E A FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ARTES E CULTURA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.
Processo UFOP nº 9534 /2022
A União, por intermédio da **Universidade Federal de Ouro Preto**, doravante denominada **UFOP**, com sede no endereço na Rua Diogo de Vasconcelos, nº 122, Bairro Pilar, CEP 35.400-000, em Ouro Preto – MG, inscrita no CNPJ sob no 23.070.659/0001-10, representada neste ato por sua Reitora, Prof.ª Cláudia Aparecida Marliére de Lima, e a **Fundação de Educação, Artes e Cultura,** organização da sociedade civil ou organização da sociedade civil de interesse público, doravante denominada **OSC**, situada na Rua Diamantina, nº 491, Bairro Lagoinha, Belo Horizonte/MG, CEP 31.110-320, inscrita no CNPJ sob o número 17.228.685/0001-20, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Kleber Garcia Campos, e pelo seu Diretor Financeiro, o Sr. Virgílio Varela Vianna. Constitui objeto do presente termo de colaboração a produção público-educativa que contemple a proposição, execução, divulgação, circulação e transmissão de conteúdos e produtos que dialoguem com o Projeto de Gestão de Comunicação Integrada da UFOP, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade, através da produção de conteúdos público-educativos, nas quantidades e condições previstas no Plano de Trabalho. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 60 meses a partir da data de sua assinatura em 07/03/2023. Para a execução das atividades (ou projetos) previstas (os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor total de R$ 12.000.000, (doze milhões de reais) sendo os recursos recebidos em 2023 no valor R$ 1.963.614 (hum milhão, novecentos e sessenta e três mil, seiscentos e quatorze reais).

Descrição	Saldo a Realizar em 31/12/2022	Recursos Recebidos	Rendi-mentos	Recursos Aplicados	Saldo a Realizar em 31/12/2023
Projeto					
UFOP – Univ. Fed. de Ouro Preto - 06 meses	443.995	0,00	29.702	-270.893	202.804
UFOP – Univ. Fed. de Ouro Preto - 05 Anos	0,00	1.963.614	29.285	-1.133.592	859.307
Total	**443.995**	**1.963.614**	**58.987**	**1.404.486**	**1.062.111**

NOTA 27 – Projeto Ela Arena – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ARTES E CULTURA - FUNDAC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES FORMATIVAS DOS PROJETOS ARENA DA CULTURA E INTEGRARTE EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA.
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO FMC Nº. 001/2023
PROCESSO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 01-029.040/23-84 IJ:
A Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, inscrita no CNPJ nº 07.252.975/0001-56, com sede na Avenida Augusto de Lima, 30, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP 30190-001, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Luciana Rocha Féres, Administradora Pública da presente parceria, doravante denominada FMC, e a organização da Sociedade Civil Fundação de Educação, Artes e Cultura - FUNDAC, CNPJ 17.228.685/0001-20, situada na Rua Diamantina, nº 463, 3º andar, bairro Lagoinha, Belo Horizonte, MG, CEP 31.110-320, neste ato representada por Kleber Garcia Campos, doravante denominada, OSC, e ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 16.746, de 10 de outubro de 2017, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho que integra este Instrumento. Constitui objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre a Fundação Municipal da Cultura - FMC e a Organização da Sociedade Civil - OSC, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização de ações formativas dos projetos Arena da Cultura e Integrarte, em consonância com as diretrizes e disposições constantes do Plano Político Artístico-Pedagógico da Escola Livre de Artes Arena da Cultura, por meio do planejamento e execução de diferentes percursos formativos nos 17 (dezessete) Centros Culturais Municipais, no Núcleo de Formação e Criação Artística e Cultural, no Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado, na Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, no Cine Santa Tereza, no Museu da Moda, no Centro de Referência das Juventudes, entre outros espaços, de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 180 dias a partir da data de sua assinatura em 12/07/2023. Para a execução das atividades (ou projetos) previstas (os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor total de R$ 2.241.774,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e quatro reais) e R$ 134.490,63 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta e três centavos), conforme primeiro termo aditivo ao termo de colaboração em dezembro de 2023. Totalizando o valor final de R$ 2.376.264.63 (dois milhões trezentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos), como recursos recebidos.

Descrição	Saldo a Realizar em 31/12/2022	Recursos Recebidos	Rendi-mentos	Recursos Aplicados	Saldo a Realizar em 31/12/2023
Projeto					
ELA – Pref. Municipal de BH - 06 Meses	0,00	2.376.265	53.778	-1.673.476	756.566
Total	**0,00**	**2.376.265**	**53.778**	**-1.673.476**	**756.566**

NOTA 28 – Reversão (Despesas) de Provisões:

A reversão (despesas) de Provisões é uma conta credora que pode ser contabilizada durante o exercício de forma positiva ou negativa dependendo do seu evento contingencial. Em 2022 e 2023, tivemos um resultado positivo CREDOR em função da atualização dos processos contingenciais, que diminuíram nosso passivo contingencial.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2023.

Kleber Garcia Campos Presidente	**Virgílio Varela Vianna** Diretor Financeiro
Francisco José Fogaça Diretor Administrativo	**Wellington José da Cunha** Diretor de Desenv. Expansão
Paulo Roberto Baratta Gerente Geral	**Roselene Esteves C. dos Santos** Contadora - CRC-MG 065.860/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da **Fundação de Educação, Artes e Cultura - FUNDAC** Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Educação, Artes e Cultura - FUNDAC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Fundação de Educação, Artes e Cultura - FUNDAC,** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

RECICLAGEM DE PORTFÓLIO

Log Betim Via Expressa é vendida por R$ 169,9 mi

Empresa já negociou R$ 1,7 bi em ativos

THYAGO HENRIQUE

A Log Commercial Properties concluiu a venda de mais dois condomínios logísticos para o fundo de investimentos imobiliário do banco BTG Pactual, por um total de R$ 509,7 milhões. Os ativos negociados foram o Log Salvador, por cerca de R$ 339,8 mil, e o Log Betim Via Expressa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por aproximadamente R$ 169,9 milhões.

A transação compreende 138,2 mil metros quadrados de Área Bruta Locável (ABL). O negócio teve margem bruta de 40,9% e a liquidação financeira será dividida em dois pagamentos. A quitação da primeira parcela, de 55,8%, ocorreu no fechamento do acordo. Já a segunda, de 44,2%, deverá ser paga após 24 meses e corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Esta foi a terceira negociação entre a Log e o BTG Pactual. Com as novas aquisições, o fundo de investimento imobiliário do banco atingiu a marca de 413 mil m² de ABL, totalizando R$ 1,5 bilhão em ativos administrados. Assim como nas transações anteriores, a empresa mineira mantém a execução dos contratos de gestão e administração dos condomínios vendidos.

Recentemente, a Log adotou a reciclagem do portfólio como uma das principais alternativas de geração de valor para os acionistas. A incorporadora entende que a estratégia é positiva por reforçar o caixa para novos investimentos e reduzir a alavancagem financeira, de modo que a estrutura de capital seja compatível com o plano de crescimento futuro da companhia.

Com este foco, a empresa acumula R$ 1,7 bilhão em vendas nos últimos 12 meses. No período, além do Log Betim, a Log negociou, em Minas Gerais, o Log Contagem I. O empreendimento, com 58 mil m² de ABL, foi negociado com o fundo de investimentos imobiliário do Inter.

> *Esta foi a terceira negociação entre a LOG e a BTG Pactual, que já atingiu a marca de 413 mil metros quadrados de Área Bruta Locável (ABL) e R$ 1,5 bilhões em condomínios administrados*

DIVULGAÇÃO / LOG CP

Com ABL de 138,2 mil metros quadrados, negociação dos empreendimentos de Contagem e Salvador teve margem bruta de 40,9%

Novos condomínios vão receber R$ 3,5 bilhões

Entre 2025 e 2028, a desenvolvedora de condomínios logísticos *greenfield* e locadora de galpões de alto padrão no Brasil – uma das maiores do setor no País – investirá R$ 3,5 bilhões na construção de novos ativos. Parte desse montante, R$ 2,8 bilhões, será levantada justamente com a estratégia de reciclar o portfólio, ou seja, com a comercialização de outras unidades da empresa.

O aporte diz respeito ao próximo ciclo de crescimento da incorporadora, o "Log 2 milhões", que prevê a entrega de 2 milhões de m² de Área Bruta Locável. Se concretizado, o plano representará um aumento líquido de 70% no total de ABL da companhia em relação ao fim de 2024.

Os empreendimentos serão construídos em 22 locais, sendo um terço no Sudeste, outro terço no Nordeste, 20% no Centro-Oeste, 15% no Sul e 3% no Norte. Embora a Log não detalhe quais estados e cidades vão receber os ativos, sabe-se que todas as praças possuem região de consumo relevante, têm, pelo menos, um milhão de habitantes e já possuem operações da empresa.

Antes disso, a Log concluirá o projeto "Todos por 1,5", lançado em 2020 com a intenção de construir 1,5 milhão de m². Investindo aproximadamente R$ 850 milhões para finalizar o ciclo, a desenvolvedora pretende entregar, neste ano, mais de 500 mil m² de ABL.

Ativos no Estado - Em novembro, o CFO da Log, André Vitória, disse que a companhia construirá pelo menos dois ou três ativos em Minas Gerais no âmbito do "Log 2 milhões". Além de ser mineira, a empresa vê o Estado como estratégico por ter uma economia forte e pujante, que demanda consumo.

Conforme já publicado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, a incorporadora está investindo R$ 225 milhões em dois novos ativos em Contagem. O primeiro será inaugurado ainda no primeiro semestre e o segundo está previsto para ser construído no decorrer do ano.

Na região do Barreiro, em Belo Horizonte, um galpão também será entregue até junho, com aporte de cerca de R$ 110 milhões. **(TH)**

IMÓVEIS

Preços de aluguel e venda aumentam na Capital

LEONARDO LEÃO

Belo Horizonte encerrou o primeiro trimestre de 2024 com alta de 1,87% no preço do aluguel de imóveis comerciais. De acordo com o Índice FipeZAP de Venda e Locação Comercial, o valor médio praticado na Capital em março foi R$ 31,61 por metro quadrado (m²) – o mais barato da pesquisa.

O preço ficou 0,25% acima do registrado no mês anterior e fez com que capital mineira acumule variação positiva de 5,43% nos últimos 12 meses. Já no caso da venda de imóveis comerciais, o acumulado de 2024 tem variação positiva de 0,53%.

O levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base em anúncios veiculados nos portais Zap Imóveis e Viva Real também revelou que a taxa de lucratividade de um imóvel comercial em Belo Horizonte ao longo do tempo (*rental yield*) é de 0,49% ao mês (a.m.) e de 5,86% ao ano (a.a.).

A Savassi, na região Centro Sul de Belo Horizonte, foi o bairro que apresentou o preço médio de locação mais caro do município, com aluguel a R$ 40,91/m². Os outros destaques do indicador foram os bairros Funcionários e Santo Agostinho, com R$ 38,02/m² e R$ 37,13/m², respectivamente.

Além disso, dentre os dez bairros com os valores de locação comercial mais elevados da capital mineira, quatro apresentaram recuo no acumulado dos últimos 12 meses: Santa Efigênia (-2,9%), Prado (-2,5%), Lourdes (-1,1%) e Serra (-1,1%). Já a maior variação foi observada nos imóveis do bairro Funcionários, com alta de 16% no período.

Já no cenário nacional, o valor médio do aluguel fechou a R$ 43,08/m², com *rental yield* de 6,38% a.a.. Esse preço é 0,63% superior ao registrado em fevereiro. Conforme dados do Índice FipeZAP de Venda e Locação Comercial, o Brasil registrou alta de 2,04% nos primeiros três meses de 2024 e de 6,21% nos últimos 12 meses.

Preço de venda - O estudo também revelou que o preço médio de venda dos imóveis comerciais em Belo Horizonte recuou 0,15% em março na comparação com o mês anterior. O valor ficou em R$ 6.359/m², o terceiro mais baixo entre as cidades analisadas no levantamento.

Apesar da queda, o acumulado de 2024 segue em alta, com variação positiva de 0,53%. Já a variação acumulada dos últimos 12 meses fechou com retração de 1,93%.

O Prado, na região Oeste da capital mineira, registrou o preço de venda mais elevado (R$ 9.597/m²) e a maior variação no período de um ano (20,7%), dentre os bairros com os imóveis mais caros da cidade.

Os 10 bairros com preço de venda de imóveis comerciais mais caros de Belo Horizonte são: Prado – R$ 9.597/m²; Santo Agostinho – R$ 8.719/m²; Funcionários – R$ 7.654/m²; Savassi – R$ 7.248/m²; Barro Preto – R$ 7.155/m²; Serra – R$ 7.080/m²; Lourdes – R$ 6.899/m²; Santa Efigênia – R$ 6.330/m²; Santo Antônio – R$ 6.111/m²; e Centro – R$ 3.261/m².

Vale ressaltar que oito dos dez bairros com os valores de venda mais elevados da Capital apresentaram variações negativas no acumulado dos últimos 12 meses. Dentre eles, os destaques foram os bairros Barro Preto e Savassi, com retrações de 9% e 7,1%, respectivamente.

O levantamento ainda apontou para uma leve alta de 0,02% no preço de venda em março frente ao mês anterior, fechando em R$ 8.388/m². O indicador acumula incremento de 0,01% no ano e queda de 0,49% nos últimos 12 meses.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / MARA BIANCHETTI

No 1º trimestre, o valor do aluguel subiu 1,87% e o de venda 0,53%

Mecânica
USIMINAS

USIMINAS MECÂNICA S.A.

CNPJ nº 17.500.224/0001-65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2023

Senhores Acionistas,
A Administração da Usiminas Mecânica S/A submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

1- Desempenho Econômico Financeiro

A receita líquida apurada em 2023 foi de R$623 milhões, 217,92% superior quando comparado com o exercício de 2022. O EBITDA de 2023 totalizou (R$9,9 milhões), menor em R$14,4 milhões ao alcançado em 2022 que foi de R$4,47 milhões, que reflete apenas o segmento de negócios de Montagens Industriais. A margem EBITDA atingiu (1,6%) em 2023 contra 1,6% em 2022.
A Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade. Em 2020, de acordo com comunicado ao mercado, foi informado sobre a reestruturação das atividades da Usiminas Mecânica. Seguiu suas atividades em 2023 atuando na prestação de serviços às empresas Usiminas e com foco no setor de Montagens Industriais. Destacam-se os seguintes projetos em carteira:
- Reforma AF 03 – Usiminas Ipatinga;
- Grandes Reparos SPOTs – Usiminas Ipatinga;
- Serviços continuados de montagem para Usiminas em Ipatinga – MG
- Manutenção Eletromecânica e Linhas Férreas - Usiminas Cubatão;
- Manutenção Eletromecânica – Usiminas Ipatinga;
- Serv. Manutenção Eletromecânica_Energia – Usiminas Ipatinga.

2 - Gestão Integrada – Qualidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente

A Companhia manteve as certificações necessárias à gestão de seus negócios, incluindo a ISO 9001:2015 para o Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001:2015 para o Sistema de Gestão de Meio Ambiente e ISO 45001:2018 para o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, para os serviços de manutenção e montagem eletromecânica em geral.
A Companhia possui diversas ferramentas de segurança (SIASSO – Sistema Informatizado para Gestão de Acidentes, Incidentes e Desvios, Action System, Projeto Mãos Seguras, Hora Segura, DDS – Diálogo Diário de Segurança, Liderar 2.0 - Abordagem Comportamental, EHS - Higiene ocupacional, SIGE-U - Sistema de Gestão em Ergonomia – Usiminas e Inspeções de Conformidade de Segurança) dentre outras, com objetivo de conscientizar seus empregados na eliminação ou mitigação de acidentes, incidentes e desvios, promovendo maior aderência dos empregados à cultura da Companhia quanto às questões de Meio Ambiente, Saúde e Segurança. Os processos de licenciamento ambiental das instalações ativas foram mantidos junto aos órgãos ambientais e os monitoramentos são acompanhados através das ferramentas ambientais (Inspeções de Conformidades Ambientais, SIAM – Compromissos Legais, Programa de Auditorias Internas e Educação Ambiental, SIASSO - Sistema Informatizado para Gestão de Acidentes, Incidentes e Desvios e Action System), dentre outras.
A Companhia possui diversas ferramentas de qualidade (SIAM – Sistema Integrado de Ações de Melhorias, ROCA - Registro de Ocorrências, Auditorias Internas e Auditorias e Externa) dentre outras, objetivando a busca pela melhoria contínua de seus serviços e processos, com foco nas partes interessadas internas e externas.

3 - Recursos Humanos

Em 2023, o cenário ainda se mostrou bastante adverso e de grandes desafios, mas para a Usiminas Mecânica os nossos colaboradores são o maior patrimônio da empresa e procuramos sempre investir em seu crescimento e valorização.
A Usiminas incentiva e patrocina o desenvolvimento das competências de seus colaboradores e colaboradoras, com a oferta de cursos, programas de desenvolvimento e educação continuada. Analisando qualitativamente e quantitativamente nossos números e indicadores, evidenciamos as ações de Treinamento e Desenvolvimento:
1. Treinamento envolveu 7.881 colaboradores, totalizado 226.656 horas de treinamento no ano;
- Treinamentos Normativos
- Treinamentos de Diversidade e Integridade
- Escola de Capacitação Interna (Oxicorte, Andaime).
- Programa Multifuncionalidade do Soldador (Oxicorte);
- Treinamento Comportamento Seguro

2. Em parceria com o SENAI, formamos 152 e admitimos 24 jovens aprendizes;
3. 1 colaborador no Programa de concessão de bolsas de estudos para profissionais – Pós-graduação;

E para fortalecer as competências, a Companhia realiza a Gestão de Desempenho anualmente e contempla todos os colaboradores, exceto as equipes de canteiros.
O processo de avaliação é baseado em metas e competências para o público de gestores, especialistas, cargos de nível superior, médio e não operacionais. Os profissionais que atuam na área de operação realizam a avaliação de competências. O processo contempla a interação entre avaliado e avaliador. Através do feedback os colaboradores podem ter a percepção das entregas, alinhar as expectativas, além de potencializar o desenvolvimento das competências. A partir dos resultados das avaliações, a Usiminas Mecânica realiza o planejamento das ações de desenvolvimento e treinamento, alinhado aos objetivos estratégicos e de negócio.

4 - Agradecimentos

Nossos agradecimentos a todo o sistema econômico-financeiro, entidades de classes, clientes, fornecedores, comunidades e poderes constituídos com os quais a Companhia se relaciona, pelo valioso apoio que nos prestam.
Registramos o nosso especial reconhecimento à equipe de trabalho pela sua capacidade e dedicação para a consecução dos objetivos da Companhia.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.874	104.700
Títulos e valores mobiliários	5.1	13.846	30.216
Contas a receber de clientes	6	117.952	101.869
Estoques	7	7.997	12.671
Tributos a recuperar	8	36.464	36.636
Adiantamentos a fornecedores		34	7
Outros ativos circulantes		151	2.443
Total do ativo circulante		217.318	288.542
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	511	-
Tributos a recuperar	8	47.961	49.656
Depósitos compulsórios e judiciais	19	43.904	45.120
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	1.746	1.746
Outros ativos não circulantes		77	77
Investimento	9	368	407
Propriedade para investimentos	15	1.259	-
Imobilizado	12	5.727	2.191
Intangível	11	922	600
Total do ativo não circulante		102.475	99.797
Total do ativo		319.793	388.339
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	10.731	24.887
Salários e encargos sociais	16	32.117	30.382
Tributos a pagar	17	6.591	8.212
Serviços faturados a executar	18	561	63.321
Outros passivos circulantes		6.621	7.319
Total do passivo circulante		56.621	134.121
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	19	35.550	39.258
Provisões diversas		164	-
Passivo atuarial	25.4	28.421	47.401
Total do passivo não circulante		64.135	86.659
Patrimônio líquido	20		
Capital social		440.700	440.700
Reservas de capital		359	359
Ajustes de avaliação patrimonial		17.677	3.127
Prejuízos acumulados		(259.699)	(276.627)
Total do patrimônio líquido		199.037	167.559
Total do passivo e patrimônio líquido		319.793	388.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita líquida de vendas e serviços	21	623.258	286.446
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(602.420)	(254.274)
Lucro bruto		20.838	32.172
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	22	(1.751)	(2.078)
Despesas gerais e administrativas	22	(18.402)	(17.404)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(8.648)	(8.214)
Equivalência patrimonial	9	(39)	(95)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(8.002)	4.381
Receitas financeiras		21.117	17.991
Despesas financeiras		(3.771)	(9.909)
Resultado financeiro	24	17.346	8.082
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.344	12.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13(b)	7.527	2.989
Imposto de renda e contribuição social corrente	13(b)	-	(2.554)
Lucro líquido do exercício		16.871	12.898
Resultado por ação básico e diluído – R$	26	0,21	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.871	12.898
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	14.607	5.805
Total do resultado abrangente	31.478	18.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital Subvenção para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Liquido
Em 31 de dezembro de 2021	440.700	359	(2.607)	(289.596)	148.856
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.898	12.898
Realização de custo atribuído	-	-	(71)	71	-
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	-	-	5.805	-	5.805
Em 31 de dezembro de 2022	440.700	359	3.127	(276.627)	167.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.871	16.871
Realização de custo atribuído	-	-	(57)	57	-
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	-	-	14.607	-	14.607
Em 31 de dezembro de 2023	440.700	359	17.677	(259.699)	199.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		16.871	12.898
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação e amortização	11/12	8.974	11.895
Impairment de ativos	11/12	(9.687)	(11.895)
Impostos de renda e contribuição social	13	7.527	435
Resultado na venda de bens do imobilizado		(91)	-
Equivalência patrimonial	9	39	95
Provisão para obsolescência nos estoques	7	-	(432)
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	6	(147)	-
Correção depósitos judiciais	20	2.584	(1.599)
Constituição (reversão) de provisões		(1.170)	16.995
		24.900	28.392
(Acréscimo) Decréscimo de ativos e Acréscimo (Decréscimo) de passivos			
Contas a receber de clientes		(16.447)	(53.758)
Estoques		4.674	(10.807)
Tributos a recuperar		1.867	(6.877)
Depósitos compulsórios e judiciais		(1.368)	3.558
Adiantamentos a fornecedores		(27)	(4)
Outros ativos		2.292	31.062
Fornecedores		(14.156)	16.218
Salários e encargos sociais		1.735	6.994
Serviços faturados a executar		(62.760)	61.533
Tributos a pagar		(1.621)	4.133
Adiantamentos de clientes		-	(633)
Outros passivos e provisões diversas		(534)	4.655
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.697)	(1.726)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais		(77.142)	82.740
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários – aplicações		(13.846)	(30.216)
Títulos e valores mobiliários – resgate		30.216	1.567
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(3.145)	(1.649)
Valor recebido pela venda do imobilizado		91	35
Caixa líquido aplicado nas / (gerado pelas) atividades de investimentos		13.316	(30.263)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	(9)
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades de financiamento		-	(9)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(63.826)	52.468
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		104.700	52.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		40.874	104.700
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(63.826)	52.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, estão disponíveis na sede social da Companhia

Fernando Mazzoni Pena - Diretor Superintendente
Adriane Vieira Oliveira Albuquerque - Gerente Geral de Contabilidade - Contadora CRC MG 070852/O

AG Construções e Serviços S.A

CNPJ: 39.469.291/0001-05

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R$ mil)

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.057	5.244	1.061	5.293
Títulos e valores mobiliários	-	18.542	-	18.542
Contas a receber de clientes	266.558	412.702	266.558	412.702
Créditos com partes relacionadas	93.725	101.761	93.726	101.761
Estoques	916	2.811	916	2.812
Despesas antecipadas	251	556	251	557
Impostos a recuperar	4.860	5.708	4.860	7.401
Adiantamentos diversos	2.127	2.913	2.522	3.308
Total do ativo circulante	**369.494**	**550.237**	**369.894**	**552.376**
Não circulante				
Ativo realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes	59.913	59.913	59.913	59.913
Créditos com partes relacionadas	4.056	4.079	41.101	42.592
Depósitos judiciais e cauções	2.010	2.481	2.059	2.481
Tributos sobre o lucro	40.000	21.090	40.000	21.115
Impostos a recuperar	-	-	1.691	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo	2	939	1	-
Total do realizável a longo prazo	**105.981**	**88.502**	**144.765**	**126.101**
Investimentos	36.616	36.683	38	147
Propriedades para investimento	71.000	71.000	71.000	71.000
Imobilizado	1.875	3.875	1.875	3.875
Intangível	54	-	1.264	-
Direitos de uso de arrendamentos	2.354	2.888	2.354	2.888
Total do ativo não circulante	**217.880**	**202.948**	**221.296**	**204.011**
Total do ativo	**587.374**	**753.185**	**591.190**	**756.387**

Passivo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Fornecedores e subempreiteiros	17.852	23.981	18.345	24.043
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	847	650	847	650
Passivos de arrendamentos	994	826	994	826
Débitos com partes relacionadas	64.446	133.381	64.446	133.381
Adiantamentos de clientes	118.162	160.897	118.163	160.896
Salários, provisões e obrigações sociais	9.231	6.428	9.231	6.428
Impostos e contribuições a recolher	10.708	11.973	11.372	12.653
Outros passivos circulantes	494	8.703	1.466	8.767
Total do passivo circulante	**222.734**	**346.839**	**224.864**	**347.644**
Não circulante				
Passivos de arrendamentos	1.352	1.990	1.352	1.990
Impostos e contribuições a recolher	26.575	25.508	28.637	27.905
Provisão para perdas em investimentos	376	-	-	-
Provisões para risco	5.499	6.852	5.499	6.852
Total do passivo não circulante	**33.802**	**34.350**	**35.488**	**36.747**
Total do passivo	**256.536**	**381.189**	**260.352**	**384.391**
Patrimônio líquido				
Capital social	142.379	142.379	142.379	142.379
Resultados acumulados	188.459	229.617	188.459	229.617
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionitas	**330.838**	**371.996**	**330.838**	**371.996**
Total do patrimônio líquido	**330.838**	**371.996**	**330.838**	**371.996**
Total do passivo e patrimônio líquido	**587.374**	**753.185**	**591.190**	**756.387**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R$ mil)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita de serviços prestados e vendas	82.849	176.572	82.849	176.572
Custos dos serviços prestados e das vendas	(79.187)	(169.321)	(79.187)	(169.321)
Lucro (Prejuízo) bruto	**3.662**	**7.251**	**3.662**	**7.251**
Receitas (Despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(31.430)	(29.683)	(31.834)	(29.821)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.015)	(1.938)	-	(3)
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido	1.353	(2.373)	1.353	(2.373)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	(2.352)	1.801	(2.357)	1.801
	(34.444)	**(32.193)**	**(32.838)**	**(30.396)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**(30.782)**	**(24.942)**	**(29.176)**	**(23.145)**
Resultado financeiro, líquido	(29.286)	(31.965)	(30.892)	(33.762)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(60.068)**	**(56.907)**	**(60.068)**	**(56.907)**
Tributos sobre o lucro				
Diferido	18.910	18.521	18.910	18.521
	18.910	**18.521**	**18.910**	**18.521**
Resultado líquido do exercício	**(41.158)**	**(38.386)**	**(41.158)**	**(38.386)**
Resultado líquido atribuído aos acionistas controladores	**(41.158)**	**(38.386)**	**(41.158)**	**(38.386)**
Resultado básico por ação atribuído aos acinionistas				
Ação ordinária - em R$	(0,2890)	(0,0661)	(0,2890)	(0,0661)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R$ mil)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(41.158)**	**(38.386)**	**(41.158)**	**(38.386)**
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(41.158)**	**(38.386)**	**(41.158)**	**(38.386)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R$ mil)

	Capital social	Resultados acumulados: Reserva legal	Resultados acumulados: Retenção de lucros	Resultados acumulados: Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**142.379**	**860**	**83.393**	**183.750**	**410.382**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(38.386)	(38.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**142.379**	**860**	**83.393**	**145.364**	**371.996**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(41.158)	(41.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**142.379**	**860**	**83.393**	**104.206**	**330.838**

DIRETORIA

Carlos José de Souza - DIRETOR
Marcio Magno de Abreu - DIRETOR CENTRO DE GESTÃO

CONTADOR RESPONSÁVEL

Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG 105.896/O-1

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (expressos em R$ mil)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Resultado líquido do exercício	(41.158)	(38.386)	(41.158)	(38.386)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	2.743	5.194	2.743	5.194
Baixa na alienação de imobilizado	1.247	2.738	1.247	2.738
Baixas Direito de Uso e Arrendamento	-	148	-	148
Juros de arrendamento/emprestimos e variações cambiais líquidas	23.794	23.026	25.021	24.208
Equivalência patrimonial	2.015	1.938	3	3
Constituição de provisão para riscos, líquidas	(1.353)	2.373	(1.353)	2.373
Tributos diferidos sobre o lucro	(18.910)	(18.521)	(18.910)	(473)
	(31.622)	**(21.490)**	**(32.407)**	**(4.195)**
(Aumento) redução dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	122.401	30.505	121.174	29.323
Adiantamentos diversos	786	(1.177)	786	(1.571)
Estoques	1.895	2.305	1.896	2.699
Impostos a recuperar	848	179	2.566	(17.857)
Depósitos judiciais e cauções	471	(1.590)	422	(1.590)
Despesas Antecipadas	305	667	306	666
Outros ativos	969	7	(10)	11
	127.675	**30.896**	**127.140**	**11.681**
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores e subempreiteiros	(5.932)	(21.402)	(5.501)	(21.344)
Adiantamentos de clientes	(42.735)	27.675	(42.733)	27.674
Salários, provisões e obrigações sociais	2.803	(1.649)	2.803	(1.649)
Impostos e contribuições a recolher	(198)	23.121	(549)	26.147
Outros passivos	(9.073)	5.248	(7.231)	5.312
	(55.135)	**32.993**	**(53.211)**	**36.140**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**40.918**	**42.399**	**41.522**	**43.626**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Titulos Valores Mobiliarios	18.542	(18.542)	18.542	(18.542)
Aquisições de Investimento/Aumento de capital em investidas	(679)	(1.482)	106	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(893)	(2.411)	(2.103)	(2.411)
Transações com empresas ligadas, líquido	(60.876)	(22.210)	(59.409)	(24.922)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(43.906)**	**(44.645)**	**(42.864)**	**(45.875)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos	-	(351)	-	(351)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(18)	-	(18)
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	(1.146)	(1.028)	(1.146)	(1.028)
Pagamento de juros de arrendamentos	(51)	(81)	(51)	(81)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(1.197)**	**(1.478)**	**(1.197)**	**(1.478)**
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(4.185)**	**(3.724)**	**(2.539)**	**(3.727)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.244	8.968	5.293	9.020
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.057	5.244	1.061	5.293
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(4.185)**	**(3.724)**	**(2.539)**	**(3.727)**

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE AS NOTAS EXPLICATIVAS E DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024., sem modificações.

CONSAG ENGENHARIA S.A

CNPJ nº 40.008.239/0001-22

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R$ mil)

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	89.245	101.857	108.091	110.200
Contas a receber de clientes	136.289	84.669	163.953	93.730
Créditos com partes relacionadas	347.259	245.252	354.310	241.746
Estoques	17.646	11.190	21.891	12.182
Despesas antecipadas	3.027	3.016	3.283	3.167
Impostos a recuperar	8.491	3.370	9.268	3.935
Dividendos a receber	438	-	144	-
Adiantamentos diversos	14.708	4.197	15.990	4.481
Total do ativo circulante	**617.103**	**453.551**	**676.930**	**469.441**
Não circulante				
Ativo realizável a longo prazo				
Créditos com partes relacionadas	51.129	38.056	51.129	35.920
Depósitos judiciais e cauções	48	-	52	-
Tributos sobre o lucro	32.785	10.984	41.023	17.483
Divendendos a receber	-	294	-	-
Total do realizável a longo prazo	**83.962**	**49.334**	**92.204**	**53.403**
Investimentos em controladas em conjunto e coligadas	105.496	-	40.200	-
Imobilizado	87.025	97.730	136.069	99.560
Intangível	15.616	-	15.616	-
Direitos de uso de arrendamentos	24.777	8.111	36.321	8.302
Total do ativo não circulante	**316.876**	**155.175**	**320.410**	**161.265**
Total do ativo	**933.979**	**608.726**	**997.340**	**630.706**

Passivo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Fornecedores e subempreiteiros	124.483	84.527	145.596	94.745
Fornecedores, subempreiteiros e operações antecipadas	10.764	6.009	11.971	8.233
Empréstimos e financiamentos	93.151	43.042	96.611	45.563
Passivos de arrendamentos	6.998	2.894	8.346	3.014
Débitos com partes relacionadas	56.120	99.297	41.253	108.906
Adiantamentos de clientes	115.718	36.774	135.278	40.648
Salários, provisões e obrigações sociais	62.633	35.147	66.549	37.252
Impostos e contribuições a recolher	31.517	10.432	35.000	11.405
Outros passivos circulantes	3.745	1.373	4.099	1.521
Total do passivo circulante	**505.129**	**319.495**	**544.703**	**351.287**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	116.673	50.811	124.669	50.811
Passivos de arrendamentos	17.793	4.971	24.998	5.006
Débitos com partes relacionadas	-	27.307	-	27.307
Impostos e contribuições a recolher	61.679	16.120	70.020	17.309
Provisões para risco	2.854	552	3.099	581
Provisão para perdas em investimentos	-	11.064	-	-
Outros passivos não circulantes	5.013	4.520	5.013	4.519
Total do passivo não circulante	**204.012**	**115.345**	**227.799**	**105.533**
Total do passivo	**709.141**	**434.840**	**772.502**	**456.820**
Patrimônio líquido				
Capital social	206.024	209.506	206.024	209.506
Resultados acumulados	18.814	(35.620)	18.814	(35.620)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionitas	**224.838**	**173.886**	**224.838**	**173.886**
Total do patrimônio líquido	**224.838**	**173.886**	**224.838**	**173.886**
Total do passivo e patrimônio líquido	**933.979**	**608.726**	**997.340**	**630.706**

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados e vendas	895.807	625.273	1.022.427	707.871
Custos dos serviços prestados e das vendas	(761.078)	(624.232)	(868.705)	(715.306)
Lucro (Prejuízo) bruto	**134.729**	**1.041**	**153.722**	**(7.435)**
Receitas (Despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(138.461)	(23.344)	(157.631)	(31.981)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.381)	(12.001)	2.630	-
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido	(2.302)	(540)	(2.518)	(567)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	3.716	1.241	2.964	1.570
	(138.428)	**(34.644)**	**(154.555)**	**(30.978)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**(3.699)**	**(33.603)**	**(833)**	**(38.413)**
Resultado financeiro, líquido	(56.209)	(13.916)	(60.813)	(15.288)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(59.908)**	**(47.519)**	**(61.646)**	**(53.701)**
Tributos sobre o lucro				
Diferido	21.803	11.996	23.541	18.178
	21.803	**11.996**	**23.541**	**18.178**
Resultado líquido do exercício	**(38.105)**	**(35.523)**	**(38.105)**	**(35.523)**
Resultado básico e diluído por ação atribuído aos acionistas:				
Ação ordinária - em R$	(0,13)	(9,44)	-	-

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R$ mil)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(38.105)**	**(35.523)**	**(38.105)**	**(35.523)**
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(38.105)**	**(35.523)**	**(38.105)**	**(35.523)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R$ mil)

	Capital social	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido de acionistas controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.196**	**-**	**(97)**	**3.099**
Aumento de capital	206.310	-	-	206.310
Resultado líquido do exercício	-	-	(35.523)	(35.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**209.506**	**-**	**(35.620)**	**173.886**
Aumento de capital	89.057		-	89.057
Resultado líquido do exercício	-		(38.105)	(38.105)
Absorção de prejuízos acumulados	(92.539)		92.539	-
Constituição reserva de lucros	-	18.814	(18.814)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**206.024**	**18.814**	**-**	**224.838**

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findos em 31 de dezembro (expressos em R$ mil)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Resultado líquido do exercício	(38.105)	(35.523)	(38.105)	(35.523)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	40.358	11.807	47.140	12.664
Perda na alienação de imobilizado	4.240	1.704	6.100	1.895
Juros sobre empréstimos e financiamentos	27.152	5.742	28.377	5.984
Equivalência patrimonial	1.381	12.001	(2.630)	-
Constituição de provisão para riscos, líquidas	2.302	552	2.518	581
Tributos diferido sobre o lucro	(21.803)	(11.996)	(23.541)	(18.178)
	15.525	**(15.713)**	**19.859**	**(32.577)**
(Aumento) redução dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(51.620)	(79.741)	(70.223)	(83.820)
Adiantamentos diversos	(10.511)	(2.649)	(11.509)	(2.761)
Estoques	(6.456)	(7.213)	(9.709)	(6.334)
Impostos a recuperar	(5.119)	340	(5.332)	440
Despesas antecipadas	(11)	(2.802)	(116)	(2.914)
Outros ativos	10.634	-	(520)	-
	(63.083)	**(92.065)**	**(97.409)**	**(95.389)**
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores e subempreiteiros	44.711	68.220	54.589	63.673
Adiantamentos de clientes	78.944	19.298	94.630	14.629
Salários, provisões e obrigações sociais	27.486	23.638	29.297	24.464
Impostos e contribuições a recolher	66.644	26.117	76.306	28.228
Outros passivos	(7.806)	5.900	561	6.026
	209.979	**143.173**	**255.383**	**137.020**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**162.421**	**35.395**	**177.833**	**9.054**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Dividendos recebidos	2.485	-	2.485	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(40.750)	(103.880)	(83.692)	(105.675)
Transações com empresas ligadas, líquido	(217.077)	(140.709)	(173.875)	(108.496)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(255.342)**	**(244.589)**	**(255.082)**	**(214.171)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Aumento de capital	-	206.310	-	206.310
Captações de empréstimos e financiamentos	275.183	108.056	284.813	111.619
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(166.322)	(14.981)	(179.093)	(16.061)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(18.930)	(4.821)	(19.914)	(5.023)
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	(8.510)	(2.569)	(9.361)	(2.722)
Pagamento de juros de arrendamentos	(1.112)	(177)	(1.305)	(179)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**80.309**	**291.818**	**75.140**	**293.944**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(12.612)**	**82.624**	**(2.109)**	**88.827**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	101.857	19.233	110.200	21.373
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	89.245	101.857	108.091	110.200
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(12.612)**	**82.624**	**(2.109)**	**88.827**

DIRETORIA

João Martins da Silva Neto
PRESIDENTE

Marcio Magno de Abreu
DIRETOR CENTRO DE GESTÃO

CONTADOR RESPONSÁVEL

Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG 105.896/O-1

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE AS NOTAS EXPLICATIVAS E DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024., sem modificações.

DESENVOLVIMENTO

Cresce abertura de empresas em Divinópolis

Município registrou saldo positivo de 1.890 CNPJs e 8.519 MEIs, totalizando mais de 10,4 mil negócios, sob atual gestão

RODRIGO MOINHOS

Desde janeiro de 2021, o município de Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas, criou mais de 10 mil empreendimentos sob a atual gestão. E a palavra-chave para alcançar essa marca foi a desburocratização dos processos para a abertura de empresas. De acordo com o Ministério da Fazenda, Divinópolis apresentou saldo positivo de 1.890 empresas e 8.519 novos microempreendedores individuais (MEIs), mais de 10,4 mil negócios abertos entre janeiro de 2021 e março deste ano.

Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Turismo de Divinópolis, Luiz Angelo Gonçalves, a secretaria conseguiu mapear cerca de R$ 180 milhões em investimentos, com expansão de empresas e instalação de novas nos últimos três anos. "Os investimentos em Divinópolis foram nos negócios em setores como os de cosméticos, têxteis, fundição e siderurgia. Mas também os setores de eletrônicos, vestuário e comércio receberam aportes no decorrer do período", enumerou.

Ainda segundo Luiz Angelo, desde o início da nova gestão vem sendo trabalhado um ambiente propício para a criação de novos negócios no município. "Conseguimos reduzir em 80% o tempo médio para a abertura de uma empresa em Divinópolis. Hoje, uma empresa consegue ser aberta em vinte e sete horas. Tornamos o processo 100% *on-line* e também aumentamos a quantidade de atividades dispensadas de alvará. Atualmente, 95% dos processos para abertura de um novo negócio é feito pela internet", afirmou.

De acordo com o secretário, esse conjunto de melhorias favorece o empreendedor sem que a prefeitura se torne um empecilho para a abertura dos negócios e geração de empregos em Divinópolis. "Uma empresa ou um empreendedor consegue abrir uma empresa em Divinópolis sem a necessidade de deslocar um profissional até a cidade apenas para este fim", salientou.

Desde janeiro de 2021, Divinópolis testemunhou a criação de mais de 10 mil empresas. Essa conquista foi impulsionada pela desburocratização dos processos

Em 2023, o município viu a criação de 1.613 empregos formais. Nos primeiros dois meses deste ano, foram contabilizadas 608 novas contratações, em comparação com apenas 86 no mesmo período do ano anterior.

A Sala Mineira do Empreendedor, iniciativa da prefeitura em parceria com o Sebrae Minas, atendeu mais de cinco mil pessoas no ano passado. "É um espaço para facilitar o acesso dos empreendedores às orientações e serviços necessários para abrir, manter regularizado ou desenvolver o seu negócio. Também temos o programa Divinópolis Juros Zero, onde fizemos investimentos em torno de R$ 4 milhões, com a prefeitura pagando os juros para subsidiar o financiamento de microcrédito concedido por cooperativas de crédito, visando o incentivo e a retomada da economia local, com fortalecimento econômico dos empreendedores. Este programa atendeu 463 empreendedores locais", destacou.

Sobre os resultados positivos e consistentes dos últimos anos, o secretário afirmou que Divinópolis está gerando muitas oportunidades para quem quer empreender. "Temos uma cidade com um dinamismo econômico em seus diversos segmentos. No decorrer de 2024, estamos com a expansão da Farmax, com aporte em torno de R$ 100 milhões ao longo dos próximos anos em linhas de produção e novos produtos, além da Bold Snacks, que está com um investimento em andamento da ordem R$ 35 milhões, na nova planta de barras de cereal", enumerou.

Segundo ele, a cidade também será uma das beneficiadas com a implantação do novo ramal da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) que passará pela região. Esse empreendimento está previsto para o final de 2025, com aportes de R$ 700 milhões, o que deverá refletir na geração de empregos para Divinópolis e entorno. "O potencial de investimentos tanto no município quanto na região na totalidade abre um leque de oportunidades", finalizou.

INOVAÇÃO

Bom Despacho vai investir R$ 9 mi em *smart city*

LEONARDO LEÃO

A Prefeitura de Bom Despacho, na região Centro-Oeste de Minas Gerais, pretende investir R$ 9 milhões no projeto Cidade Inteligente. A iniciativa prevê a implantação de um novo sistema de videomonitoramento no município, a instalação de oito pontos de *internet* gratuita em praças e também a conexão dos prédios públicos por meio de dados inteligentes.

O objetivo, segundo a prefeitura, é promover o desenvolvimento tecnológico, melhorias na infraestrutura de tecnologia da informação, além de beneficiar a segurança pública municipal.

As ações previstas no Cidade Inteligente vão desde o desenvolvimento de infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação até a modernização da gestão pública.

No caso da conexão em imóveis públicos, o projeto prevê a instalação de mais **de** 120 quilômetros (Km) de fibra óptica e a implantação de *data center*.

No ramo da segurança, foi realizada a instalação do Centro Integrado de Videomonitoramento no 7º Batalhão da Polícia Militar (BPM), com a contratação de 24 operadores. Esse contingente será responsável pelo monitoramento de câmeras de vídeo instaladas pela cidade, para melhorar a segurança tanto da população local quanto do patrimônio público. O programa Cidade Inteligente em Bom Despacho conta com o apoio das polícias Civil e Militar.

Outra ação realizada pela prefeitura do município mineiro é a instalação de postes com caixas metálicas em locais estratégicos. Ao todo, essas áreas estão recebendo 134 câmeras com tecnologia de reconhecimento, inclusive, de placas veiculares. Esse número pode ser expandido futuramente.

O lançamento ocorreu durante uma cerimônia no auditório do 7º BPM, na última quinta-feira (18).

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

EXPANSÃO

Mercado Livre investe em Contagem

Aporte consiste na descentralização das operações no município; *cross-docking* será transferido para outro endereço

THYAGO HENRIQUE

O Mercado Livre está investindo em uma nova estrutura em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), para abrigar uma de suas duas atividades no município. O investimento, de valor não revelado, resultará em uma expansão operacional da empresa.

Atualmente, o maior ecossistema de comércio eletrônico da América Latina opera em um mesmo local da cidade, um *cross-docking* e um *service center*. Ambos são operações menores que recebem as mercadorias e as redirecionam, de maneira rápida, para entrega ao consumidor final, ou seja, não há armazenagem dos produtos, como ocorre nos centros de distribuição.

Nesse momento, a companhia trabalha na transferência do *cross-docking* para outro endereço de Contagem, em uma área com mais de 29 mil metros quadrados. Já o *service center* permanecerá onde está hoje, ocupando ainda o espaço deixado pelo deslocamento da primeira atividade. A plataforma não disse quando o planejamento será concretizado nem se haverá novas contratações.

Em Minas Gerais, o *marketplace* emprega milhares de colaboradores. A maioria dos funcionários integra o quadro de pessoal dos centros de distribuição de Extrema, na região Sul do Estado, e de Betim, na Grande BH. Os dois equipamentos foram inaugurados entre os anos de 2021 e 2022.

Na semana passada, o vice-presidente sênior do Mercado Livre no Brasil, Fernando Yunes, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em Brasília. No encontro, ele apresentou ao governo federal o plano de investimentos do grupo para o País e a perspectiva de admissões.

Aporte recorde para o Brasil - A intenção da empresa é investir R$ 23 bilhões no mercado brasileiro em 2024, volume recorde e 21% superior ao de 2023. A cifra reforça uma aceleração no ritmo de investimentos anuais do grupo no País, desenvolvida em parte pelo aumento da demanda por produtos *on-line* a partir da pandemia. Em 2019, ano que antecedeu a crise sanitária, o aporte foi de R$ 2 bilhões.

A área de logística será o principal foco das inversões, com o propósito de gerar mais agilidade nas entregas e expandir a presença da companhia nas regiões brasileiras onde está menos presente. Nesse sentido, além da nova estrutura em Contagem para operação de *cross-docking*, o número de centros de distribuição do *marketplace* no Brasil subirá de dez para 13 neste ano. Os três novos empreendimentos serão abertos nos estados de Pernambuco, Porto Alegre e Brasília.

O grupo também pretende alocar recursos em tecnologia, especialmente por meio da contratação de mais colaboradores. Já na *fintech* Mercado Pago, a ideia é de lançar novos produtos nos segmentos de crédito, seguro e investimento. Enquanto em publicidade, no Mercado Ads, a plataforma quer criar novas ferramentas que possam atrair mais audiência para os anunciantes.

Um dos objetivos do Mercado Livre é continuar ganhando participação no mercado brasileiro, em que atua há 25 anos. Mais de 50% da receita anual da companhia já é conquistada no País. Além do Brasil e da Argentina - onde foi fundada em 1999 - a empresa opera em outros 16 países.

Ampliação do quadro de pessoal no País em 28% - A passo que acelera os investimentos e expande a atuação, a companhia projeta contratar cerca de 6,5 mil novos funcionários no Brasil neste ano - excluindo terceirizados e temporários. Caso o plano se concretize, o Mercado Livre estará aumentando em 28% o quadro de pessoal da empresa no País, para 29,2 mil empregados - há cinco anos, eram menos de 3 mil trabalhadores.

Da quantidade de admissões estimada para o mercado brasileiro, a principal área de recrutamento do *marketplace* para 2024 também deverá ser a de logística, com previsão de 5,2 mil admissões. Já a divisão de tecnologia, sediada em Santa Catarina, deve empregar mais 875 profissionais.

DIVULGAÇÃO / MERCADO LIVRE

A intenção do Mercado Livre é investir cerca de R$ 23 bilhões no Brasil em 2024, volume recorde e 21% superior ao de 2023

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.

CNPJ/MF nº 44.140.908/0001-76 - NIRE nº 31300144186 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 21 de março de 2024, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Praça Bagatelle, nº 204, bairro São Luiz, CEP 31.270-705, Belo Horizonte/MG. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretora, bem como as demonstrações financeiras da Companhia ("DFs"), acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** examinar e opinar sobre: **(ii.a)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"); e **(ii.b)** o orçamento de capital da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024, com prazo de duração de 1 (um) ano; e **(iii)** convocar a AGO da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **(i)** manifestar-se favoravelmente: **(i.a)** ao relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretora, bem como as DFs da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, assim como a sua submissão à AGO; **(i.b)** a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2024, com prazo de duração de 1 (um) ano; e **(ii)** aprovar a convocação da AGO da Companhia; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do ar tigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Belo Horizonte/MG, 21 de março de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros**: **(1)** Fábio Russo Corrêa; **(2)** Mônica da Cruz Lamas; **(3)** Pedro Paulo Archer Sutter; **(4)** Roberto Penna Chaves Neto; e **(5)** Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCEMG nº 11606125 em 01/04/2024 e protocolo 242003273 - 27/03/2024, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.

CNPJ/MF Nº. 44.140.908/0001-76 - NIRE Nº. 31300144186 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 05 de abril de 2024, às 11h00, na sede social da Companhia, localizada na Praça Bagatelle, 204, bairro São Luiz, Belo Horizonte/MG. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1979 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da acionista representando a totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no caput do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicados no Diário do Comércio (digital e impresso), respectivamente, nas páginas 1 e 2 e 5 e 6 no dia 22/03/2024. **5. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **(ii)** o orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2024; **(iii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iv)** a instalação do Conselho Fiscal; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração; e **(vi)** a fixação da remuneração de Administradores. **7. DELIBERAÇÕES:** A acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia aprovou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 21/03/2024; **(iii)** O orçamento de capital para o exercício de 2024 no valor de R$ 42.964.249,67 (quarenta e dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos); **(iv)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 5.514.937,52 (cinco milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos), terá a seguinte destinação: a) o montante de R$ 275.746,88 (duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos), será destinado à formação da reserva legal, nos termos do artigo 193 da LSA; b) o montante de R$ 2.188.169,88 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos), correspondentes a R$ 0,0407872263 por ação, sendo que, após a dedução do imposto de renda na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do §2º do artigo 9º da Lei nº. 9.249/95, o valor líquido será de R$ 1.859.944,40 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), correspondentes a R$ 0,03466914239 por ação, foram destacados a título de juros sobre o capital próprio, conforme aprovados na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/12/2023 e serão pagos conforme vierem a ser deliberados oportunamente, conforme base acionária da data da aprovação, sendo imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2023, *"ad referendum"* desta Assembleia; e c) o montante de R$ 3.051.020,76 (três milhões, cinquenta e um mil, vinte reais e setenta e seis centavos), será acrescido ao saldo da Reserva de Retenção de Lucros da Companhia, perfazendo o total de R$ 4.579.980,67 (quatro milhões, quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos); **(v)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 26 do Estatuto Social; **(vi)** A eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 16.830.417/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.930.467-64, com endereço profissional na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; **(ii) RODRIGO SIQUEIRA ABDALA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08.100.245-3/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 026.427.617-54, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; **(iii) MONIQUE HENRIQUES BARBATO DE SOUZA**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 23.929.363-0/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 188.565.328-08, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; **(iv) ANA MARIA DE CASTRO ROVAI**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 26.381.931-0/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 276.198.128-65, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; e **(v) MARCUS VINÍCIUS VIEIRA MACEDO**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 264573493/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 268.163.238-23, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; **(vii)** A eleição de **FÁBIO RUSSO CORRÊA**, para ocupar a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e **(viii)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2024, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Belo Horizonte/MG, 05 de abril de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES**, por Waldo Edwin Perez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCEMG nº 11644737 em 18/04/2024 e protocolo 242426620 - 16/04/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.

CNPJ/ME 19.674.909/0001-53 - NIRE 3130010676-4

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30/04/2024

Pela presente, o Edital de Convocação para a Assembleia Geral da CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A. ("Companhia") publicado em 29/03/2024, 02/04/2024 e 03/04/2024 no jornal Diário do Comércio é retificado para que o item IV da Ordem do Dia passe a ter a seguinte redação: "(iv) deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal".
Confins, 22 de abril de 2024 Fabio Russo Correa – Presidente do Conselho de Administração.

SPE INOVA BH S.A. ("Companhia") CNPJ/MF nº 16.543.194/0001-01 NIRE 3130010102-9
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

DIA, HORÁRIO E LOCAL: Em 05 de abril de 2024, às 17 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Maria Abdala Ibrahim, nº 777, Bairro Engenho Nogueira, CEP 31320-270 na Cidade de Belo Horizonte. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76. **PUBLICAÇÕES:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no Jornal Hoje em Dia, págs. 03 e 04 da edição impressa de 04 de abril de 2024 e duas páginas da edição digital de 04 de abril de 2024.. Dispensada, na forma do artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404/76, a publicação de aviso de disponibilidade dos documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **PRESENÇAS:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **MESA:** Ruz Gonzalez Romero, Presidente; Alfonso de CastroGonzalez; Secretário.**ORDEM DO DIA:** (i) A lavratura da ata na forma sumária; (ii) Aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Aprovação da destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (iv) Aprovação do pagamento de dividendos de lucros de exercícios de 2023, registrados como reserva de lucros a realizar; **DELIBERAÇÃO:** Após análise e discussão da matéria constante na Ordem do Dia, foram tomadas, de forma unânime, sem qualquer ressalva ou restrição, as seguintes decisões: (i) Autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76; (ii) Aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Aprovada a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 17.702.055,39 (dezessete milhões setecentos e dois mil e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos) da seguinte forma: a) a destinação de R$ 13.276.541,54 (treze milhões duzentos e setenta e seis mil quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), para a constituição da reserva de lucros a realizar, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei n. 6.404/76; b) a destinação de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$4.425.513,85 (quatro milhões quatrocentos e vinte e cinco mil quinhentos e treze reais e oitenta e cinco centavos), para pagamento de dividendos aos Acionistas da Companhia, no curso do presente exercício;(iv) Aprovação do pagamento de dividendos à Acionista no valor de R$ 17.702.055,39 (dezessete milhões setecentos e dois mil e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), no curso do presente exercício, através do consumo da reserva de lucro a realizar. **QUÓRUM DA DELIBERAÇÃO:** A deliberação foi aprovada por unanimidade,sem qualquer reserva ou restrição. **CONSELHO FISCAL:** Não há um Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por todos os presentes. Belo Horizonte, 05 de abril de 2024. **MESA:** Ruz Gonzalez Romero, Presidente, Alfonso de Castro Gonzalez; Secretário. **ACIONISTAS:** Transportes Pesados Minas S.A. representada por Sandro de Castro Gonzalez, Diretor e Alfonso de Castro Gonzalez, Diretor. Certifico e dou fé de que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **RUZ GONZALEZ ROMERO** Presidente da Assembleia **ALFONSO DE CASTRO GONZALEZ** Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 11629494 em 11/04/2024 da Empresa SPE INOVA BH S/A, Nire 31300101029 e protocolo 242269834 - 09/04/2024. Autenticação: 9E954FD472C9D484B147B090D72FD67A75911847. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

EDITAL DE LEILÃO

Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Leiloeiro Oficial, Mat. JUCEMG nº 507, devidamente autorizado pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Presencial e Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Apartamento 201, do Edifício Paula, constituído de 06 cômodos, sendo: 02 quartos, 01 cozinha, 01 banheiro, 01 sala, 01 área de serviço, além destes possui também garagem descoberta, edificado na Rua Paraíso, 387, com área construída de 55,99m², área de escada de 5,32.5m², área real de uso comum de divisão proporcional de 29m², totalizando a área real de 84,99m² e a respectiva fração ideal de 0,13758 do Lote 04 (quatro) da Quadra 03 (três) do Bairro União, 2ª seção, em Igarapé/MG, limites e confrontações de acordo com a respectiva planta aprovada. **Matrícula:** Imóvel devidamente matriculado sob o nº 10.912 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Igarapé/MG. Obs: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: 21/05/2024 às 15:00 horas, e 2º Leilão dia 23/05/2024 às 15:00 horas**. **LOCAL:** Loja nº 42, Shopping Sul, localizado à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 1650, 2º andar, Bairro Carmo, Belo Horizonte/MG. **DEVEDOR (A) FIDUCIANTE**: DONIZETE MODESTO DE FARIA, CPF nº 929.774.486-91, brasileiro, administrador, casado sob regime de comunhão univesal de bens com EDILENE AMARAL DE FARIA, CPF n° 963.498.406-15, adminstradora, ambos residentes e domiciliados à Rua Ouro Fino, n° 481, Centro, Igarapé/MG. **CREDOR FIDUCIÁRIO:** *BANCO COOPERATIVO SICOOB S/A., CNPJ: 02.038.232/0001-64*. **DO PAGAMENTO**: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em cheque ou TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES**: **1º leilão: R$220.000,00 (duzentos e vinte mil). 2º leilão:R$200.271,41 (duzentos mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta um centavos)**, calculados na forma do art. 26, § 1º e 27 §§ 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.gpleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do Leiloeiro, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Mais informações: (31)2117-9001 / leilaojudicial@gpleiloes.com.br.

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2024

Torna público o contrato nº 09/2024. Objeto: Contratação de aquisição de combustíveis, gasolina e diesel S-10, com vista ao atendimento das necessidades dos veículos que fazem parte da frota do Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba. Contratante: CODAP. Contratado: Posto Elohim Ltda EPP, CNPJ: 01.708.132/0002-16. Valor total R$ R$ 103.248,00.Vigência: 19/04/2024 a 18/04/2025.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.

CNPJ/MF nº 44.140.908/0001-76 - NIRE nº 31300144186 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 05 de abril de 2024, às 11h30, na sede social da Companhia, localizada na Praça Bagatelle, nº 204, bairro São Luiz, CEP 31.270-705, Belo Horizonte/MG. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição Diretoria da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram aprovar a reeleição de: (1) **FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.830.417/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.930.467-64, com endereço profissional na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; e (2) **RAFAEL DE MELO LARANJEIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 55.362.630/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.853.486-41, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, para ocupar o cargo de Diretor; ambos com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2026, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. Os Diretores aceitam suas nomeações, declarando neste ato terem conhecimento do art. 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades mercantis, conforme Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivados na sede da Companhia. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Belo Horizonte/MG, 05 de abril de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros**: **(1)** Fábio Russo Corrêa; **(2)** Rodrigo Siqueira Abdala; **(3)** Monique Henriques Barbato de Souza; **(4)** Ana Maria de Castro Rovai; e **(5)** Marcus Vinícius Vieira Macedo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCEMG nº 11644034 em 18/04/2024 e protocolo 242427171 - 16/04/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 052/2024**. REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 23/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 07/05/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 071/2024**. Aquisição de material para reparo e manutenção em rede elétrica e rede de informática (abraçadeiras, conectores, cabos, chuveiros, lâmpadas, etc). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 24/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 08/05/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 073/2024**. Objeto: Aquisição de materiais de construção civil (chapa, vergalhão, arame, cimento, brita, prego, telha, etc.). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 24/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 08/05/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 080/2024**. Objeto: Aquisição de Ambulância tipo A simples remoção – furgoneta. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 24/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 08/05/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 084/2024**. Objeto: Aquisição de material descartável (guardanapo, saco plástico, copo, papel higiênico, coador, etc.). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 24/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/05/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 085/2024**. Objeto: Aquisição de itens de cama, mesa e banho para creches. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 24/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/05/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 086/2024.** Objeto: Aquisição de materiais de limpeza (balde, escova sanitária, luva, esponja, rodo, pano de chão, etc.). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 24/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/05/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o **PREGÃO Nº 089/2024**. Objeto: Aquisição de pneus para veículos da Secretaria de Educação. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 24/04/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br,** **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 08/05/2024 às 8h30.

CRISE

Lula cobra maior interlocução de ministros com o Congresso

Expectativa é que o petista se encontre esta semana com Lira e Pacheco

Brasília - O presidente Lula (PT) cobrou que seus ministros entrem mais em campo para ajudar na articulação com o Congresso Nacional. Lula pediu que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), seja "mais ágil". Também pediu que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixe de ler livro e passe mais tempo discutindo com parlamentares.

"Isso significa que o Alckmin tem que ser mais ágil, tem que conversar mais. O Haddad, ao invés de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara. O Wellington - Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social -, o Rui Costa - ministro da Casa Civil -, passar maior parte do tempo conversando com bancada A, com bancada B", afirmou o presidente.

As declarações foram dadas durante cerimônia no Palácio do Planalto para o lançamento de programa de concessão de crédito empresários e pessoas inscritas no CadÚnico, base de dados do governo federal para o pagamento de programas sociais.

A articulação política do governo vem sendo alvo de críticas no Congresso Nacional, embora conte com o respaldo do presidente Lula. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a afirmar que o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) era um "desafeto pessoal" e "incompetente".

Na sexta-feira (19), Lula realizou uma reunião de emergência com ministros palacianos e com líderes do governo no Congresso Nacional para melhorar a coordenação política. A expectativa é que o presidente se encontre nesta semana com Lira e também com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Além da briga com Lira, o governo vive um momento delicado com o risco de avanço da pauta-bomba, que pode ter impacto bilionário para as contas públicas. O principal item é a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que turbina o salário de juízes e promotores, com custo anual de cerca de R$ 40 bilhões. A proposta é patrocinada por Pacheco. Leia mais sobre o Programa Acredita na página 18. **(Renato Machado e Idiana Tomazelli/ Folhapress)**

REUTERS / LUISA GONZALEZ

Presidente fez críticas às posturas de Alckmin e Haddad

> *"O Alckmin tem que ser mais ágil, conversar mais. O Haddad, ao invés de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando com o Senado e a Câmara"*

Lewandowski minimiza atrito entre os poderes

São Paulo - O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, minimizou os atritos entre Poderes e defendeu mudanças legais para dar mais poder ao governo federal nas políticas de segurança, com a incorporação na Constituição de um sistema unificado de combate ao crime.

"De vez em quando se diz que há crise entre os Poderes. Não me parece que haja crises", afirmou durante seminário na capital paulista promovido pelo grupo Esfera. Ele, que é ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ainda não ver "nenhuma deficiência institucional" no Brasil.

"O Congresso legisla, o Executivo eventualmente impõe alguma sanção, que pode ser derrubada pelo Congresso Nacional, isso tudo dentro da Constituição. Da mesma forma, não há crise, penso eu, entre o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, e o Congresso Nacional", completou.

Lewandowski disse existir um federalismo funcional no País, com "um diálogo entre os Poderes bastante razoável", e exaltou o texto constitucional. "É uma Constituição que resistiu a várias crises políticas, dois impeachments, o episódio do 8 de janeiro do ano passado, várias crises econômicas, e o sistema funciona, sem maiores problemas", afirmou.

Para o ministro, o enfrentamento à criminalidade exige alterações legais para dar condições à União de fazer o planejamento das diretrizes fundamentais na área.

Segundo ele, o modelo de segurança previsto pela Constituição se alterou diante das novas dinâmicas do crime e não é mais possível ter "aquela compartimentalização de atribuições" entre os diferentes níveis. Ele pregou a necessidade de ter "mais poderes para a União fazer um planejamento nacional de caráter compulsório aos demais órgãos" e ter o papel de fixar diretrizes fundamentais.

"Talvez, na segurança pública, precisasse ser constitucionalizado o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), tal como, por exemplo, o SUS (Sistema Único de Saúde), com um fundo próprio", disse, justificando que os recursos deveriam servir para aparelhar as polícias e fortalecer os sistemas de inteligência.

O ministro se disse favorável à aprovação pelo Congresso "da lei das *fake news*", sem se aprofundar em detalhes, e da regulação da inteligência artificial. Ele afirmou que o crime se fortaleceu no ambiente digital nos últimos anos e é preciso ter recursos legais para preveni-lo e puni-lo nesse novo contexto. **(Joelmir Tavares/ Folhapress)**

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO.**
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.

agronegocio@diariodocomercio.com.br

SUSTENTABILIDADE

Mudas para parques de BH vão utilizar fertilizante orgânico

Insumo é produzido de lodo originário de ETEs da Copasa

CLÁUDIA DUARTE
Editora

Belo Horizonte deu um passo para começar a utilizar fertilizante orgânico em parques e jardins da cidade, que vendo sendo produzido com lodo proveniente de estações de tratamento de esgoto (ETE) da Copasa. A empresa pública e a Transplantar Tree vão formalizar, a partir de hoje, a entrada da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de BH (FPMZBC) no acordo para a aplicação do fertilizante orgânico, insumo que resulta da transformação de lodo produzido pelo esgoto tratado, na produção e plantio de mudas, que vão contribuir para a recuperação de áreas degradadas.

Desde junho de 2022, a Copasa e a Transplantar Tree têm um Acordo de Parceria no projeto que usa um processo chamado *compost barn*. Nele, resíduos vegetais, como aqueles provenientes de podas de árvores, são misturados com a terra e formam uma espécie de cama de matéria orgânica para o descanso de gado. Quando esses animais - mantidos em um ambiente confortável - defecam e urinam, o solo vai se transformando em um pré- composto. Posteriormente, o produto é misturado ao biossólido proveniente do tratamento de esgoto, que também é rico em matéria orgânica, para ser usado como fertilizante.

Desse modo, o processo combina a compostagem de resíduos vegetais com a criação de gado de forma sustentável e em conformidade com parâmetros sanitários, além de promover tratamento e destinação adequados do lodo

> *Assinatura do acordo de parceria entre Copasa, Transplantar Tree e Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de BH será hoje, às 9h30, no Jardim Botânico*

das estações de tratamento de esgoto. Vale destacar ainda que, além de fornecer matéria orgânica para o solo, a transformação do lodo em insumo agrícola evita a liberação de gás carbônico na atmosfera, diminuindo a emissão dos gases que causam o efeito estufa.

Outros ganhos são a redução dos custos com o transporte para disposição final do lodo e aumento da vida útil dos aterros sanitários. A Copasa opera atualmente mais de 200 estações de tratamento de esgoto. Só na Região Metropolitana de Belo Horizonte são produzidas mais de 250 toneladas de lodo desidratado por dia.

Já a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de Belo Horizonte administra mais de 10 milhões de metros quadrados de áreas verdes, ricas em fauna e flora. A produção e plantio de mudas são essenciais para a manutenção dessa biodiversidade.

A Copasa e a Transplantar Tree, que tem usina de compostagem em Esmeraldas (RMBH), já comprovaram a eficiência do fertilizante produzido.

Sustentabilidade - Em janeiro deste ano, a engenheira sanitarista da Unidade de Serviço de Desenvolvimento Operacional, Qualidade e Energia da Copasa, Frieda Keifer Cardoso, concedeu uma entrevista do DIÁRIO DO COMÉRCIO e explicou que o projeto do fertilizante é parte integrante do Programa de Desenvolvimento e Inovação da Copasa.

"Na primeira etapa, utilizamos 300 toneladas de lodo para a produção do fertilizante. O produto ainda está em fase de teste e para que a gente possa disponibilizar para produtor rural, há uma nova etapa que consiste na avaliação do comportamento do fertilizante no solo e em culturas diferentes. Somente depois desse período de pesquisa – cerca de dois anos de testes -, o produto poderá ser licenciado pelo Mapa e, então, colocado à venda. São etapas ambientais e de licenciamento que faremos para atender às leis", apontava a engenheira no dia 8 de janeiro.

Na mesma ocasião, o conselheiro técnico da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), engenheiro agrônomo e responsável técnico pela Tera Ambiental Ltda, Fernando Carvalho Oliveira, ressaltava que o uso do lodo para a fabricação de fertilizantes, atendendo às normas técnicas, é uma alternativa muito interessante: "O tratamento do esgoto gera um excedente de biomassa e esse excedente chamamos de lodo de esgoto. Então, esse produto concentra matéria orgânica, macros e micronutrientes. Justificando, assim, o reaproveitamento do lodo como matéria-prima para a produção de fertilizantes orgânicos. O lodo é o resíduo gerado em maior quantidade no processo de tratamento de esgoto. Se fizermos uma análise ampla, esse tipo de trabalho é um exemplo bem característico de economia circular".

Para o Brasil, segundo o especialista, o tratamento do lodo para a produção de fertilizantes e o aproveitamento no campo e em áreas urbanas é uma ótima alternativa. Segundo Oliveira, a alternativa tem menor custo e ganhos em sustentabilidade.

Solenidade - A assinatura do acordo entre Copasa, Transplantar Tree e a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de BH será hoje, às 9h30, no Jardim Botânico, que fica no Zoológico. **(Com informações da Copasa)**

DIVULGAÇÃO / COPASA

Fertilizante orgânico surge a partir de processo chamado *compost barn*; Copasa já testou insumo

89ª EXPOZEBU

Prazo de admissão de animais no Parque Fernando Costa termina amanhã

Termina amanhã (24), às 17h30, o prazo de admissão dos animais que vão participar dos julgamentos da 89ª ExpoZebu, promovida pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), entre os dias 27 de abril (sábado) e 5 de maio, no Parque Fernando Costa, em Uberaba, no Triângulo Mineiro. É a maior exposição da raça zebuína no mundo, segundo a associação.

De acordo com o regulamento da feira, durante três dias, serão realizadas a recepção e identificação dos animais, com mensuração, diagnóstico de gestação e ultrassonografia de carcaça, no caso dos machos. Já nesta quinta-feira (25), acontece a pesagem dos animais.

"Para garantir a participação dos animais na ExpoZebu 2024, a ABCZ ressalta a importância de cumprir o prazo estabelecido, pois nenhum animal será admitido após o período. Orientamos a verificar cuidadosamente as exigências e procedimentos necessários para a admissão, a fim de evitar contratempos de última hora que impeçam os animais de participar dos julgamentos", alerta a superintendente adjunta de Genealogia da ABCZ, Gleida Marques. O regulamento completo da da 89ª ExpoZebu está disponível em *https://expozebu.com.br/regulamento*.

Ao todo, 2.520 animais foram inscritos para a ExpoZebu 2024, crescimento de 21% em relação ao ano anterior, quando participaram 2.067 animais. São exemplares das raças Brahman, Gir Dupla Aptidão, Gir Leiteiro, Guzerá Dupla Aptidão, Guzerá Leiteiro, Indubrasil, Nelore, Nelore Mocho, Nelore Pintado, Sindi, Tabapuã e Girolando. Os julgamentos de animais da ExpoZebu começam no dia 28 de abril, a partir das 7h, e os últimos grandes campeões da edição deste ano serão anunciados no dia 4 de maio, à tarde.

Epamig - A programação da 89ª ExpoZebu é bastante extensa. A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), por exemplo, estará presente e é responsável pela realização do Shopping Gir Leiteiro, tradicional leilão da raça, que integra a programação há quase sete décadas, além de participar da Feira de Gastronomia & Alimentos de Minas, com plantões técnicos e degustações de produtos gourmet.

O Shopping Gir Leiteiro será realizado entre os dias 29 de abril e 3 de maio, de 8h às 16h, com visitações presenciais no Campo Experimental Getúlio Vargas da Epamig (rua Afonso Rato, 1301, Bairro Mercês, Uberaba). O agendamento prévio deve ser feito com Rayanne Castanheira (34) 9 8441-7552 ou Flávio Xavier (34) 99969-6442.

Os lotes também serão disponibilizados em um catálogo virtual no portal da Epamig (*https://www.epamig.br/shopping-gir-leiteiro-2024/*), no mesmo período. Serão ofertadas matrizes, novilhas, touros, doses de sêmen de touros Gir Leiteiro Epamig, embriões e oócitos (célula que dá origem ao óvulo).

DIVULGAÇÃO / ABCZ

89ª Expozebu tem 2.520 animais inscritos, crescimento de 21% frente à exposição realizada em 2023

DIA MUNDIAL DO LIVRO

Livrarias de rua têm papel vital no universo da leitura

Minas Gerais reúne 353 empresas do ramo, que não deixam o hábito morrer

JULIANA BAETA

"O que é uma cidade sem uma livraria?", questionava Neil Gaiman, criador de Sandman, série que figurou no topo do *ranking* das mais assistidas da Netflix no Brasil na época de seu lançamento. Mais de três décadas antes de fazer sucesso no *streaming*, no entanto, Sandman vinha ao mundo como um livro. É neste cenário de convergência de mídias, leitores digitais e um universo de telas que os livros impressos sobrevivem, ainda fortes, e emprestam resiliência às livrarias de rua.

"Pode até se chamar de cidade, mas, se não tiver uma livraria, sabe que não engana a nenhuma alma", responde Gaiman em sua própria citação. No Brasil, existem 2.972 livrarias. Em Minas, são 353, número bem aquém do ideal de Gaiman sobre livrarias e cidades, mas ainda em segundo lugar no *ranking* de estados com mais livrarias do País. O primeiro posto é de São Paulo, com 1.167 lojas.

O levantamento é da Associação Nacional de Livrarias (ANL), e diz respeito ao ano de 2023. O presidente da ANL, Alexandre Martins Fontes, avalia o cenário como positivo. "Eu acho que não só no Brasil, mas em todo o mundo, as pessoas reconhecem a importância das livrarias físicas, e a consequência disso é o surgimento de novas livrarias independentes", analisa. Nesta terça-feira (23), é celebrado o Dia Mundial do Livro.

E o que as livrarias físicas oferecem que o varejo *on-line* **não comporta, afinal?** "Em primeiro lugar, a livraria física é a verdadeira vitrine da indústria editorial, é onde descobrimos o que está sendo publicado e lançado, o que está vendendo mais. É ali que encontramos outros leitores e os autores dos livros em eventos, em lançamentos. Uma livraria é inquestionavelmente um ponto de encontro", responde Alexandre Fontes.

Sobre o comércio digital de livros, o empresário José Henrique Guimarães, com grande experiência neste mercado (ele é ex-CEO do Grupo Acaiaca, foi presidente da Câmara Mineira do Livro, fundou o Salão do Livro de Minas Gerais e, atualmente, comanda o Outlet de Livro em Belo Horizonte), observa que a concorrência é desleal. E isso não só no digital, mas também em relação às *megastores*. Por isso, acredita, "as livrarias de rua têm que ter um diferencial".

ARQUIVO PESSOAL / FREDERICO PINHO
A Jenipapo realiza eventos, debates e até um clube do livro (foto) para incrementar os negócios

> "Eu acho que não só no Brasil, mas em todo o mundo, as pessoas reconhecem a importância das livrarias físicas, e a consequência disso é o surgimento de novas livrarias independentes"

"Tem títulos que são vendidos aqui na livraria e que na internet não se vende tanto, nem mesmo nas grandes redes. Esses títulos ficam escondidos nessas lojas, já que a maioria quer vender o tíquete mais alto. Então, acho que as livrarias de rua precisam entender que há outras formas de segmentar o negócio para poder dar certo", comenta.

Diferenciais - Um *case* de sucesso, o Outlet de Livro, instalado na Savassi, região Centro-Sul de Belo Horizonte, tem chamado a atenção devido às suas promoções "malucas". É que, além de vender títulos a preços acessíveis durante todo o ano, em períodos historicamente de vendas mais baixas, o negócio também lança promoções como a de livros a R$ 1, que está acontecendo agora e vai até o dia 30 de abril.

O empresário e livreiro José Henrique Guimarães escolheu manter o tíquete médio baixo da loja para movimentar o negócio. Tem dado certo. "A gente tem que se reinventar. Fazendo assim, por exemplo, a competição com o *e-commerce* fica igualada ou melhorada em preço e qualidade, porque o tráfego de rua está ali. A pessoa que passa na loja e vê o produto com preço competitivo com o *on-line*, vai comprar na loja", defende.

Além disso, o atendimento personalizado, a indicação de obras e toda essa experiência que só o contato "corpo a corpo" com os livros oferece só são encontradas nas lojas físicas.

Na Jenipapo, também na Savassi, a presença do profissional do livro é fundamental. "O livreiro, normalmente, é um bom leitor. Aí, ele consegue perceber as nuances de estilo para conseguir indicar um livro adequado para cada um", conta o sócio proprietário da livraria, Frederico Pinho.

A Jenipapo, inaugurada em junho de 2022, atualmente conta com cerca de 15 mil livros em suas prateleiras. Ela entrou no lugar da antiga livraria Ouvidor, que precisou fechar as portas naquele mesmo ano.

Estratégias buscam mobilização para o setor

A realização de eventos, debates e até um clube do livro incrementam os negócios na Jenipapo. "Promovemos eventos culturais aqui e também temos um clube de leitura da livraria. Funciona assim: todo mês indicamos três livros em um grupo aberto e as pessoas escolhem um para ler naquele mês. Depois, nos encontramos na livraria para falar do livro, de forma horizontal", explica o sócio-proprietário da livraria, Frederico Pinho. O clube, atualmente, conta com cerca de 70 leitores.

Os livros indicados costumam ter o preço mais acessível e de entendimento mais amplo para atingir um público maior. A leitura da vez é o "Avesso da pele", de Jeferson Tenório.

Além disso, a livraria também promove eventos literários e bate-papos. Já passaram por lá, por exemplo, a cantora Zélia Duncan e o escritor Marçal de Aquino.

A própria ANL lançou uma campanha para mobilizar as livrarias de todo o País. Com o mote "Visite uma livraria!", a iniciativa dispõe uma série de comunicações para serem usadas por livreiros e estimular a frequência nas livrarias.

Mas ainda é preciso de mais, avalia o presidente da ANL, Alexandre Fontes. Para ele, **é preciso uma política nacional para proteção das livrarias** que torne a concorrência entre o varejo físico e o digital mais justa, e movimente as livrarias de rua.

Legislação pode inaugurar nova - Essa política já existe. Ou pelo menos, a sua forma. É o Projeto de Lei 49/2015, chamado de Lei Cortez, em homenagem a um livreiro de mesmo nome que foi um dos entusiastas do projeto. O texto institui uma Política Nacional do Livro e regulamenta os preços.

O presidente da ANL explica: "Se você vai para Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, França, Holanda, Japão, Argentina, México, e tantos outros, todos eles têm uma lei que protege as livrarias. Ao protegê-las, o ecossistema do livro também é preservado, assim como a bibliodiversidade e, em última análise, a sociedade. A Lei Cortez estabelece que os lançamentos literários não poderão ser vendidos com descontos superiores a 10% pelo período de um ano".

A ideia é que, com isso, os preços praticados sejam semelhantes em todos os negócios, do digital ao presencial, nas lojas independentes e nas *megastores*.

"Leis como essa existem em todo o mundo para proteger, sobretudo, esse pequeno livreiro nas ruas. Aqui no Brasil, o varejo *on-line* pode pegar o livro que acaba de chegar ao mercado e vender com o desconto que quiser, mas, quando isso acontece, elimina-se a possibilidade das pequenas livrarias sobreviverem, porque elas não vão poder oferecer o mesmo desconto. Elas têm que pagar as suas contas, o salários dos funcionários, o aluguel do imóvel etc", elenca Fontes.

Segundo ele, a norma ajuda a fortalecer as livrarias e também estimularia a abertura de novos negócios. "Com mais livrarias espalhadas pela cidade, você também tem uma queda no preço do livro para o consumidor final, já que o editor sabe que o preço que ele estabelece para a obra será cumprido pelas livrarias e, portanto, se vê obrigado a colocar valores mais baixos no preço de capa".

Diferentemente disso, um outro cenário seria assustador. "Imagine um país sem livrarias? Eu não quero isso para o Brasil. A leitura é importante para a sociedade como um todo. Quem lê, pensa melhor, é um melhor profissional, em qualquer área", conclui.

Atualmente, o PL 49/2015 está no Senado Federal e seguirá diretamente para a Câmara, caso não haja solicitação para encaminhamento ao plenário. (JB)

CURTAS

DIVULGAÇÃO / HAPVIDA NOTREDAME INTERMÉDICA
Hapvida NotreDame Intermédica pode ser "solução" do setor

Os bons resultados financeiros da Hapvida NotreDame Intermédica no quarto trimestre e no acumulado do ano de 2023 continuam a trazer impactos positivos para a empresa, que atende 15,9 milhões de brasileiros em seus planos de saúde e odontologia. Em relatório divulgado ao mercado, analistas do Itaú BBA dizem que o modelo da companhia segue como preferido na solução para o setor de saúde suplementar. De acordo com o documento, o desempenho financeiro mostra que a Hapvida está mais estável e com uma geração de caixa mais forte do que outras companhias brasileiras que operam na mesma área. Por isso, avaliam que o preço de suas ações pode chegar a R$ 6 no fim de 2024. Outro banco que analisou positivamente a companhia foi o BTG Pactual. De acordo com a instituição, a empresa está obtendo margens melhores graças a três indicadores importantes. O primeiro é uma operação mais verticalizada. A empresa hoje tem 796 unidades próprias, sendo 87 hospitais. Mais quatro hospitais aumentarão esse número até meados de 2025, com a inauguração de unidades de alta complexidade com 200 leitos cada em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, além da reinauguração de outra unidade também em São Paulo. Os outros dois índices dizem respeito a uma integração de fusões e aquisições e a uma carteira mais saudável. A fusão mais recente operada pela empresa foi com a NotreDame Intermédica, que levou a nova empresa à liderança do setor em número de beneficiados. Do total de 15,9 milhões de clientes da companhia pós-fusão, 8,9 milhões são de plano de saúde. O volume é superior à soma do Bradesco (3,95 milhões de vidas) e Amil (3,02 milhões de vidas), que hoje aparecem em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Um volume relevante que consegue acessar o sistema de saúde privado com tíquete médio ao redor de R$ 250.

Fábrica de líderes brasileira

Treinar líderes tem sido um dos principais desafios corporativos da última década, no Brasil e no mundo. Visando esse cenário, a Crescimentum, liderada pelo CEO André Marim, tem investido no Programa Líder do Futuro. Em 20 anos de atuação, já treinou mais de 315 mil pessoas e transformou mais de 1.550 empresas pelo mundo. Em 2023, a empresa fechou o ano com R$ 70 milhões. Para 2024, a expectativa de faturamento é de R$ 80 milhões. O foco deste ano será na nova configuração do programa, que terá três pilares: o "Líder do Futuro Fundamentos", "Líder Comercial do Futuro" e "Líder do Futuro Executivo". Somente na área de Desenvolvimento de Líderes e de Gestão de Cultura Organizacional, já são mais de 200 turmas realizadas no Brasil, Estados Unidos, França e Portugal, formando mais de 10 mil lideranças que impactam diretamente milhares de pessoas no mundo.

TIM UltraFibra expande cobertura para o interior de Minas Gerais

Eleita seis vezes a melhor banda larga do Brasil pelo "Estadão" e três vezes pelo "CanalTech", a TIM UltraFibra, presente na Grande BH, expande sua cobertura para o interior de Minas Gerais. Chegando em 306 bairros de Divinópolis, no Centro-Oeste; Juiz de Fora, na Zona da Mata; Montes Claros, no Norte; e Poços de Caldas, no Sul de Minas. Com planos a partir de R$ 98,50 e velocidades que vão de 500 Mega a 2 Giga.

Sankhya cria a posição de Chief Strategy Officer

A Sankhya, uma das principais desenvolvedoras de *software* de gestão empresarial (ERP/EIP) do País, cria o cargo de Chief Strategy Officer (CSO) e anuncia Fábio Túlio, co-fundador do Grupo, como o responsável pela posição. Em sua nova função, o executivo concentra seus esforços em consolidar a posição da empresa no mercado, impulsionar a inovação, identificar oportunidades e garantir a integração eficiente das estratégias com suas empreitadas. Anteriormente como Diretor de Negócios e Inovação da empresa, Fábio Túlio assume ainda mais responsabilidades que incluem análise de mercado e suas tendências para impulsionar o crescimento do negócio, identificação de risco, exploração de novas parcerias, modelos de negócios, produtos e serviços, visão de oportunidades de aquisição, avaliação da execução das estratégias globais e promoção de uma cultura de inovação.

MEDICAMENTO VETERINÁRIO

MSD encerra operações em Montes Claros

450 postos de trabalho serão extintos

DIVULGAÇÃO / MSD SAÚDE ANIMAL
Término das atividades terá um impacto significativo na economia local, com a perda de R$ 2,5 mi em arrecadação de ICMS

DIONE AS

A MSD Saúde Animal, multinacional especializada na produção de medicamentos veterinários, anunciou o encerramento de suas operações em Montes Claros, no Norte de Minas, até o final de 2024. Com isso, mais de 450 postos de trabalho, entre empregos diretos e indiretos, serão perdidos. O término das atividades terá um impacto significativo na economia local, com a perda de R$ 2,5 milhões em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

> "O mercado vive um cenário de escassez de mão de obra qualificada. Então, acho que esses funcionários não terão dificuldade de arrumar nova colocação"

Edilson Torquato, secretário de Desenvolvimento Econômico de Montes Claros, destaca que os impactos já podem ser mensurados mesmo antes do fechamento das atividades. Ele lamenta a perda, mas expressa a esperança de que outras empresas possam ocupar o espaço deixado pela MSD, evitando assim uma queda na arrecadação. Torquato também está otimista quanto ao futuro da fábrica, acreditando que em breve ela será adquirida ou transferida para outro grupo. Ele ressalta que Montes Claros está vivendo um momento positivo no setor farmacêutico, com diversas empresas interessadas em se estabelecer no município.

Quanto aos desempregados, que podem chegar a 450, o secretário acredita que, paulatinamente, serão absorvidos pelas indústrias de fármacos do município. "O mercado vive um cenário de escassez de mão de obra qualificada. Então, acho que esses funcionários não terão dificuldade de arrumar nova colocação", espera. A MSD já comunicou a decisão aos funcionários e adotou uma série de medidas. Segundo a empresa, serão ofertados pacotes de desligamentos diferenciados, seguindo os padrões globais da empresa.

Ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, a MSD Saúde Animal afirmou que o motivo para fechar a fábrica é a "necessidade de se adaptar à rápida evolução da indústria farmacêutica", que, segundo a companhia, foi tomada com "base na análise da estrutura global de custos e na situação das operações locais", não tendo relação com o desempenho obtido.

A empresa confirmou que o fechamento da fábrica ocorre como resultado de uma revisão global da companhia. Em sua atuação, a MSD Saúde Animal opera no Brasil como braço estratégico da multinacional Merck Sharp & Dohme, que tem a sua sede em Nova Jersey, nos Estados Unidos. A MSD está presente em cerca de 50 países e seus produtos estão disponíveis em aproximadamente 150 mercados.

No ano passado, o DIÁRIO DO COMÉRCIO noticiou que a MSD Saúde Animal investiria R$ 50 milhões na unidade com prazo previsto para os próximos cinco anos. O montante estaria direcionado à ampliação da capacidade de produção de vacinas bacterianas, controle de qualidade e ampliação dos armazéns internos da unidade. Além disso, a planta também iria receber novas linhas de produtos.

"Vamos transferir os produtos hoje produzidos pela unidade de Montes Claros para outra unidade da companhia e terceirizadas. Durante o período de transição, a produção na unidade continuará sendo fundamental para o fornecimento de vacinas e medicamentos, bem como para a construção de um estoque estratégico", informou a empresa.

A decisão em relação à unidade de Montes Claros não afeta nenhum outro investimento existente ou planejado no Brasil. Atualmente, a companhia possui fábricas em Joinville, Santa Catarina e Cruzeiro, São Paulo.

"A MSD Saúde Animal continua comprometida com seus colaboradores, clientes e sociedade, e continuará operando e investindo dentro de seus princípios, garantindo a continuidade dos negócios e sustentando o seu compromisso com a ética e integridade das pessoas, e com a saúde e bem-estar animal", enfatizou a empresa por meio de nota.

DIVULGAÇÃO / UNINOVE
Estrutura de aço preenchida por resíduos da construção civil é solução sustentável para reduzir poluição sonora nas cidades

SUSTENTABILIDADE

Solução visa reduzir poluição sonora

Para reduzir ruídos do tráfego nas grandes cidades e criar mais uma possibilidade de destino correto para os resíduos gerados pela construção civil, a Belgo Arames apoiou um estudo cuja solução pode diminuir em até 24% a poluição sonora causada pelo trânsito. O projeto inédito faz parte do mestrado de Cidades Inteligentes e Sustentáveis intitulado "Utilização de resíduos de Construção Civil para preenchimento de gabiões caixa para execução de barreiras sonoras", desenvolvido pelo professor pesquisador da Universidade Nove de Julho (Uninove) e engenheiro de aplicação da Belgo Arames Antonio Celso de Souza Junior.

Para montar a estrutura, o pesquisador optou pelo uso de uma inovação: o gabião da linha *easyworks*, da Belgo Soluções Geotech, primeiro em malha soldada da América Latina para uma fácil montagem e alta performance. A avaliação técnica do uso de gabiões caixa eletrosoldados Easy S, material advindo da produção racional e sustentável da indústria 4.0, preenchidos com resíduos de construção civil para atenuar a poluição sonora nos centros urbanos, é uma inovação nacional que, além de contribuir para a redução dos resíduos inservíveis dos canteiros de obras, proporciona a possibilidade do uso alternativo desses materiais para a criação de barreiras acústicas em locais estratégicos e próximos às rodovias de alto tráfego.

Barreiras acústicas já são adotadas em diversos países da Europa, em locais de grande incidência de veículos como rodovias e desemboque de túneis, porém a construção de uma barreira de material reciclado é novidade no mercado mundial. "Para a aplicação, testei um material poroso que pudesse absorver as ondas sonoras com mais eficácia e que apresentasse alta resistência às intempéries da natureza. Por isso, escolhi o rachão da construção civil proveniente de resíduos reciclados da demolição de classe A. Nessa etapa contei com o apoio da Usina de Reciclagem de Entulho Riuma", diz Souza.

Os gabiões são gaiolas em aço galvanizado com dimensões pré-estabelecidas, utilizados em obras de infraestrutura, preenchidos por agregados obtidos pela britagem de rochas extraídas em jazidas e incorporados em obras de geotecnia para conter e estabilizar taludes em rochas, solos instáveis e erosões em obras civis, geotécnicas e hidráulicas.

Foco nas ODS - A pesquisa foi desenvolvida durante três anos e cumpriu com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados para as cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis e indústria, inovação e infraestrutura.

Durante os testes, Souza coletou ruídos em um corredor de alto tráfego veicular na avenida Paulista, uma das mais movimentadas de São Paulo. A partir disso, montou barreira em escala real de 1 metro de altura por 4 metros de extensão, em um espaço controlado de laboratório e passou a avaliar a atenuação desse ruído com aparelho decibelímetro. A medição em decibéis (dB) na avenida variou de 71 dB a 90 dB, valores posicionados acima do recomendado pela norma 10151/2019, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para áreas mistas, com vocação comercial e administrativa, onde o limite é 60 dB no período diurno e de 55 dB no período noturno. A constatação foi que gabiões com materiais reciclados da construção civil são capazes de reduzir o ruído do trânsito de 17% a 24%, mesmo a 6 metros de distância da via. Outros estudos complementares apontam que uma barreira em maior altura pode atenuar o ruído em até 60 decibéis.

Viabilidade comercial - O arame de aço é um material 100% reciclável e altamente durável, características que agregam maior custo-benefício ao projeto. Já o rachão de classe A da construção civil pode custar 70% menos se comparado a um material novo. Além do preço altamente competitivo, retira resíduos da natureza.

O estudo pioneiro tem a pretensão de servir como fonte para projetos de intervenção urbana em locais públicos que considerem a viabilidade da transformação das cidades brasileiras em locais inteligentes, sustentáveis e mais saudáveis nos próximos anos.

LOGÍSTICA

Chuá inaugura novo CD em JF e prevê faturar R$ 1 bilhão até 2026

JULIANA SODRÉ

A Chuá Distribuidora, empresa do setor de logística com atuação nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, acaba de inaugurar um novo centro de distribuição (CD) em Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira. A iniciativa faz parte da estratégia da empresa de dobrar o faturamento e somar R$ 1 bilhão até 2026.

Localizado às margens da BR-040, o novo empreendimento tem 7 mil metros quadrados, 4 mil metros quadrados a mais do que o anterior, que tinha 3 mil metros quadrados, proporcionando aos 198 colaboradores a oportunidade de operar de forma mais otimizada. Além disso, com a inauguração, a empresa passa a atender 22 marcas.

"Temos capacidade de expedir cerca de 50 toneladas por dia, mas o antigo espaço não estava mais atendendo às necessidades operacionais. Então, o novo CD tem como objetivo trazer mais celeridade ao processo e com perspectivas de crescimento", explica o diretor comercial da Chuá Distribuidora, Rodrigo Márcio Brangrian.

Segundo ele, a empresa já opera há 30 anos na cidade e, desde o início, Juiz de Fora foi escolhida pela localização estratégica. "Com a inauguração do novo espaço, estamos ampliando capacidade operacional e modernizando ainda mais nossas operações", comenta.

O CD de Juiz de Fora é um dos três que empresa possui. Os outros ficam na cidade de Governador Valadares, na região do Rio Doce, onde é a sede da empresa, e em Serra, no Espírito Santo.

RAIO X

Colaboradores:
- 198 na unidade de Juiz de Fora
- 331 na unidade de Governador Valadares
- 75 na unidade de Serra (ES)

Municípios atendidos:
- 412 em Minas Gerais
- 84 no Espírito Santo

População atingida:
- 10 milhões de consumidores

DIVULGAÇÃO / CHUÁ DISTRIBUIDORA
Novo empreendimento da Chuá tem 7 mil metros quadrados

PROJETO DE LEI

Senado deve votar novas regras do DPVAT

Proposta retoma a cobrança anual obrigatória do seguro para proprietários de veículos, extinta em 2021

O Senado deve votar amanhã (24) o Projeto de Lei (PLP 233/2023) sobre o Seguro Obrigatório Para Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), que reformula e substitui o antigo DPVAT. Antes de ir ao Plenário, no mesmo dia, a proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Enviado pelo governo, o projeto sobre as novas regras do DPVAT foi aprovado na Câmara dos Deputados em 9 de abril. O texto estabelece que o seguro será operado pela Caixa Econômica Federal e será estruturado no modelo de fundo mutualista privado. O relator, senador Jaques Wagner (PT-BA), que é líder do governo no Senado, apresentou relatório favorável.

Pelo projeto, serão garantidas indenização por morte e por invalidez permanente, total ou parcial, além de reembolso de despesas com: assistências médicas e suplementares que não estejam disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no local de residência da vítima; serviços funerários; e reabilitação profissional de vítimas com invalidez parcial.

O projeto retoma a cobrança anual obrigatória do seguro para proprietários de veículos, que foi extinta a partir de 2021. Até o ano passado, a Caixa operou o seguro de forma emergencial com os recursos que ainda estavam disponíveis. Os valores da indenização deverão ser definidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), conforme estabelece a proposta.

Na Câmara, o texto foi aprovado com uma emenda que altera o arcabouço fiscal (Lei Complementar 200/2023), aprovado no ano passado pelo Congresso. O trecho permite antecipar a liberação de crédito suplementar no cenário em que há crescimento adicional da receita deste ano em relação ao mesmo período de 2023.

PEC do quinquênio - Na pauta do Plenário, também está prevista a segunda sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição que cria parcela mensal compensatória por tempo de exercício para membros do Judiciário e do Ministério Público, entre outras carreiras jurídicas (PEC 10/2023). A primeira sessão de discussão da proposta foi marcada para hoje.

Aprovada na CCJ na semana passada, a chamada PEC do quinquênio visa valorizar a atuação de agentes públicos de carreiras jurídicas, como juízes, procuradores e defensores públicos. De acordo com a PEC, a parcela extra não ficaria sujeita ao teto constitucional. O benefício, calculado em 5% do subsídio, seria pago a cada cinco anos de efetivo exercício, até o limite de 30%. O quinquênio também vale para aposentados e pensionistas que têm direito a igualdade de rendimentos com os colegas em atividade.

Na CCJ, o texto foi aprovado na forma do substitutivo sugerido pelo relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO). Ele estendeu o benefício a outras carreiras, como integrantes da Advocacia Pública da União, dos estados e do Distrito Federal, membros da Defensoria Pública, delegados e ministros e conselheiros de Tribunais de Contas.

Segundo o texto, as parcelas mensais só poderão ocorrer se houver previsão orçamentária e decisão do respectivo Poder ou órgão autônomo do agente público beneficiado. A proposta foi apresentada originalmente pelo atual presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (PSD).

PECs precisam passar por cinco sessões de discussão antes de serem votadas em primeiro turno e mais duas sessões de discussão em segundo turno. A aprovação ocorre quando o texto é acatado por, no mínimo, três quintos dos senadores (49), após dois turnos de deliberação. Para que a mudança constitucional se efetive, a proposta tem de ser aprovada nas duas Casas do Congresso.

> *Na Câmara, o texto foi aprovado com uma emenda que altera o arcabouço fiscal (Lei Complementar 200/2023), aprovado no ano passado pelo Congresso*

JEFFERSON RUDY / AGÊNCIA SENADO

Antes de ir ao Plenário, texto passará por análise da Comissão de Constituição e Justiça

Frente Parlamentar - A pauta do Plenário também inclui a análise do projeto que cria a Frente Parlamentar da Advocacia no Senado (PRS 18/2019). Também de autoria de Pacheco, o texto recebeu parecer favorável do relator, senador Marcos Rogério (PL-RO), e foi aprovado na CCJ em novembro de 2021. Neste mês, o projeto recebeu o aval da Comissão Diretora, que aprovou o parecer do senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), relator no colegiado.

Entre as ações previstas, o projeto estabelece que a nova frente deverá debater temas como a regulamentação legal, acompanhar a tramitação de propostas que tratem da atuação da advocacia e ouvir profissionais da área jurídica que possam "colaborar com o fortalecimento, regulamentação eficiente e aprimoramento da advocacia militante". **(Agência Senado)**

MPMG

Vale vai destinar R$ 14,5 mi a Itabira

DIONE AS

Um acordo assinado entre a Vale e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) prevê que a mineradora destine R$ 14,5 milhões para ampliar a disponibilidade hídrica em Itabira, na região Central de Minas Gerais. As obras devem ter início em breve.

A execução do projeto será realizada a partir do sistema de distribuição que abastece a Estação de Tratamento de Água (ETA) do rio Tanque, que nasce na Serra dos Alves. Diante das definições, o projeto ainda terá a participação da provedora de serviços ambientais Aecom do Brasil e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae).

O termo celebrado entre as partes define que os recursos deverão ser utilizados para "fins de custeio de projetos voltados a melhoria da disponibilidade hídrica, preferencialmente relacionados com a preservação hídrica no município de Itabira e as melhorias necessárias para garantir a viabilidade do sistema de distribuição utilizado para receber a ETA rio Tanque".

A indicação das destinações do montante será feita pelo MPMG, preferencialmente via plataforma Semente, mas o órgão já listou algumas prioridades. São elas: inclusão de projetos socioambientais dedicados ao reforço da disponibilidade hídrica ou que contribuam para a preservação dos recursos hídricos no município; suporte às organizações com foco na proteção ambiental; contribuições a fundos governamentais dedicados ao meio ambiente, especialmente aqueles que beneficiam a região de Itabira.

Procurada pela reportagem, a Vale confirmou o acordo com o MPMG para destinação dos R$ 14,56 milhões em projetos socioambientais voltados para a melhoria da disponibilidade hídrica em Itabira.

"Esses projetos serão indicados pelo Ministério Público e devem estar relacionados à preservação e disponibilidade hídrica no município, prevendo também as melhorias necessárias para garantir a viabilidade do sistema de distribuição do Serviço Autônomo de Água e Esgoto que será utilizado para receber o Projeto Rio Tanque, ainda em implantação. A Vale reforça o seu compromisso com o município, a segurança das pessoas e do meio ambiente", disse a mineradora em nota.

Crise hídrica - Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 96,9% da população de Itabira conta com abastecimento de água, sendo que 22,7% do município tem tubulações para drenagem de águas pluviais. O acordo entre a mineradora e o MPMG promete viabilizar a ampliação da drenagem na cidade.

Em novembro do ano passado, Itabira chegou a realizar uma força-tarefa para driblar uma crise hídrica vivida pelo município em decorrência da falta de chuvas. Como medida para enfrentar o desabastecimento, caminhões-pipa foram acionados pela prefeitura local para fornecer água potável aos moradores.

AGENDA TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 05/03/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112, "g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 22

ICMS – fevereiro - Simples Nacional/Operações interestaduais: recebimento em operação interestadual de mercadoria para industrialização, comercialização ou utilização na prestação de serviço, ficando obrigado a recolher, a título de antecipação do imposto, o valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual. Recolher até o dia 20 do 2º mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/Internet. RICMS-MG/2023, art. 3º, VII, art. 112, § 7º, III

ICMS – Abril (1º a 20) - Fabricante de Refino de Petróleo: Recolhimento do ICMS devido no regime de tributação monofásica pelo estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código. 1921-7/00 da CNAE, situado em Minas Gerais. **Nota -** O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 22 do mês da ocorrência do fato gerador, relativamente às operações realizadas do dia 1º e 20 de cada mês. DAE/Internet. Decretos nºs 48.555/2022 e 48.619/2023

Dia 25

ICMS - Abril (11 a 23) - Fabricante de Refino de Petróleo: Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da CNAE, exceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de prazo de recolhimento diferenciado. **Nota -** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/Internet. RICMS-MG/2023, art. 112, XII, "b".

ICMS – Abril (11 a 23) - Prestação de Serviço de Comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento: Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da CNAE, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 30.000.00,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 300.000.000,00. **Nota -** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/Internet. RICMS-MG/2023, art. 112, XIII, "b".

Dia 29

ICMS – Abril (1º a 26) - Indústrias de bebidas e fumos: Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da CNAE, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da CNAE, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00.

Notas

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 26 do mês de referência.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 27 do mês da ocorrência do fato gerador, não havendo expediente bancário postergar para o primeiro dia útil seguinte. DAE/Internet. RICMS-MG/2023, art. 112, XI, "a"

DeSTDA – Março - Simples Nacional: A DeSTDA será transmitida mensalmente até o dia 28 do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração ou até o primeiro dia útil seguinte, quando o término do prazo se der em dia não útil, pelos contribuintes cujas operações ou prestações estiverem sujeitas aos regimes de substituição tributária, da antecipação do recolhimento do imposto e à incidência do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual. A DeSTDA também deverá ser transmitida à unidade da Federação onde o contribuinte mineiro estiver inscrito como substituto tributário. Programa SEDIF-SN (Sistema Eletrônico de Documentos e Informações Fiscais do Simples Nacional). RICMS-MG/2023, Anexo V, art. 144, § 1º

Dia 30

TFRM – Março - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM): Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior.

Notas

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/Internet. Lei nº 19.976/2011, art. 9º; Decreto nº 45.936/2012, art. 10, §§ 1º e 2º.

ICMS – Janeiro - Simples Nacional/Substituição tributária: Operações sujeitas ao regime de substituição tributária, nos termos do Anexo VII, art. 24, § 4º. Na hipótese de atribuição da responsabilidade por substituição tributária à ME ou EPP, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado. RICMS-MG/2023, Anexo VII, art. 24, § 4º

CRÉDITO

Desenrola ganha versão para pequenos negócios

Medida integra o Programa Acredita, que contemplará empreendedores e famílias de baixa renda, além de MPEs e MEIs

Brasília - O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou ontem (22) um programa para estimular o crédito para empreendedores e famílias de baixa renda, além de renegociar dívidas de pequenos negócios. A medida provisória (MP) prevê ainda medidas para impulsionar o mercado imobiliário e facilitar atração de investimentos estrangeiros para o Brasil.

O impulso ao crédito e ao investimento é uma obsessão do presidente para tentar ativar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O programa, batizado de Acredita, foi lançado durante cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do chefe do Executivo e de outros ministros, como Fernando Haddad (Fazenda) e Márcio França (Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). Ele é dividido em quatro eixos.

O primeiro deles prevê uma linha de microcrédito para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único de programas sociais. O governo vai disponibilizar uma garantia de até R$ 500 milhões para que esses indivíduos consigam acessar a linha com uma taxa de juros mais vantajosa, já que o dinheiro do fundo dá segurança de que a instituição financeira receberá o pagamento em caso de inadimplência.

Segundo o Planalto, o público-alvo da linha de microcrédito serão as famílias que atuam na informalidade, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres, além de pequenos produtores rurais.

As operações devem ficar disponíveis a partir de julho.

O público-alvo da linha de microcrédito serão as famílias que atuam na informalidade, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres, além de pequenos produtores rurais

O governo diz que a meta é realizar, até 2026, cerca de 1,25 milhão de transações de microcrédito, com valor médio de cerca de R$ 6.000. A previsão é injetar mais de R$ 7,5 bilhões na economia até 2026.

O segundo eixo foca nos pequenos negócios e prevê quatro tipos de ações. A primeira é o Desenrola Pequenos Negócios, renegociação de dívida para Microempreendedores Individuais (MEIs), micro e pequenas empresas (com faturamento bruto anual até R$ 4,8 milhões). O formato segue os mesmos moldes do Desenrola lançado para pessoas físicas no ano passado.

Os empreendedores poderão, até o fim de 2024, negociar as dívidas atrasadas até a assinatura da MP. Para estimular a adesão, o governo vai conceder um crédito presumido aos bancos no valor renegociado, a ser usado entre 2025 e 2029. A medida, na prática, melhora a posição de capital das instituições financeiras, abrindo espaço no balanço para a concessão de novos empréstimos.

Segundo o Executivo, a renúncia fiscal com o crédito presumido foi estimada em R$ 18 milhões em 2025 e R$ 3 milhões em 2026, sem impacto em 2027. **(Idiana Tomazelli e Renato Machado/Folhapress)**

MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

Para estimular a adesão, o governo vai conceder um crédito presumido aos bancos no valor negociado, a ser usado entre 2025 e 2029

Dívidas do Pronampe poderão ser renegociadas

Brasília – O governo também vai renegociar as dívidas do Pronampe, programa de crédito criado durante a pandemia de Covid-19 para ajudar micro, pequenas e médias empresas. Será criado também um limite expandido, de 50% do faturamento bruto anual, para companhias que tenham mulheres como sócias majoritárias ou administradoras.

Outra ação é o Procred 360, uma linha de crédito especial para MEIs e microempresas (com faturamento anual até R$ 360 mil). Quem quiser acessar a modalidade pagará juros equivalentes à Selic (hoje em 10,75% ao ano) mais 5% ao ano, taxa menor que a do Pronampe.

O Sebrae, por sua vez, também vai ampliar as linhas de crédito com garantia do Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas (Fampe). Nos próximos três anos, a ideia é disponibilizar R$ 30 bilhões em crédito por meio de bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e agências de desenvolvimento.

O terceiro eixo foca no mercado imobiliário. O governo vai autorizar a estatal Empresa Gestora de Ativos (Emgea) a comprar parte da carteira de crédito imobiliário de bancos para liberar dinheiro novo e turbinar a compra da casa própria.

Na chamada securitização, a companhia compra das instituições financiadoras o direito de receber as parcelas a serem pagas pelos mutuários no futuro. Com o dinheiro, os bancos podem dar novos empréstimos, algo que não seria possível se o recurso ficasse travado no balanço.

A Emgea foi criada em 2001 para administrar parte da carteira de crédito habitacional da Caixa com inadimplência elevada. Ela hoje desenvolve soluções financeiras para a recuperação desses créditos, mas não tem autorização legal para fazer securitização.

A estatal tem um crédito bilionário a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), criado na década de 1960 para garantir o pagamento integral dos contratos do antigo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A dívida é paga pelo Tesouro Nacional.

A ideia é que a Emgea use o dinheiro, estimado em cerca de R$ 10 bilhões, para comprar parte da carteira de crédito imobiliário dos bancos (não só da Caixa, mas também de outras instituições que operam essas linhas), que poderiam direcionar o recurso para alavancar novos empréstimos.

O quarto e último eixo, chamado de Eco Invest, busca garantir a investidores estrangeiros mecanismos de proteção contra oscilações bruscas na taxa de câmbio. O governo considera que esse é um dos principais entraves ao maior ingresso de recursos internacionais no Brasil e vê na iniciativa uma forma de atrair capital para financiar projetos sustentáveis. **(Idiana Tomazelli e Renato Machado/Folhapress)**

Para Febraban, pacote vai injetar recursos na economia

As medidas de crédito anunciadas ontem (22) pelo governo federal para micro e pequenas empresas, Desenrola Pequenos Negócios, ProCred 360 e novo Pronampe, chegam em momento oportuno e se alinham a plataformas consolidadas e bem-sucedidas que os bancos já operam, permitindo injeção de mais recursos para as empresas em situação vulnerável.

Voltadas para a renegociação de dívidas e para crédito subsidiado orientado para os Microempreendedores Individuais (MEI), as medidas são importantes instrumentos para manter estímulo à recuperação da economia.

O ProCred 360, por exemplo, possibilitará a inclusão de microempreendedores individuais que faturem até R$ 360 mil, que segundo o IBGE somam mais de 13,2 milhões de pessoas. Esse número equivale a quase 70% do total de empresas do nosso país.

Além disso, para atender ao contingente de empresas que carecem de oportunidades para renegociarem as suas dívidas, ao mesmo tempo que precisam obter recursos para manter suas atividades em funcionamento, o Desenrola Pequenos Negócios possibilitará a renegociação de dívidas de empresas de micro e pequeno porte que faturem até R$ 4,8 milhões anuais.

O maior acesso para as empresas a uma linha de crédito já testada, fácil e de rápida contratação, que possui taxas acessíveis e longo prazo para pagamento, como o Pronampe, contribuirá para solidificar a posição de micro e pequenas empresas em seus setores de atuação. Ainda, ela garante a existência das atividades desses microempreendedores e até mesmo poderá ajudar a expandi-las.

O anúncio desses programas de concessão de crédito e de renegociação de dívidas para segmentos empresariais de menor porte, com recursos mais acessíveis e prazos mais longos, possibilitará a redução dos impactos negativos para micro e pequenas empresas em situação mais delicada.

Programa Desenrola Pessoas Físicas (PF) - Também presentes no Desenrola Pequenos Negócios, anunciado hoje pelo governo, os bancos ainda ajudaram a construir o Desenrola para as famílias, em duas faixas (1: débitos não bancários e 2: bancários).

O Programa Desenrola Brasil, de acordo com dados divulgados pelo governo, com a ajuda direta dos bancos, já beneficiou 14 milhões brasileiros e possibilitou a renegociação de aproximadamente R$ 50 bilhões em dívidas.

Reiterando o compromisso dos bancos com a iniciativa, dentro das mudanças e evoluções efetuadas, destacamos a possibilidade de os clientes acessarem diretamente os canais oficiais dos bancos parceiros para renegociarem as suas dívidas, como alternativa à plataforma do Programa Desenrola PF.

E ainda merece destaque a parceria com os Correios como ponto focal para renegociação de dívidas. A extensão do Programa até o dia 20 de maio deste ano, aliada às evoluções em processos implementadas na plataforma, possibilitará que mais pessoas possam conhecer e acessar o Desenrola PF para renegociar suas dívidas, o que contribuirá para uma retomada mais robusta do ciclo econômico.

BNB - O diretor Financeiro e de Crédito, do Banco do Nordeste (BNB), Wanger Rocha, representou a presidência da instituição no evento de lançamento e reforçou a importância da medida para impulsionar especialmente microempreendedores, potenciais clientes do Crediamigo.

"O Programa Acredita tem total aderência aos eixos em que o Banco do Nordeste atua. Seja no microcrédito ou na micro e pequena empresa, estamos completamente alinhados. Trata-se de determinante iniciativa do governo federal em busca da inclusão produtiva e da recuperação econômica do país. Estamos no caminho certo", afirmou Wanger Rocha.

FERNANDO FRAZÃO / AGÊNCIA BRASIL

O ProCred 360, por exemplo, possibilitará a inclusão de MEIs que faturam até R$ 360 mil

Bovespa

Movimento do Pregão 22/04

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +0,36% ao marcar 125573.16 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 21.470.189.135. As maiores altas foram CVC BRASIL ON, PETZ ON, RAIZEN PN, IRBBRASIL RE ON e TOTVS ON. As maiores baixas foram PETRORECSA ON, KLABIN S/A UNT, CSNMINERACAO ON, VAMOS ON e SABESP ON.

Pregão do dia 19/04

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	2.186.773	1.626.275	37,91	25.040.075,12	54,57
FRACIONARIO	273.950	3.658	0,08	61.313,54	0,13
DEMAIS ATIVOS	890.671	1.138.894	26,55	1.990.721,57	4,33
TOTAL A VISTA	3.351.384	2.768.827	64,55	27.092.093,60	59,04
BBT	1	231	0,00	2.065,87	0,00
EX OPC COMPRA	17.354	224.817	5,24	6.847.974,08	14,92
EX OPC VENDA	28.329	480.363	11,19	10.234.105,72	22,30
TOTAL EXERCÍCIO	45.683	705.180	16,44	17.082.079,81	37,22
TERMO	739	8.927	0,20	90.393,66	0,19
OPCOES COMPRA	201.232	409.931	9,55	325.166,68	0,70
OPCOES VENDA	175.931	378.920	8,83	538.963,47	1,17
OPC.COMP.INDICE	558	26	0,00	31.757,95	0,06
OPC.VEND.INDICE	958	32	0,00	62.582,63	0,13
TOTAL DE OPCOES	378.679	788.910	18,39	958.470,75	2,08
BOVESPAFIX	3.494	446	0,01	49.185,73	0,10
TOTAL GERAL	4.005.970	4.288.964	100,00	45.884.359,40	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	9.217	5.378	0,12	74.973,05	0,16
PARTIC. NOVO MERCADO	1.768.928	1.931.913	45,04	23.359.000,30	50,90
PARTIC. NIVEL 1	394.413	461.646	10,76	6.167.996,53	13,44
PARTIC. NIVEL 2	554.971	618.165	14,41	9.641.387,36	21,01
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	111	1	0,00	272,05	0,00
PARTIC. MAIS	3.317	497	0,01	8.145,53	0,01
PARTIC. IBOVESPA	1.724.231	1.360.412	31,71	22.730.381,07	49,53
PARTIC. IBrX 50	1.262.004	954.511	22,25	18.890.870,61	41,17
PARTIC. IBrX 100	1.824.182	1.411.777	32,91	23.415.992,38	51,03
PARTIC. IBrA	2.108.287	1.560.483	36,38	24.765.219,54	53,97
PARTIC. MIDLARGE	1.303.016	962.788	22,44	19.821.782,70	43,19
PARTIC. SMALL	805.271	597.694	13,93	4.943.436,83	10,77
PARTIC. ISE	1.158.236	918.865	21,42	12.191.967,81	26,57
PARTIC. ICO2	1.482.912	1.142.642	26,64	17.580.467,26	38,31
PARTIC. IEE	185.215	180.524	4,20	3.568.856,40	7,77
PARTIC. INDX	470.495	243.357	5,67	3.850.638,04	8,39
PARTIC. ICONSUMO	794.215	715.481	16,68	5.633.072,71	12,27
PARTIC. IMOBILIARIO	149.063	59.816	1,39	879.165,23	1,91
PARTIC. IFINANCEIRO	253.731	179.358	4,18	3.258.124,83	7,10
PARTIC. IMAT	209.693	134.224	3,12	3.706.131,45	8,07
PARTIC. UTIL	220.010	196.156	4,57	4.346.472,99	9,47
PARTIC. IVBX 2	923.493	626.875	14,61	10.183.522,32	22,19
PARTIC. IGC	2.075.376	1.531.761	35,71	24.188.861,47	52,71
PARTIC. IGCT	2.029.441	1.515.248	35,32	24.055.988,44	52,42
PARTIC. IGNM	1.459.684	1.069.457	24,93	14.761.815,11	32,17
PARTIC. ITAG ALONG	2.003.726	1.478.149	34,46	23.335.251,32	50,85
PARTIC. IDIV	609.514	426.275	9,93	10.779.455,86	23,49
PARTIC. IFIX	627.446	7.516	0,17	242.985,51	0,52
PARTIC. BDRX	46.429	5.795	0,13	342.893,35	0,74
PARTIC. IFIL	561.115	6.703	0,15	222.401,06	0,48
PARTIC. IGPTW B3	689.523	539.794	12,58	7.470.866,58	16,28
PARTIC. IAGRO-FFS B3	344.161	204.529	4,76	2.568.883,66	5,59
PARTIC. IBOV SD TR	451.500	349.207	8,14	9.093.961,52	19,81
PARTIC. IDIVERSA B3	1.211.561	969.338	22,60	17.486.940,10	38,11

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	89,00	86,43	89,00	86,81	86,57	-3,14↓	86,56	89,38	13	54
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN ED	25,26	25,26	25,42	25,27	25,42	3,62↑	25,25	28,00	3	152
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	43,18	48,85	-	-
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	321,92	321,92	325,76	323,44	325,12	0,29↑	318,66	334,46	5	20
A1EG34	AEGON LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	22,00	31,08	-	-
A1ES34	AES CORP	DRN	84,35	84,35	84,35	84,35	84,35	1,09↑	81,35	91,87	1	2
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	40,84	40,84	40,84	40,84	40,84	-0,68↓	39,99	43,12	1	1
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	24,52	24,40	24,59	24,53	24,45	-0,28↓	24,25	25,86	29	17.000
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	385,20	385,20	385,20	385,20	385,20	-4,46↓	310,00	442,13	1	10
A1LK34	ALASKA AIR G	DRN	234,08	234,08	237,70	235,78	235,52	22,48↑	-	-	5	24
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	-	-	-	-	-	-	44,04	60,00	-	-
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	-	-	-	-	-	-	36,10	41,29	-	-
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	101,50	94,40	101,50	97,35	95,64	-6,33↓	95,40	97,71	334	73.743
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	0,17↑	-	-	1	5
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	101,61	98,00	101,70	99,47	98,40	-3,68↓	97,53	101,50	20	1.372
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	333,25	320,82	333,25	323,60	322,01	-5,00↓	322,01	620,00	6	155
A1ON34	AON PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	394,90	-	-	-
A1PA34	APA CORP	DRN ED	-	-	-	-	-	-	164,80	-	-	-
A1PD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	-	352,00	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	156,00	150,75	156,00	152,06	150,75	-3,36↓	139,05	180,06	2	4
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	73,36	83,09	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	12,70	12,66	12,70	12,66	12,66	-2,08↓	12,37	-	2	9
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	37,56	37,36	37,56	37,36	37,36	1,43↑	33,00	-	2	91
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	280,00	279,16	281,05	280,76	281,05	1,39↑	-	312,00	5	279
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	239,52	239,52	239,76	239,64	239,76	0,62↑	231,99	-	2	2
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	140,25	192,23	-	-
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	59,76	59,10	59,87	59,78	59,10	-1,20↓	58,30	61,11	19	2.678
A2FY34	AFYA LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	40,63	-	-	-
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	-	-	-	-	-	-	8,36	10,73	-	-
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN	68,11	67,40	68,11	68,06	67,40	-1,82↓	64,00	-	2	435
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	-	-	-	-	-	-	8,55	16,54	-	-
A2XO34	AXON ENTERPR	DRN	84,69	84,69	84,69	84,69	84,69	-6,06↓	-	97,50	1	6
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	73,85	73,36	74,11	73,73	73,36	-0,66↓	71,50	74,00	5	5
AALR3	ALLIAR	ON NM	9,97	9,61	10,60	10,12	10,03	0,40↑	10,03	10,10	481	129.200
AAPL34	APPLE	DRN	43,75	42,72	43,80	43,01	42,99	-2,29↓	42,99	43,00	1.084	114.345
ABBV34	ABBVIE	DRN ED	54,15	53,80	54,20	54,11	54,08	-0,12↓	52,98	55,90	5	68
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	22,30	22,29	23,00	22,82	22,95	2,91↑	22,87	22,95	3.957	822.400
ABEV3	AMBEV S/A	ON	11,97	11,95	12,10	11,99	11,95	-0,08↓	11,95	11,98	34.014	25.780.300
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	-	-	-	-	-	-	51,59	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN ED	46,30	46,26	46,30	46,26	46,26	-0,15↓	45,95	49,94	2	21
ABUD34	AB INBEV	DRN	50,81	50,81	50,81	50,81	50,81	1,21↑	49,88	56,00	1	161
ACNB34	ACCENTURE	DRN ED	1.650,39	1.650,39	1.650,39	1.650,39	1.650,39	-0,02↓	1.550,00	1.870,00	1	1
ACWI11	TREND ACWI	CI	11,37	11,21	11,38	11,24	11,24	-1,57↓	11,24	11,26	46	25.029
ADBE34	ADOBE INC	DRN	49,50	48,19	49,50	48,43	48,38	-2,36↓	48,11	50,42	26	1.879
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	-	-	-	-	-	-	52,35	-	-	-
AERI3	AERIS	ON NM	0,55	0,55	0,57	0,56	0,57	3,63↑	0,56	0,57	936	840.800
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,20	9,14	9,29	9,20	9,19	-0,10↓	9,18	9,20	5.221	4.682.900
AFLT3	AFLUENTE T	ON ED	-	-	-	-	-	-	7,40	9,99	-	-
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	48,33	48,03	48,80	48,45	48,03	-0,62↓	46,98	49,44	12	179
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	25,08	25,08	26,63	26,18	26,63	6,18↑	26,50	26,63	2.582	741.800
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	1,92	1,80	1,92	1,85	1,80	-4,25↓	1,80	1,82	794	295.700
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	19,00	22,22	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	15,01	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	17,05	120,00	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN	41,71	40,15	42,15	40,17	40,16	-4,56↓	40,16	42,00	44	51.278
ALLD3	ALLIED	ON EJ NM	7,72	7,41	7,86	7,64	7,50	-1,44↓	7,49	7,50	526	148.100
ALOS3	ALLOS	ON NM	21,60	21,51	21,98	21,73	21,71	0,27↑	21,66	21,72	11.757	5.094.800
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	9,00	9,00	9,12	9,06	9,12	3,63↑	9,11	9,39	5	700
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	8,49	8,47	9,20	8,91	9,00	5,88↑	8,88	9,00	15.340	8.226.000
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	4,03	3,95	4,12	4,04	4,05	1,25↑	4,03	4,06	374	93.600
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	33,75	33,39	34,00	33,59	33,52	-0,47↓	33,45	33,52	83	4.382
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	29,91	29,71	30,08	29,93	29,95	0,13↑	29,95	30,00	4.412	898.400
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,32	10,19	10,55	10,35	10,41	0,87↑	10,40	10,55	151	29.200
ALUP4	ALUPAR	PN N2	9,75	9,74	9,90	9,81	9,84	1,02↑	9,84	9,85	214	37.500
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,56	1,56	1,68	1,61	1,67	7,05↑	1,66	1,67	786	594.100
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	10,41	10,40	10,77	10,63	10,62	2,01↑	10,62	10,66	3.473	1.083.300
AMGN34	AMGEN	DRN	49,80	49,72	49,80	49,72	49,72	0,04↑	48,99	51,13	2	2.701
AMLG34	ASTONMARTIN	DRN	-	-	-	-	-	-	12,28	-	-	-
AMZO34	AMAZON	DRN	46,88	45,06	47,04	45,69	45,40	-3,28↓	45,30	45,40	1.350	166.766
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,33	3,32	3,50	3,42	3,39	1,80↑	3,39	3,40	9.653	6.152.000
APER3	ALPER S.A.	ON	44,82	44,82	45,00	44,83	44,83	0,02↑	44,83	45,90	10	7.600
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTV34	APTIV PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	177,21	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	10,35	10,31	10,78	10,49	10,42	0,28↑	10,37	10,44	5.580	938.900
ARMT34	ARCELOR	DRN	66,22	65,65	66,22	65,68	65,73	-0,52↓	64,96	66,22	6	364
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	50,60	50,54	52,00	51,45	51,49	1,67↑	51,24	51,49	14.524	2.457.100
ASAI3	ASSAI	ON NM	13,21	13,18	13,63	13,40	13,38	1,51↑	13,38	13,39	19.268	12.836.100
ASML34	ASML HOLD	DRN	84,96	80,84	85,84	83,69	81,33	-4,19↓	81,20	83,99	188	53.024
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,17	2,11	2,21	2,15	2,15	-0,92↓	2,14	2,19	87	17.500
ATTB34	ATT INC	DRN	28,91	28,37	28,91	28,45	28,46	0,31↑	28,34	28,91	16	513
AURA33	AURA 360	DR3	40,00	39,22	40,50	40,02	40,15	0,82↑	40,01	40,15	5.408	128.603
AURE3	AUREN	ON NM	11,80	11,73	11,88	11,80	11,81	0,16↑	11,80	11,83	5.918	6.568.000
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	94,60	89,01	94,60	90,14	89,37	-5,52↓	89,50	90,21	146	14.674
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,70	3,50	3,70	3,56	3,52	-7,12↓	3,50	3,69	10	1.600
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	115,28	114,52	119,50	118,03	119,50	4,40↑	117,54	-	27	1.661
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,48	1,45	1,53	1,47	1,47	1,37↑	1,46	1,47	380	280.300
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,44	1,40	1,50	1,44	1,41	-2,08↓	1,41	1,43	898	2.501.800
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	70,49	70,49	70,70	70,64	70,70	0,21↑	67,62	73,44	2	306
AZUL4	AZUL	PN N2	10,00	9,85	10,32	10,04	9,94	-1,29↓	9,94	9,95	18.598	19.960.700
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN	50,67	50,17	50,67	50,53	50,17	-1,12↓	50,17	-	2	113
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	112,88	-	-
B1BW34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	55,98	78,12	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	48,55	48,55	48,55	48,55	48,55	=	46,89	54,10	1	50
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	27,67	27,12	27,67	27,57	27,12	-1,98↓	26,71	31,42	2	6
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	11,47	11,41	11,50	11,46	11,50	-0,94↓	11,20	11,90	8	724
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	165,61	182,30	-	-
B1LL34	BALL CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	28,15	28,05	28,60	28,33	28,23	-0,31↓	27,72	28,80	9	578
B1PP34	BP PLC	DRN	49,97	49,96	50,20	50,01	50,20	0,50↑	49,30	50,50	5	217
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN ED	48,25	47,15	48,25	47,66	47,15	-1,46↓	46,70	54,34	5	35
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	350,70	350,70	350,70	350,70	350,70	-0,59↓	343,50	-	1	5
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	29,96	29,96	30,27	30,11	30,20	-0,33↓	30,25	30,56	23	728
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	147,00	-	-	-
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,77	1,75	1,77	1,76	1,75	-3,84↓	1,70	1,84	7	17.806

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
B2MB34	BUMBLE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	9,50	-	-	-
B2RK34	BRUKER CORP	DRN	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	-2,65↓	-	-	1	2
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,69	1,64	1,70	1,66	1,65	-2,36↓	1,63	1,65	13	2.995
B3SA3	B3	ON NM	11,14	11,12	11,33	11,21	11,18	0,35↑	11,18	11,19	44.369	39.314.000
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE	34,02	34,01	34,04	34,02	34,04	-1,95↓	32,03	35,67	4	88
BABA34	ALIBABAGR	DRN	12,85	12,72	12,87	12,78	12,79	-0,54↓	12,77	12,82	712	86.340
BACW39	MSCI ACWI	DRE	56,00	54,14	56,00	54,15	54,14	-1,88↓	52,96	56,00	20	13.208
BAER39	US AEROSPACE	DRE	33,42	33,42	33,42	33,42	33,42	-0,26↓	32,95	33,87	1	2
BAHI3	BAHEMA	ON MA	8,89	8,89	8,91	8,90	8,91	-	8,25	8,90	3	300
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	56,56	54,62	56,56	54,63	54,62	-3,41↓	42,75	59,87	5	1.138
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	9,90	13,00	-	-
BALM4	BAUMER	PN	-	-	-	-	-	-	9,90	10,80	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN	-	-	-	-	-	-	-	78,78	-	-
BAZA3	AMAZONIA	ON	100,99	98,22	100,99	99,19	98,88	-1,12↓	98,22	98,89	23	3.700
BBAS3	BRASIL	ON EB NM	28,02	27,66	28,02	27,77	27,71	-0,78↓	27,71	27,72	32.817	18.308.900
BBDC3	BRADESCO	ON N1	12,18	12,07	12,21	12,13	12,07	-0,74↓	12,07	12,12	8.940	4.832.800
BBDC4	BRADESCO	PN N1	13,72	13,61	13,80	13,69	13,64	-0,94↓	13,64	13,65	36.526	49.722.700
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	7,15	7,00	7,15	7,10	7,04	0,57↑	7,01	7,04	56	1.906
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	64,66	63,70	65,10	64,95	64,95	0,52↑	64,95	67,10	46	177.358
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	104,00	103,70	105,65	104,82	105,65	1,16↑	105,65	106,48	9	32
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	32,55	32,55	33,02	32,93	32,96	0,94↑	32,96	32,97	9.767	3.819.900
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	47,45	47,18	47,45	47,19	47,18	-2,52↓	38,99	-	2	51
BBYY34	BEST BUY	DRN	-	-	-	-	-	-	387,71	-	-	-
BCHI39	MSCI CHINA	DRE	26,00	25,80	26,00	25,83	25,80	-0,30↓	24,47	26,55	21	658
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BCIC11	B INDEX CICL	CI	117,19	117,08	117,19	117,08	117,08	1,02↑	-	117,08	3	107
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	-	-	-	-	-	-	26,99	-	-	-
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	-	-	-	-	-	-	42,80	50,08	-	-
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	48,25	48,25	48,25	48,25	48,25	-0,92↓	30,99	48,30	1	590
BCSA34	SANTANDER	DRN	25,12	24,64	25,16	24,90	24,78	-0,80↓	24,68	25,10	62	4.037
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE	-	-	-	-	-	-	45,98	60,02	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	114,09	113,90	114,09	113,90	113,90	0,79↑	-	113,90	2	101
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	105,16	105,16	105,16	105,16	105,16	1,16↑	-	127,96	2	2
BDVD39	GX SUPDIV US	DRE	-	-	-	-	-	-	41,66	-	-	-
BDVY39	SELECT DIVID	DRE	61,56	61,50	61,74	61,56	61,74	1,09↑	55,50	64,00	5	130
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	6,09	6,04	6,19	6,08	6,08	-0,32↓	6,07	6,08	7.626	9.173.800
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE	-	-	-	-	-	-	31,80	35,72	-	-
BEES3	BANESTES	ON	8,80	8,75	8,83	8,80	8,80	-0,11↓	8,75	8,82	38	5.600
BEES4	BANESTES	PN	9,59	9,54	9,67	9,62	9,60	0,84↑	9,53	9,66	12	1.700
BEFA39	MSCI EAFE	DRE	49,45	49,45	49,50	49,45	49,50	-1,49↓	39,99	50,25	2	35
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE	-	-	-	-	-	-	49,10	51,75	-	-
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE	45,80	45,75	45,80	45,77	45,75	-0,32↓	-	50,02	3	640
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE	49,55	49,55	49,55	49,55	49,55	0,10↑	-	57,65	1	115
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE	40,45	40,45	40,45	40,45	40,45	-0,56↓	-	59,99	1	31
BEMV39	MSCIEMMRKMI	DRE	48,47	48,47	48,47	48,47	48,47	-	-	-	1	23
BEPP39	BKR MSCI JPN	DRE	53,09	53,09	53,09	53,09	53,09	-0,37↓	-	-	1	2
BERK34	BERKSHIRE	DRN	104,81	104,81	105,85	105,19	105,10	0,32↑	104,80	105,73	154	12.496
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE	-	-	-	-	-	-	37,80	42,60	-	-
BEWC39	MSCI CANADA	DRE	-	-	-	-	-	-	43,90	49,00	-	-
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	=	47,80	53,88	1	40
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE	-	-	-	-	-	-	25,20	-	-	-
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE	43,23	43,23	43,23	43,23	43,23	-1,61↓	41,30	45,00	1	80
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE	-	-	-	-	-	-	42,90	48,99	-	-
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE	-	-	-	-	-	-	47,20	53,09	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	39,61	39,61	39,61	39,61	39,61	-3,48↓	34,50	-	1	46
BEWU39	MSCI UK	DRE	58,10	57,91	58,10	58,02	57,91	-1,42↓	57,00	59,38	2	119
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE	83,83	83,83	83,83	83,83	83,83	-1,41↓	-	-	1	1
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	-	-	-	-	-	-	39,59	50,02	-	-
BEWZ39	MSCI BRAZIL	DRE	-	-	-	-	-	-	52,56	-	-	-
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE	63,25	63,25	63,25	63,25	63,25	-1,31↓	50,98	70,03	1	13
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE	-	-	-	-	-	-	36,99	50,02	-	-
BFDA39	FT RISIDIVID	DRE	-	-	-	-	-	-	54,69	-	-	-
BFXI39	CHINALARGECA	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BGIP3	BANESE	ON	25,50	25,00	25,50	25,33	25,00	-3,84↓	24,81	25,50	3	300
BGIP4	BANESE	PN	22,53	22,45	22,61	22,53	22,61	=	22,30	22,99	4	400
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	21,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE	39,00	38,42	39,00	38,90	38,42	-1,48↓	37,25	40,00	5	195
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE	38,24	38,00	38,24	38,20	38,20	-0,10↓	36,50	40,21	3	54
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE	58,08	57,96	58,08	58,02	57,96	-0,61↓	-	-	2	2
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BHER39	GX GAMES SPT	DRE	24,46	24,46	24,46	24,46	24,46	-2,62↓	-	27,57	1	96
BHEW39	BKR CH JAPAN	DRE	-	-	-	-	-	-	51,99	-	-	-
BHEZ39	BKR CH EUROZ	DRE	-	-	-	-	-	-	59,85	-	-	-
BHIA3	CASAS BAHIA	ON NM	6,21	6,13	6,45	6,27	6,22	0,32↑	6,21	6,22	8.371	7.137.500
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE	49,79	49,36	49,79	49,38	49,36	-0,86↓	48,00	49,65	7	895
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	60,00	58,74	60,00	59,06	58,74	-0,69↓	58,30	59,00	54	887
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	43,25	42,90	43,25	43,22	42,90	-2,72↓	41,60	50,02	2	24
BICL39	BKR GL CLEAN	DRE	34,00	33,96	34,00	33,99	33,96	-3,27↓	-	-	2	4
BIDN39	BKR GENO IMM	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	70,02	-	-
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE	-	-	-	-	-	-	44,98	60,02	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN	35,40	35,24	35,52	35,25	35,24	-1,78↓	35,09	36,78	9	1.113
BIDV39	BKR INTL SLD	DRE	47,32	47,32	47,32	47,32	47,32	-0,48↓	-	-	1	50
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE	45,98	45,98	46,00	45,99	46,00	-1,70↓	45,88	50,02	2	155
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE	49,44	49,44	49,44	49,44	49,44	0,56↑	48,96	-	1	20
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE	43,53	43,40	43,53	43,43	43,40	-1,36↓	42,92	44,91	5	1.421
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE	48,30	48,15	48,30	48,19	48,24	-0,49↓	47,53	48,48	3	26
BIEV39	EUROPE ETF	DRE	55,86	55,86	55,86	55,86	55,86	-0,25↓	45,98	60,00	1	1
BIFR39	BKR US INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	62,98	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE	60,20	60,20	60,20	60,20	60,20	1,44↑	55,05	61,97	1	30
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	73,99	-	-	-
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE	8,06	8,06	8,06	8,06	8,06	-1,46↓	7,10	9,00	2	415
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	164,71	213,11	-	-
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE	14,75	14,65	14,75	14,70	14,65	-1,34↓	14,60	18,01	2	8
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE	66,87	66,87	66,99	66,94	66,95	-0,37↓	59,98	70,03	26	429
BIJS39	BKR SPSM600V	DRE	-	-	-	-	-	-	61,25	-	-	-
BILB34	BILBAOVIZ	DRN	-	-	-	-	-	-	54,99	-	-	-
BILF39	LATIN AMER40	DRE	46,95	46,95	46,95	46,95	46,95	-1,15↓	-	-	1	1
BIOM3	BIOMM	ON MA	16,60	16,29	17,85	16,86	17,10	5,42↑	16,94	17,20	2.947	473.300
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE	81,36	81,36	81,36	81,36	81,36	-2,64↓	66,98	-	1	360
BITB39	BKR HM CNSTR	DRE	-	-	-	-	-	-	62,00	-	-	-
BITO39	CORE SP TOTA	DRE	57,30	56,58	57,30	56,94	56,58	-2,02↓	49,98	58,99	2	2
BIVB39	CORE SP 500	DRE	65,80	64,42	66,15	64,46	64,42	-2,09↓	64,23	65,37	73	13.940
BIVE39	SP500 VALUE	DRE	62,03	61,74	62,04	61,94	61,86	-0,27↓	53,98	70,03	14	809
BIVW39	SP500GROWTH	DRE	52,25	51,46	52,25	51,85	51,46	-3,79↓	45,98	-	4	142
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE	66,66	66,66	66,66	66,66	66,66	-1,89↓	58,98	-	1	2
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE	50,19	49,85	50,30	49,90	49,90	-2,48↓	47,82	55,00	11	21.127
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE	57,20	56,88	57,20	57,09	56,88	0,53↑	55,65	60,03	24	30.000
BIXG39	BKR GL FIN	DRE	53,86	53,86	53,86	53,86	53,86	-0,46↓	38,99	-	1	3
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE	57,28	56,83	57,28	57,10	56,83	-0,95↓	53,60	-	3	108
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE	12,20	11,94	12,20	12,09	11,94	-3,86↓	11,80	-	5	159
BIYE39	BKR US ENER	DRE	86,76	85,59	86,76	85,75	85,59	-0,93↓	-	-	10	651
BIYF39	US FINANCIAL	DRE	31,54	31,54	31,54	31,54	31,54	-0,34↓	31,54	40,02	1	119
BIYG39	USFINANCSERV	DRE	16,44	16,44	16,44	16,44	16,44	-0,42↓	13,00	18,01	3	108
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE	47,95	47,57	47,95	47,76	47,57	-1,20↓	47,00	-	2	2
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE	18,90	18,76	18,90	18,86	18,76	-3,34↓	15,99	20,00	5	123
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	-	-	-	-	-	-	29,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN	102,90	101,04	102,90	102,73	101,29	-1,75↓	101,00	102,74	35	25.165
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE	-	-	-	-	-	-	50,00	60,00	-	-
BLAK34	BLACKROCK	DRN	59,55	58,80	59,64	59,16	59,00	-0,92↓	58,80	59,30	40	1.865
BLAU3	BLAU	ON NM	10,35	10,20	10,47	10,32	10,29	0,39↑	10,28	10,31	989	227.200
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	27,78	27,54	27,78	27,58	27,54	-2,54↓	26,20	28,26	4	108
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE	55,10	54,59	55,10	54,68	54,66	-0,79↓	54,15	54,78	15	242
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	23,25	23,25	23,25	23,25	23,25	-	20,56	25,00	1	100
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	22,76	22,33	22,76	22,45	22,40	0,04↑	22,15	22,40	14	2.200
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,30	3,29	3,41	3,36	3,35	1,51↑	3,35	3,36	999	405.000
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	17,50	26,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	-1,32↓	14,90	15,69	1	100
BMKS3	BIC MONARK	ON	401,80	401,80	435,00	427,88	434,98	6,09↑	420,00	434,99	17	206
BMMT11	B INDEX MOME	CI	112,27	112,08	112,27	112,08	112,08	0,61↑	105,12	112,08	2	101
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	12,40	12,35	12,64	12,48	12,50	0,40↑	12,45	12,50	1.341	339.900
BMRE39	BKR MORTGAGE	DRE	56,32	56,32	56,32	56,32	56,32	0,78↑	-	-	1	5
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE	46,34	44,91	46,34	45,55	44,93	-3,87↓	37,99	46,41	31	1.550
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN	-	-	-	-	-	-	249,40	-	-	-
BNBR3	NORD BRASIL	ON	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	=	100,01	104,00	2	300
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	66,82	66,52	66,82	66,71	66,71	-0,62↓	64,64	70,12	5	129
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	46,80	46,80	48,26	48,02	47,83	2,00↑	47,83	48,04	114	27.822
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,18	2,13	2,20	2,15	2,16	0,46↑	2,16	2,19	51	21.700
BOEF39	BKR SP100	DRE	61,49	60,72	61,49	60,72	60,72	-3,23↓	-	-	2	14.823
BOEI34	BOEING	DRN	887,33	887,33	887,33	887,33	887,33	-0,65↓	873,48	940,20	1	56
BONY34	BNY MELLON	DRN	294,00	292,03	294,00	293,84	292,03	0,49↑	-	-	7	77
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	37,81	37,50	37,88	37,79	37,50	-2,59↓	35,01	37,88	5	65
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	120,51	120,51	121,86	121,40	121,52	0,86↑	121,46	121,52	61.756	6.952.199
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	126,59	126,59	126,97	126,91	126,92	0,89↑	100,00	126,92	12	60.949
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	96,56	96,07	96,63	96,33	96,35	0,74↑	95,54	96,35	366	550
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	126,33	126,33	127,74	127,27	127,44	0,87↑	126,80	127,44	6.871	1.101.604
BOVX11	TREND IBOVX	CI	12,58	12,58	12,69	12,65	12,65	0,55↑	12,65	12,70	439	210.225
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	-	-	-	-	-	-	29,95	39,99	-	-
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	32,80	32,41	32,91	32,65	32,62	0,27↑	32,60	32,65	19.946	5.629.700
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	16,70	16,17	16,70	16,41	16,17	-0,18↓	16,17	16,71	24	3.300
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	8,27	8,05	8,27	8,13	8,18	-0,72↓	8,09	8,18	31	5.500
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	9,42	9,08	9,59	9,22	9,19	1,32↑	9,19	9,21	4.632	3.124.800
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	155,00	300,00	-	-
BPFV39	GX VAR RTPRF	DRE	-	-	-	-	-	-	57,53	-	-	-
BPIC39	BKR GBMM PRD	DRE	56,32	56,32	56,36	56,33	56,36	0,33↑	-	-	3	45
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	-	-	-
BQQW39	FT NASD100EQ	DRE	-	-	-	-	-	-	-	65,00	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	60,90	60,90	60,90	60,90	60,90	-2,57↓	-	-	1	1
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE	53,96	53,53	53,96	53,87	53,53	-2,79↓	43,98	60,02	3	95
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	30,84	29,89	30,84	30,78	29,89	-3,45↓	29,80	31,15	3	212
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	19,97	19,84	20,38	20,15	20,27	1,50↑	20,26	20,32	217	54.500
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	20,57	20,46	21,19	20,88	21,19	2,76↑	21,13	21,19	11.243	7.025.200
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	103,86	103,86	104,86	104,49	104,50	1,10↑	104,50	108,50	30	2.157
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	14,41	14,35	15,00	14,80	14,98	3,66↑	14,82	14,98	790	115.200
BREW11	B INDEX BREW	CI	115,93	115,78	115,93	115,78	115,78	0,95↑	-	115,78	2	102
BRFS3	BRF SA	ON NM	17,05	16,79	17,34	17,04	17,05	=	17,00	17,05	21.649	8.568.100
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	12,01	-	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	12,00	13,49	-	-
BRIT3	BRISANET	ON NM	4,20	4,14	4,38	4,23	4,23	-0,23↓	4,18	4,23	1.492	923.600
BRIV3	ALFA INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	12,21	14,00	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	12,20	12,99	-	-
BRKM3	BRASKEM	ON N1	21,54	21,44	21,82	21,72	21,66	0,27↑	21,52	21,90	17	3.200
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	22,56	22,16	22,65	22,40	22,30	-0,49↓	22,28	22,32	6.720	1.930.300
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	14,01	15,99	-	-

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
BRSR3	BANRISUL	ON N1	12,35	12,30	12,50	12,35	12,40	0,40↑	12,31	12,46	34	6.400
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	15,80	15,80	15,80	15,80	15,80	3,53↑	13,46	16,22	1	100
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	12,34	12,28	12,47	12,37	12,40	0,48↑	12,33	12,40	3.323	1.247.300
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE	54,50	54,50	54,50	54,50	54,50	-0,45↓	-	-	1	3
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE	57,84	57,32	57,84	57,43	57,34	-1,12↓	56,60	59,00	5	952
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE	-	-	-	-	-	-	52,40	55,07	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	32,79	32,79	32,79	32,79	32,79	-0,09↓	27,77	-	1	1
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	50,02	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	-	-	-	-	-	-	9,25	9,91	-	-
BSLI4	BRB BANCO	PN	10,09	10,09	10,09	10,09	10,09	-1,75↓	9,80	9,99	1	100
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	45,46	45,05	45,55	45,42	45,55	0,33↑	45,37	45,95	20	312
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	-	-	-	-	-	-	30,99	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE	27,12	25,86	27,12	26,41	25,86	-4,68↓	25,59	28,54	12	83
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE	99,03	99,03	99,03	99,03	99,03	-0,37↓	89,33	120,00	1	5
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	61,20	61,11	61,35	61,23	61,35	-1,66↓	61,34	67,02	4	194
BTFL39	BKR FLOT RTE	DRE	52,40	52,40	52,40	52,40	52,40	-	-	60,02	1	1
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE	31,35	30,84	31,35	30,97	30,87	-0,48↓	30,82	31,50	28	8.988
BURA39	GX URANIUM	DRE	50,30	49,90	50,60	50,11	50,05	-1,55↓	49,60	51,19	14	150
BURT39	BKR MS WLD	DRE	47,75	47,39	47,75	47,39	47,39	-2,88↓	36,99	60,03	2	22.206
BUSR39	CORE US REIT	DRE	43,12	42,80	43,14	43,10	43,08	-0,64↓	41,50	-	8	1.148
BVEG39	BKR GBL AGRO	DRE	-	-	-	-	-	-	40,99	50,02	-	-
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	54,48	-	-
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	117,96	117,96	117,96	117,96	117,96	0,38↑	116,68	121,51	2	2
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	48,12	-	-
BZRO39	PCOM 25 YRZC	DRE	31,10	31,10	31,10	31,10	31,10	1,26↑	30,51	-	1	4
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	12,50	-	-
C1AG34	CONAGRA BRAN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	170,00	-	-
C1BL34	CHUBB LTD	DRN	324,75	324,75	324,75	324,75	324,75	2,60↑	-	-	2	2
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN	60,44	60,44	64,98	63,72	64,74	11,58↑	61,00	87,00	24	1.425
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN	-	-	-	-	-	-	122,48	150,06	-	-
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	73,99	73,99	73,99	73,99	73,99	-1,49↓	60,00	93,75	1	1
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	744,80	729,00	744,80	742,40	729,00	-3,45↓	-	-	4	66
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	497,05	-	-
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	4,37	-	-	-
C1HR34	CH ROBINSON	DRN	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
C1IC34	CIGNA GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	420,55	-	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	749,36	741,76	749,36	744,19	741,76	-2,49↓	399,87	-	2	50
C1NC34	CENTENE CORP	DRN	391,56	391,56	391,56	391,56	391,56	3,09↑	-	-	1	3
C1NP34	CENTERPOINT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	175,03	-	-
C1NS34	CELANESE COR	DRN	403,03	403,03	403,03	403,03	403,03	0,05↑	-	-	1	3
C1PR34	COPART INC	DRN	136,41	136,41	137,30	136,76	137,30	-3,33↓	-	-	2	75
C1RR34	CARRIER GLOB	DRN	69,70	69,70	69,70	69,70	69,70	-4,71↓	47,60	-	1	400
C1TA34	CINTAS CORP	DRN	693,18	693,18	693,18	693,18	693,18	10,13↑	-	-	1	8
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	66,45	74,00	-	-
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,42	2,42	2,42	2,42	2,42	=	2,42	2,53	1	3
C2GN34	COGNEX CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	34,07	-	-
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	2,32	2,32	2,42	2,36	2,39	1,27↑	2,34	2,90	9	134
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	47,29	43,76	47,56	45,62	44,60	-2,55↓	43,80	44,60	241	80.475
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	42,60	42,48	42,80	42,61	42,56	-0,93↓	-	58,05	5	11
C2OU34	COURSERA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	36,10	-	-
C2RN34	CERENCE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	36,27	35,73	36,27	35,98	35,73	-9,68↓	32,64	39,56	5	164
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	69,22	66,44	69,22	67,18	67,06	-4,39↓	66,02	69,21	12	433
CALI3	CONST A LIND	ON ED	-	-	-	-	-	-	20,00	40,00	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON	10,60	10,27	10,60	10,35	10,30	-2,83↓	10,28	10,30	479	166.900
CAML3	CAMIL	ON NM	7,95	7,93	8,10	8,00	8,00	0,50↑	7,99	8,02	853	754.300
CASH3	MELIUZ	ON NM	4,38	4,36	4,64	4,54	4,62	5,00↑	4,60	4,62	5.014	2.555.900
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	-	10,97	20,00	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN ED	116,90	114,30	118,00	116,61	114,30	-1,86↓	114,00	-	86	1.478
CBAV3	CBA	ON NM	4,98	4,93	5,14	5,05	5,11	2,61↑	5,11	5,12	7.119	4.086.100
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	-	14,84	-	-
CCRO3	CCR SA	ON ED NM	12,53	12,49	12,70	12,62	12,65	1,32↑	12,64	12,67	11.933	6.717.900
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	10,06	10,00	11,00	10,72	10,72	7,20↑	10,72	10,73	12.881	6.609.900
CEBR3	CEB	ON	21,67	21,03	21,67	21,40	21,44	1,08↑	21,26	21,68	18	2.700
CEBR5	CEB	PNA	20,15	19,63	20,16	19,87	19,63	-0,10↓	19,55	20,00	11	1.600
CEBR6	CEB	PNB	20,82	20,76	21,49	20,94	20,90	-1,32↓	20,90	21,06	58	8.900
CEDO3	CEDRO	ON N1	32,50	32,50	33,00	32,61	32,50	-	32,50	38,00	4	900
CEDO4	CEDRO	PN N1	-	-	-	-	-	-	25,00	28,02	-	-
CEEB3	COELBA	ON ED	38,45	38,43	38,63	38,55	38,43	=	38,43	38,87	7	1.000
CEEB5	COELBA	PNA ED	-	-	-	-	-	-	31,25	43,00	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	16,01	22,88	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	-	19,00	34,69	-	-
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	-	-	65,00	-	-
CGAS3	COMGAS	ON	115,00	115,00	115,00	115,00	115,00	-	105,06	115,10	1	100
CGAS5	COMGAS	PNA	113,00	113,00	114,50	114,00	114,50	1,32↑	114,00	114,50	4	400
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	26,04	25,85	26,63	26,19	26,41	0,03↑	26,30	26,65	27	3.700
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	26,81	26,60	26,97	26,78	26,60	-0,56↓	26,60	27,00	12	1.700
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	22,84	22,74	22,95	22,84	22,93	0,96↑	22,32	23,00	24	146
CHME34	CME GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	272,71	-	-	-
CHVX34	CHEVRON	DRN	82,64	82,64	83,80	83,32	83,00	0,61↑	81,51	83,28	57	7.966
CIEL3	CIELO	ON NM	5,47	5,46	5,54	5,51	5,54	1,27↑	5,52	5,55	12.899	15.519.200
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	3,19	3,19	3,31	3,22	3,31	-1,48↓	3,19	3,90	2	4
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	7,98	7,66	8,12	7,86	7,76	-2,75↓	7,76	7,79	4.337	2.039.900
CLSC3	CELESC	ON N2	-	-	-	-	-	-	64,00	69,98	-	-
CLSC4	CELESC	PN N2	67,86	67,26	68,23	67,55	67,41	-1,14↓	67,41	67,97	85	12.100
CLXC34	CLOROX CO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	217,52	-	-
CMCS34	COMCAST	DRN	41,45	41,44	41,75	41,71	41,66	0,40↑	40,94	43,08	20	9.940
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	13,36	13,34	13,47	13,36	13,47	1,73↑	13,42	13,46	9	78
CMIG3	CEMIG	ON N1	15,11	15,09	15,38	15,23	15,21	0,66↑	15,15	15,21	1.189	370.100
CMIG4	CEMIG	PN N1	13,01	12,96	13,23	13,09	13,11	0,38↑	13,11	13,12	15.568	23.615.600
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	5,21	5,19	5,30	5,23	5,30	0,95↑	5,29	5,30	10.638	10.243.900
CNIC34	CANAD NATION	DRN	28,14	27,81	28,14	28,11	27,81	0,32↑	21,84	-	2	11
COCA34	COCA COLA	DRN	51,56	51,31	52,20	51,73	52,20	1,45↑	52,00	52,20	1.413	16.253
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	36,00	51,00	-	-
COCE5	COELCE	PNA	34,40	34,40	35,51	34,71	35,51	2,95↑	34,75	35,65	99	11.000
COCE6	COELCE	PNB	-	-	-	-	-	-	13,90	-	-	-
COGN3	COGNA ON	ON NM	1,96	1,90	2,02	1,96	1,97	1,54↑	1,96	1,97	19.996	46.011.500
COLG34	COLGATE	DRN ED	64,95	64,33	64,95	64,64	64,70	-0,39↓	64,38	64,90	10	145
COPH34	COPHILLIPS	DRN	56,52	55,92	56,60	56,14	56,08	0,30↑	55,56	56,60	13	595
CORN11	BB ETF MILHO	CI	6,13	6,05	6,15	6,08	6,05	0,16↑	6,03	6,05	46	14.112
COTY34	COTY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	28,18	-	-	-
COWC34	COSTCO	DRN	93,65	91,39	93,65	91,89	91,97	-1,79↓	91,98	95,80	23	1.696
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	34,66	34,62	35,10	34,88	34,93	0,63↑	34,92	34,94	10.538	4.389.000
CPLE3	COPEL	ON N2	8,29	8,29	8,50	8,44	8,48	2,29↑	8,48	8,50	11.723	9.579.400
CPLE5	COPEL	PNA N2	-	-	-	-	-	-	19,01	20,44	-	-
CPLE6	COPEL	PNB N2	9,26	9,25	9,44	9,33	9,31	0,75↑	9,30	9,31	30.696	60.977.400
CPRL34	CANAD KANSAS	DRN	110,00	109,24	110,00	109,79	109,24	-1,38↓	100,00	-	2	62
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	11,27	11,27	11,72	11,46	11,35	0,70↑	11,35	11,38	7.085	3.254.100
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	-	-	-	-	-	-	160,00	-	-	-
CRIV3	ALFA FINANC	ON	-	-	-	-	-	-	6,61	7,80	-	-
CRIV4	ALFA FINANC	PN	-	-	-	-	-	-	6,53	7,00	-	-
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	33,80	63,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	30,47	30,47	31,55	31,14	31,04	1,83↑	31,01	31,40	23	3.400
CRPG6	CRISTAL	PNB	30,49	29,82	30,49	30,02	29,95	-0,23↓	29,76	30,33	10	1.000
CSAN3	COSAN	ON NM	14,34	14,31	14,54	14,40	14,42	0,34↑	14,42	14,44	19.281	8.261.000
CSCO34	CISCO	DRN	50,29	50,29	50,29	50,29	50,29	-0,61↓	49,18	50,60	1	1
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	3,62	3,61	3,77	3,70	3,67	2,22↑	3,67	3,72	871	169.300
CSMG3	COPASA	ON NM	21,02	20,77	21,53	21,31	21,53	2,67↑	21,46	21,53	6.589	3.580.400
CSNA3	SID NACIONAL	ON	14,16	14,09	14,68	14,46	14,68	3,30↑	14,66	14,68	17.153	10.469.900
CSRN3	COSERN	ON ED	-	-	-	-	-	-	23,64	26,50	-	-
CSRN6	COSERN	PNB ED	-	-	-	-	-	-	22,00	23,50	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON NM	17,69	17,62	18,03	17,73	17,62	-0,33↓	17,60	17,70	253	60.300
CSXC34	CSX CORP	DRN	89,73	88,94	89,73	89,41	89,13	-2,69↓	-	92,01	4	24
CTGP34	CITIGROUP	DRN	51,25	51,05	51,70	51,53	51,05	0,07↑	51,05	51,65	14	1.394
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	19,99	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	19,25	17,50	19,50	18,48	18,45	-5,38↓	18,02	19,00	20	3.300
CTNM3	COTEMINAS	ON	8,64	8,64	8,65	8,64	8,65	-1,48↓	8,20	8,65	2	300
CTNM4	COTEMINAS	PN	1,07	1,07	1,09	1,07	1,09	0,92↑	1,07	1,09	7	1.100
CTSA3	SANTANENSE	ON	2,74	2,67	2,74	2,70	2,67	6,37↑	2,56	2,65	5	1.300
CTSA4	SANTANENSE	PN	1,34	1,30	1,38	1,34	1,30	-1,51↓	1,30	1,35	95	21.800
CTSH34	COGNIZANT	DRN	-	-	-	-	-	-	300,00	-	-	-
CURY3	CURY S/A	ON NM	18,78	18,60	19,04	18,77	18,67	-0,69↓	18,60	18,67	9.120	2.147.300
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	1,78	1,78	1,95	1,89	1,92	6,66↑	1,91	1,93	19.475	35.016.000
CVSH34	CVS HEALTH	DRN ED	-	-	-	-	-	-	36,80	39,29	-	-
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	15,47	15,47	15,76	15,62	15,55	0,58↑	15,54	15,58	7.664	2.140.700
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	20,47	20,37	21,12	20,76	20,89	1,60↑	20,83	20,90	33.705	12.287.600
D1DG34	DATADOG INC	DRN	-	-	-	-	-	-	61,68	-	-	-
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	621,24	597,94	624,80	614,18	600,67	-2,67↓	584,80	617,30	31	328
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	13,60	13,45	13,60	13,45	13,45	-5,34↓	12,01	17,66	2	430
D1LR34	DIGITAL REAL	DRN	179,71	179,71	179,71	179,71	179,71	=	140,00	195,00	1	1
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	15,08	14,50	15,08	14,66	14,50	-3,59↓	14,18	16,17	9	770
D1OM34	DOMINION ENE	DRN	129,09	129,09	129,40	129,24	129,40	2,40↑	-	-	2	10
D1OW34	DOW INC	DRN	-	-	-	-	-	-	68,40	79,16	-	-
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN	272,75	270,35	272,75	270,83	270,35	0,12↑	263,71	272,75	2	5
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	36,94	35,15	36,94	36,52	35,15	-3,72↓	32,00	38,47	2	649
D2KS34	DICKS SPORT	DRN	100,87	100,87	100,87	100,87	100,87	-1,87↓	-	-	1	50
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,24	-	-	-
D2PZ34	DOMINOSPIZZA	DRN	50,25	49,10	50,25	50,17	49,10	-2,96↓	-	51,02	4	29
DASA3	DASA	ON NM	4,21	4,19	4,48	4,34	4,24	0,71↑	4,24	4,27	2.251	458.400
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	82,64	82,40	82,64	82,59	82,40	-1,24↓	82,40	-	3	5
DDNB34	DUPONT N INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	419,99	-	-
DEAI34	DELTA	DRN	254,16	248,50	254,16	250,38	248,50	-1,42↓	-	257,20	2	3
DEEC34	DEERE CO	DRN	69,85	69,25	69,85	69,29	69,30	-0,75↓	68,14	69,90	4	128
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	41,12	40,60	41,12	40,76	40,68	-1,07↓	40,50	40,75	7	52
DESK3	DESKTOP	ON NM	13,08	12,85	13,35	13,04	12,91	-1,22↓	12,90	13,00	566	116.900
DEXP3	DEXXOS PAR	ON N1	10,34	10,34	10,75	10,60	10,66	2,79↑	10,56	10,67	245	48.600
DEXP4	DEXXOS PAR	PN N1	10,13	10,13	10,54	10,33	10,54	=	10,25	10,70	2	200
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN	31,80	31,35	31,80	31,63	31,35	-1,41↓	30,91	32,25	5	52
DHER34	DANAHER CORP	DRN	43,88	43,48	43,88	43,58	43,72	-1,17↓	41,93	45,05	6	2.658
DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	22,45	22,27	22,92	22,46	22,27	-1,11↓	22,26	22,40	7.700	2.147.000
DISB34	WALT DISNEY	DRN	39,20	38,65	39,20	38,78	38,90	-1,36↓	38,90	38,94	2.200	24.445
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	88,09	87,86	88,90	88,55	88,90	1,12↑	88,60	88,90	186	35.144
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON	-	-	-	-	-	-	-	12,50	-	-
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	7,77	7,71	8,23	8,00	8,17	5,14↑	8,16	8,17	704	199.800
DNAI11	IT NOW DNA	CI	30,56	30,45	30,62	30,58	30,62	0,49↑	30,62	31,33	4	93
DOHL3	DOHLER	ON	-	-	-	-	-	-	6,41	10,00	-	-
DOHL4	DOHLER	PN	4,49	4,49	4,49	4,49	4,49	1,12↑	4,28	4,48	1	100
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	5,47	5,45	5,68	5,56	5,45	-1,62↓	5,45	5,67	84	17.400
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	-	5,00	-	-
DUKB34	DUKE ENERGY	DRN	508,00	508,00	510,15	508,13	510,15	1,52↑	502,50	-	2	16
DVAI34	DAVITA INC	DRN	666,00	666,00	666,00	666,00	666,00	-2,06↓	650,00	-	1	10
DVER11	BB ETF DVER	CI	10,49	10,45	10,50	10,45	10,45	-1,22↓	-	11,55	18	30.013
DXCO3	DEXCO	ON NM	7,19	7,12	7,34	7,22	7,21	0,27↑	7,20	7,22	7.673	3.574.000
E1CL34	ECOLAB INC	DRN	-	-	-	-	-	-	200,40	286,81	-	-
E1CO34	ECOPETROL SA	DRN	29,90	29,71	30,21	29,93	30,00	0,40↑	29,91	31,00	28	340
E1DU34	NEW ORIENTAL	DRN	30,46	29,31	30,46	29,32	29,55	-2,76↓	28,48	30,09	5	118
E1OG34	EOG RESOURCE	DRN ED	-	-	-	-	-	-	338,73	-	-	-
E1QN34	EQUINOR ASA	DRN	71,18	70,40	71,19	70,78	70,77	-1,07↓	70,65	74,10	10	168
E1QR34	EQUITY RESID	DRN	161,76	161,76	161,76	161,76	161,76	=	119,96	-	1	1
E1RI34	ERICSSON LM	DRN	-	-	-	-	-	-	12,10	13,64	-	-
E1SS34	ESSEX PROPER	DRN	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-	-
E1TN34	EATON CORP P	DRN	-	-	-	-	-	-	110,25	-	-	-
E1TR34	ENTERGY CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	230,00	-	-	-
E1VR34	EVERGY INC	DRN	134,93	134,93	134,93	134,93	134,93	3,87↑	-	-	1	1
E1WL34	EDWARDS LIFE	DRN	111,80	111,65	111,80	111,76	111,65	-1,42↓	-	-	2	46
E1XC34	EXELON CORP	DRN	192,89	192,89	195,51	194,63	195,51	1,73↑	193,47	200,00	4	30
E2EF34	EURONETWORLD	DRN	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	-0,28↓	3,51	3,82	1	3
E2NP34	ENPHASE ENER	DRN	22,54	22,15	22,54	22,23	22,15	-3,69↓	21,26	23,08	2	70
E2NT34	ENTEGRIS INC	DRN	35,29	35,29	35,29	35,29	35,29	-4,36↓	-	-	1	20
E2PA34	EPAM SYSTEMS	DRN	21,26	21,26	21,26	21,26	21,26	-4,23↓	-	-	1	210
E2ST34	ELASTIC NV	DRN	-	-	-	-	-	-	-	54,00	-	-
E2TS34	ETSY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
E2XP34	EXP WORLD H	DRN	12,99	12,99	12,99	12,99	12,99	-2,33↓	10,50	-	1	1
EAIN34	ELECTR ARTS	DRN	330,12	330,12	330,12	330,12	330,12	0,23↑	327,00	340,00	1	90
EALT3	ACO ALTONA	ON	-	-	-	-	-	-	9,40	10,40	-	-
EALT4	ACO ALTONA	PN	10,09	9,96	10,15	10,10	10,10	0,09↑	10,00	10,10	18	5.200
EBAY34	EBAY	DRN	-	-	-	-	-	-	128,27	139,00	-	-
ECOO11	ISHARES ECOO	CI	104,73	104,73	104,73	104,73	104,73	0,93↑	103,70	105,78	1	1
ECOR3	ECORODOVIAS	ON NM	7,51	7,39	7,58	7,47	7,49	-0,13↓	7,44	7,49	14.169	8.024.800
EGIE3	ENGIE BRASIL	ON NM	40,50	39,90	40,68	40,01	39,90	-1,21↓	39,89	39,90	10.619	11.934.800
EKTR3	ELEKTRO	ON ED	-	-	-	-	-	-	36,80	-	-	-
EKTR4	ELEKTRO	PN ED	40,29	40,29	40,30	40,29	40,30	0,02↑	38,54	40,95	2	200
ELAS11	SAFRAETFELAS	CI	122,64	122,21	122,69	122,45	122,38	0,70↑	121,74	122,38	366	550
ELCI34	ESTEE LAUDER	DRN	-	-	-	-	-	-	29,60	32,07	-	-
ELET3	ELETROBRAS	ON N1	38,00	37,75	38,28	37,98	37,80	-0,31↓	37,80	37,90	20.240	6.955.800
ELET5	ELETROBRAS	PNA N1	99,00	99,00	99,00	99,00	99,00	-	80,00	130,00	1	100
ELET6	ELETROBRAS	PNB N1	42,73	42,53	43,00	42,70	42,73	0,23↑	42,68	42,74	4.377	1.005.000
ELMD3	ELETROMIDIA	ON NM	17,95	16,98	18,00	17,60	17,88	-0,38↓	17,47	17,88	313	93.900
EMAE3	EMAE	ON	-	-	-	-	-	-	69,60	90,00	-	-
EMAE4	EMAE	PN	75,20	50,60	80,00	67,34	54,40	-28,42↓	53,53	54,40	511	74.800
EMBR3	EMBRAER	ON NM	31,84	30,56	32,08	31,11	30,92	-2,85↓	30,91	30,92	22.171	6.942.600
ENAT3	ENAUTA PART	ON NM	26,37	26,12	26,85	26,47	26,60	0,83↑	26,50	26,61	9.230	2.297.900
ENEV3	ENEVA	ON NM	12,23	12,20	12,40	12,28	12,27	0,40↑	12,26	12,28	10.342	6.694.700
ENGI11	ENERGISA	UNT N2	45,29	45,29	46,58	46,21	46,20	1,40↑	46,20	46,31	13.628	4.149.300
ENGI3	ENERGISA	ON N2	14,68	14,59	14,85	14,72	14,75	1,16↑	14,68	14,81	14	1.700
ENGI4	ENERGISA	PN N2	7,79	7,79	7,90	7,85	7,90	1,41↑	7,80	7,90	24	4.800
ENJU3	ENJOEI	ON NM	1,96	1,94	2,05	1,99	1,98	1,02↑	1,98	2,00	360	706.900
ENMT3	ENERGISA MT	ON	-	-	-	-	-	-	-	75,00	-	-
ENMT4	ENERGISA MT	PN	75,59	75,59	79,99	77,05	79,99	-0,01↓	74,00	-	3	300
EPAR3	EMBPAR S/A	ON	7,40	7,40	7,50	7,42	7,50	1,35↑	7,41	7,58	10	1.500
EQIX34	EQUINIX INC	DRN	48,95	48,10	48,98	48,27	48,10	-0,86↓	47,86	49,81	8	56
EQMA3B	EQTLMARANHAO	ON MB	29,50	29,50	29,50	29,50	29,50	=	29,01	29,50	4	500
EQPA3	EQTL PARA	ON	8,12	8,12	8,13	8,12	8,13	0,86↑	8,10	8,24	2	200
EQPA5	EQTL PARA	PNA	-	-	-	-	-	-	7,50	11,50	-	-
EQPA6	EQTL PARA	PNB	-	-	-	-	-	-	7,65	10,00	-	-
EQPA7	EQTL PARA	PNC	-	-	-	-	-	-	7,50	-	-	-
EQTL3	EQUATORIAL	ON NM	31,19	31,09	31,66	31,19	31,15	0,28↑	31,15	31,16	24.589	31.246.700
ESGB11	ETF ESG BTG	CI	98,60	98,60	101,58	100,09	101,58	1,16↑	98,55	102,35	2	6
ESGD11	TREND ESG D	CI	9,16	9,16	9,30	9,21	9,21	-0,96↓	7,97	9,22	7	17.035
ESGE11	TREND ESG E	CI	7,31	7,21	7,31	7,22	7,22	-1,50↓	7,21	7,29	13	31.929
ESGU11	TREND ESG US	CI	9,84	9,66	9,84	9,68	9,68	-1,82↓	9,50	9,75	10	81.754
ESPA3	ESPACOLASER	ON NM	0,90	0,90	0,94	0,91	0,90	=	0,90	0,92	558	970.800
ESTR3	ESTRELA	ON	-	-	-	-	-	-	5,00	12,00	-	-
ESTR4	ESTRELA	PN	-	-	-	-	-	-	1,69	2,10	-	-
EUCA3	EUCATEX	ON N1	16,45	16,45	16,45	16,45	16,45	=	16,20	17,04	1	100
EUCA4	EUCATEX	PN N1	15,37	15,32	16,18	15,65	16,18	6,09↑	15,64	16,18	451	83.900
EURP11	TREND EUROPA	CI	11,08	10,97	11,17	11,01	11,01	-0,72↓	11,00	11,01	64	23.378
EVEN3	EVEN	ON NM	7,33	7,25	7,45	7,33	7,26	-1,35↓	7,25	7,26	2.989	682.800
EVTC31	EVERTEC INC	DR1	193,81	192,99	197,96	196,58	192,99	-1,00↓	192,99	194,94	114	1.859
EXCO32	EXITO	DR2	11,99	11,98	12,64	12,28	12,01	=	12,01	12,09	3.768	99.779
EXGR34	EXPEDIA GROU	DRN	-	-	-	-	-	-	-	350,00	-	-
EXXO34	EXXON MOBIL	DRN	78,08	77,66	78,83	77,93	77,70	0,89↑	77,69	78,15	120	9.405
EZTC3	EZTEC	ON NM	13,44	13,31	13,79	13,63	13,58	1,41↑	13,57	13,63	7.828	3.132.400
F1AN34	DIAMONDBACK	DRN	-	-	-	-	-	-	375,24	580,00	-	-
F1IS34	FISERV INC	DRN	300,01	300,01	386,14	362,91	384,93	3,18↑	300,05	-	13	30
F1MC34	FMC CORP	DRN	150,30	150,15	150,30	150,23	150,15	1,00↑	146,79	175,61	2	7
F1NI34	FIDELITY NAT	DRN	-	-	-	-	-	-	22,50	-	-	-
F1SL34	FASTLY INC	DRN	6,32	6,32	6,32	6,32	6,32	-4,81↓	5,53	6,64	1	1
F1TN34	FORTINET INC	DRN	167,62	163,79	167,62	163,86	163,88	-3,88↓	160,67	176,40	8	432
F1TV34	FORTIVE CORP	DRN	207,06	207,06	207,06	207,06	207,06	-1,40↓	-	-	1	14
F2IC34	FAIR ISAAC C	DRN	129,78	129,78	129,78	129,78	129,78	-4,31↓	-	-	1	39
F2IV34	FIVE9 INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	28,00	-	-
F2NV34	FRANCONEVADA	DRN	3,54	3,48	3,54	3,49	3,48	-2,52↓	3,30	4,18	3	9
F2VR34	FIVERR INTL	DRN	5,06	5,05	5,06	5,05	5,05	-3,44↓	-	5,62	4	1.620
FCXO34	FREEPORT	DRN ED	88,47	85,95	88,83	87,91	85,95	-1,79↓	85,96	111,00	55	25.020
FDMO34	FORD MOTORS	DRN	61,97	61,97	63,80	63,27	62,83	-0,64↓	61,66	63,70	8	72
FDXB34	FEDEX CORP	DRN	1.384,15	1.384,15	1.384,15	1.384,15	1.384,15	0,30↑	1.358,91	1.450,00	1	100
FESA3	FERBASA	ON N1	15,49	15,49	15,49	15,49	15,49	3,47↑	14,01	15,79	1	100
FESA4	FERBASA	PN N1	8,16	8,12	8,37	8,26	8,28	2,22↑	8,25	8,29	2.594	883.300
FHER3	FER HERINGER	ON NM	5,05	5,04	5,05	5,04	5,05	-0,19↓	5,04	5,05	11	1.800
FIEI3	FICA	ON	9,50	9,30	9,95	9,33	9,95	-0,50↓	9,00	9,95	7	3.800
FIGE3	INVEST BEMGE	ON	-	-	-	-	-	-	15,00	50,00	-	-
FIND11	IT NOW IFNC	CI	121,27	120,64	121,69	120,64	120,86	-0,19↓	119,97	123,22	13	30.138
FIQE3	UNIFIQUE	ON NM	3,83	3,75	3,83	3,80	3,78	0,80↑	3,78	3,83	334	102.800
FLRY3	FLEURY	ON NM	13,87	13,81	14,08	14,00	14,04	1,22↑	13,96	14,05	8.855	2.757.700
FOOD11	INVESTO FOOD	CI	78,44	78,44	78,44	78,44	78,44	-0,62↓	74,75	78,45	1	1
FOXC34	FOX CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	130,00	-	-	-
FRAS3	FRAS-LE	ON N1	17,53	17,30	17,83	17,61	17,83	1,88↑	17,68	17,84	1.156	199.900
FRIO3	METALFRIO	ON NM	-	-	-	-	-	-	62,00	300,00	-	-
FSLR34	FIRST SOLAR	DRN	457,24	457,24	457,24	457,24	457,24	=	200,00	520,00	1	1
G1AR34	GARTNER INC	DRN	573,26	573,26	573,26	573,26	573,26	-3,24↓	-	-	1	1
G1DS34	GDS HOLDINGS	DRN	3,32	3,21	3,34	3,28	3,24	-3,57↓	3,03	4,05	1.100	9.280
G1FI34	GOLD FIELDS	DRN	46,75	45,70	46,75	45,81	45,90	-1,60↓	45,40	48,30	19	3.624
G1LL34	GLOBE LIFE I	DRN	17,18	17,18	17,40	17,31	17,22	0,46↑	14,00	20,00	5	121
G1LP34	GALAPAGOS NV	DRN	7,62	7,52	7,62	7,59	7,58	-0,26↓	7,43	8,41	5	13
G1LW34	CORNING INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	200,06	-	-
G1MI34	GENERAL MILL	DRN	-	-	-	-	-	-	358,86	-	-	-
G1RM34	GARMIN LTD	DRN	367,41	367,41	367,41	367,41	367,41	-1,09↓	354,48	-	1	2
G1SK34	GSK PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	40,99	50,00	-	-
G1WW34	WW GRAINGER	DRN	-	-	-	-	-	-	80,25	-	-	-
G2DI33	G2D INVEST	DR3	1,90	1,90	1,95	1,93	1,92	0,52↑	1,90	1,92	97	10.742
GDBR34	GEN DYNAMICS	DRN ED	1.501,50	1.501,50	1.501,50	1.501,50	1.501,50	0,47↑	-	-	1	2
GDXB39	VE GOLD ETF	DRE	59,16	59,16	59,16	59,16	59,16	0,54↑	56,82	67,00	3	10.000
GENB11	ETF BTG GENB	CI	12,95	12,19	12,95	12,25	12,19	-6,01↓	12,15	12,19	53	15.557
GEOO34	GEAEROSPACE	DRN ED	808,55	768,13	808,55	783,67	768,80	-4,72↓	754,11	840,00	38	1.077
GEPA3	GER PARANAP	ON	-	-	-	-	-	-	26,20	27,99	-	-
GEPA4	GER PARANAP	PN	27,17	27,00	27,17	27,08	27,00	1,46↑	26,55	26,99	2	200
GFSA3	GAFISA	ON NM	5,84	5,70	5,86	5,77	5,77	-0,85↓	5,76	5,77	2.125	1.262.900
GGBR3	GERDAU	ON EB N1	16,95	16,76	17,13	16,89	16,95	0,77↑	16,95	17,03	358	71.400
GGBR4	GERDAU	PN EB N1	18,71	18,64	19,24	19,00	19,22	2,39↑	19,15	19,22	22.830	15.970.900
GGPS3	GPS	ON ED NM	18,65	18,60	19,03	18,82	18,72	0,91↑	18,72	18,83	5.031	1.517.300
GILD34	GILEAD	DRN	173,74	172,30	173,74	172,78	172,30	-0,69↓	172,25	200,00	34	886
GMAT3	GRUPO MATEUS	ON NM	7,31	7,31	7,61	7,48	7,50	2,59↑	7,47	7,51	7.466	4.062.200
GMCO34	GENERAL MOT	DRN	55,38	54,77	56,00	55,03	54,98	-0,97↓	54,90	55,40	25	2.094
GOAU3	GERDAU MET	ON N1	10,99	10,85	11,13	11,00	11,02	0,18↑	11,01	11,14	212	48.200
GOAU4	GERDAU MET	PN N1	10,63	10,59	10,98	10,82	10,98	3,00↑	10,97	10,98	12.826	11.116.200
GOGL34	ALPHABET	DRN A	68,20	66,24	68,34	66,95	66,83	-2,40↓	66,64	66,83	867	83.139
GOGL35	ALPHABET	DRN C	69,01	66,87	69,01	67,98	66,99	-2,72↓	66,99	67,83	18	419
GOLD11	TREND OURO	CI	13,20	13,07	13,21	13,09	13,07	-0,60↓	13,06	13,07	953	1.061.682
GOVE11	IT NOW IGCT	CI	54,63	54,63	54,89	54,71	54,89	1,08↑	54,30	57,80	3	78
GPAR3	CELGPAR	ON	-	-	-	-	-	-	35,00	46,30	-	-
GPIV33	GP INVEST	DR3	3,79	3,65	3,89	3,77	3,85	1,31↑	3,74	3,85	770	47.426
GPRK34	GEOPARK LTD	DRN	54,00	51,20	54,00	51,48	51,50	0,68↑	49,99	52,10	5	97
GPRO34	GOPRO	DRN	8,99	8,90	8,99	8,91	8,91	-2,72↓	8,79	10,07	3	504
GPSI34	GAP	DRN	106,81	106,81	106,81	106,81	106,81	-3,38↓	-	135,85	1	220
GRND3	GRENDENE	ON NM	5,92	5,91	6,04	6,00	6,00	1,18↑	6,00	6,04	2.344	1.120.600
GSGI34	GOLDMANSACHS	DRN	71,26	69,79	71,26	70,04	69,79	-1,28↓	68,57	71,00	17	1.449
GSHP3	GENERALSHOPP	ON	-	-	-	-	-	-	10,80	11,80	-	-
GUAR3	GUARARAPES	ON NM	7,18	7,12	7,52	7,32	7,32	2,95↑	7,27	7,32	7.024	2.659.700
GURU11	ETF GURU	CI	10,11	10,11	10,20	10,13	10,20	0,89↑	10,00	10,21	3	48
H1AS34	HASBRO INC	DRN	143,50	143,50	143,50	143,50	143,50	0,70↑	-	-	1	1
H1BA34	HUNTINGTON B	DRN	-	-	-	-	-	-	46,91	-	-	-
H1BI34	HANESBRANDS	DRN	-	-	-	-	-	-	21,12	31,00	-	-
H1DB34	HDFC BANK LT	DRN	61,37	61,02	61,37	61,35	61,02	1,63↑	59,99	63,24	2	19
H1EI34	HEICO CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	65,01	-	-	-
H1ES34	HESS CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	391,75	-	-	-
H1II34	HUNTINGTON I	DRN	-	-	-	-	-	-	15,75	-	-	-
H1LT34	HILTON WORLD	DRN	42,48	42,48	42,48	42,48	42,48	-3,01↓	37,84	60,00	1	6
H1OG34	HARLEY-DAVID	DRN	-	-	-	-	-	-	193,91	234,96	-	-
H1OL34	HOLOGIC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	383,36	-	-	-
H1RL34	HORMEL FOODS	DRN ED	-	-	-	-	-	-	174,91	-	-	-
H1SB34	HSBC HOLDING	DRN	53,00	52,65	53,00	52,76	52,69	-0,58↓	51,80	53,74	11	615
H1ST34	HOST HOTELS	DRN	-	-	-	-	-	-	79,97	101,40	-	-
H1TH34	H WORLD GRP	DRN	-	-	-	-	-	-	37,17	-	-	-
H1UM34	HUMANA INC	DRN	37,96	37,96	37,96	37,96	37,96	-0,34↓	33,74	39,00	1	27
H2TA34	HEALTH REALT	DRN	-	-	-	-	-	-	14,00	-	-	-
H2UB34	HUBSPOT INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	83,35	-	-
HAGA3	HAGA S/A	ON	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	=	2,50	2,62	1	100
HAGA4	HAGA S/A	PN	1,16	1,16	1,23	1,21	1,18	-0,84↓	1,18	1,19	34	17.000
HALI34	HALLIBURTON	DRN	202,74	202,74	202,74	202,74	202,74	-0,03↓	198,87	212,74	1	500
HAPV3	HAPVIDA	ON NM	3,50	3,50	3,68	3,61	3,60	2,85↑	3,59	3,61	34.991	75.344.000
HBOR3	HELBOR	ON NM	2,63	2,57	2,68	2,61	2,65	1,92↑	2,64	2,65	432	374.900
HBRE3	HBR REALTY	ON NM	5,19	5,15	5,35	5,24	5,30	2,71↑	5,30	5,33	1.068	674.100
HBSA3	HIDROVIAS	ON NM	4,08	4,08	4,22	4,15	4,14	0,97↑	4,13	4,15	6.076	6.343.100
HBTS5	HABITASUL	PNA	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	5,00↑	38,52	43,50	1	300
HEIA34	HEINEKEN	DRN	-	-	-	-	-	-	57,35	-	-	-
HEIO34	HEINEKEN HO	DRN	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
HETA3	HERCULES	ON	-	-	-	-	-	-	6,61	96,00	-	-
HETA4	HERCULES	PN	6,37	6,37	6,39	6,38	6,39	5,61↑	5,50	6,24	2	300
HIWP34	HIGHWOODS PR	DRN	-	-	-	-	-	-	59,01	-	-	-
HOME34	HOME DEPOT	DRN	62,22	62,22	62,22	62,22	62,22	-0,06↓	61,61	66,85	1	1
HONB34	HONEYWELL	DRN	1.005,24	1.005,24	1.005,24	1.005,24	1.005,24	-0,23↓	988,16	-	1	100
HOND34	HONDA MO	DRN	178,56	176,76	178,75	177,91	176,76	-2,57↓	171,34	185,93	10	23
HPQB34	HP COMPANY	DRN	145,04	144,20	145,04	144,36	144,20	-0,68↓	135,00	181,05	11	2.632
HSHY34	HERSHEY CO	DRN	-	-	-	-	-	-	186,00	-	-	-
HTEK11	IT NOW HCARE	CI	47,49	46,51	47,49	46,94	46,93	-1,17↓	46,51	46,93	8	68
HYPE3	HYPERA	ON NM	28,40	28,03	28,83	28,42	28,35	-0,17↓	28,20	28,37	20.840	4.854.100
I1AC34	IAC INTERACT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	13,59	-	-
I1BN34	ICICI BANK L	DRN	-	-	-	-	-	-	130,83	-	-	-
I1CE34	INTERCONTINE	DRN	-	-	-	-	-	-	279,91	400,15	-	-
I1DX34	IDEXX LABORA	DRN	490,50	490,50	490,50	490,50	490,50	-2,61↓	361,01	-	1	9
I1FO34	INFOSYS LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	-	51,20	-	-
I1HG34	INT EXCHANGE	DRN	-	-	-	-	-	-	75,00	-	-	-
I1LM34	ILLUMINA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	119,67	-	-	-
I1NC34	INCYTE CORP	DRN	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	-6,14↓	129,00	-	1	10
I1PC34	INTERNATIONA	DRN	-	-	-	-	-	-	180,08	-	-	-
I1QV34	IQVIA HOLDIN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	417,71	-	-
I1QY34	IQIYI INC	DRN	10,68	10,52	10,68	10,52	10,52	-4,18↓	9,25	11,60	2	25
I1SR34	INTUITIVE SU	DRN	96,59	94,94	96,59	94,98	94,94	-2,66↓	72,70	-	3	72
I2NG34	INGREDION IN	DRN	-	-	-	-	-	-	58,00	-	-	-
IBIT39	BKR BITCOIN	DRE	64,81	63,00	64,90	63,69	63,66	0,85↑	63,41	63,66	182	13.138
IBMB34	IBM	DRN	-	-	-	-	-	-	920,85	975,00	-	-
IBOB11	PACTUAL IBOV	CI	102,06	102,06	102,06	102,06	102,06	0,74↑	102,05	102,88	1	6.002
IFCM3	INFRACOMM	ON NM	0,71	0,70	0,75	0,71	0,70	-1,40↓	0,70	0,71	3.509	12.024.400
IGTI11	IGUATEMI S.A	UNT ED N1	20,70	20,65	21,08	20,82	20,91	1,38↑	20,73	20,91	15.696	2.756.100
IGTI3	IGUATEMI S.A	ON ED N1	2,97	2,97	3,01	2,98	2,97	1,43↑	2,97	3,00	41	7.900
IGTI4	IGUATEMI S.A	PN ED N1	8,65	8,64	8,86	8,78	8,86	2,74↑	8,22	9,20	6	600

Continua ...

Pregão
Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
INBR32	INTER CO	DR2 ED	27,00	26,77	27,77	27,33	27,31	1,26↑	27,07	27,31	30.155	1.830.406
INEP3	INEPAR	ON	3,73	3,41	3,74	3,52	3,43	-6,79↓	3,43	3,46	543	82.200
INEP4	INEPAR	PN	3,05	2,95	3,22	3,08	2,97	-4,80↓	2,97	3,05	179	65.000
INGG34	ING GROEP	DRN	85,44	83,92	85,44	84,82	84,24	-0,69↓	78,41	-	6	18
INTB3	INTELBRAS	ON NM	18,38	18,28	18,84	18,60	18,63	0,97↑	18,43	18,63	5.869	1.324.600
INTU34	INTUIT INC	DRN	71,99	71,33	71,99	71,35	71,33	-1,53↓	54,57	-	2	26
IRBR3	IRBBRASIL RE	ON NM	39,78	39,02	39,78	39,36	39,65	0,17↑	39,58	39,65	3.720	928.800
ISUS11	IT NOW ISE	CI	35,12	34,98	35,17	35,11	35,10	0,94↑	34,17	35,48	6	515
ITLC34	INTEL	DRN	30,67	29,61	30,67	29,84	29,63	-3,26↓	29,57	29,71	313	10.664
ITSA3	ITAUSA	ON N1	9,60	9,53	9,62	9,57	9,60	0,31↑	9,55	9,60	327	78.500
ITSA4	ITAUSA	PN N1	9,54	9,50	9,60	9,53	9,53	-0,10↓	9,53	9,54	24.317	14.582.300
ITUB3	ITAUUNIBANCO	ON N1	27,54	27,37	27,76	27,49	27,43	-0,39↓	27,38	27,47	859	304.800
ITUB4	ITAUUNIBANCO	PN N1	31,78	31,45	31,97	31,65	31,55	-0,56↓	31,54	31,55	43.331	26.900.800
IVVB11	ISHARE SP500	CI	292,02	286,30	292,47	288,09	287,00	-1,81↓	287,00	287,03	3.238	218.901
J1EF34	JEFFERIES FI	DRN	-	-	-	-	-	-	170,00	-	-	-
J1WN34	NORDSTROM IN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	101,20	-	-
J2BL34	JABIL INC	DRN	78,00	78,00	78,00	78,00	78,00	-7,97↓	-	-	1	8
JALL3	JALLESMACHAD	ON NM	7,18	7,14	7,22	7,17	7,18	0,56↑	7,18	7,19	864	996.300
JBSS3	JBS	ON NM	22,38	22,12	22,57	22,26	22,12	-1,38↓	22,11	22,17	15.843	7.130.100
JDCO34	JD COM	DRN	21,85	21,70	21,85	21,79	21,76	-2,07↓	21,61	22,30	12	677
JHSF3	JHSF PART	ON NM	4,14	4,12	4,28	4,22	4,28	3,38↑	4,27	4,28	4.676	3.930.600
JNJB34	JOHNSON	DRN	50,85	50,65	51,19	51,01	51,11	0,72↑	50,80	51,20	113	9.361
JOGO11	INVESTO JOGO	CI	77,42	75,58	77,42	75,95	75,71	-1,93↓	75,70	77,18	7	107
JOPA3	JOSAPAR	ON	-	-	-	-	-	-	21,01	22,99	-	-
JOPA4	JOSAPAR	PN	-	-	-	-	-	-	20,00	34,00	-	-
JPMC34	JPMORGAN	DRN	95,00	95,00	96,70	95,72	96,16	1,23↑	96,11	96,88	139	9.455
JSLG3	JSL	ON NM	12,08	12,08	12,50	12,30	12,43	2,64↑	12,22	12,43	1.574	267.700
K1EL34	KELLANOVA	DRN	-	-	-	-	-	-	147,60	153,00	-	-
K1EY34	KEYCORP	DRN	75,76	75,76	75,76	75,76	75,76	0,50↑	-	76,01	1	1
K1IM34	KIMCO REALTY	DRN	-	-	-	-	-	-	-	103,19	-	-
K1LA34	KLA CORP	DRN	845,50	815,82	845,50	818,66	816,85	-3,83↓	-	-	3	157
K1RC34	KROGER CO	DRN	-	-	-	-	-	-	288,57	-	-	-
K2CG34	KINGSOFT CHL	DRN	2,34	2,23	2,34	2,26	2,26	-3,41↓	2,27	2,43	10	300
KEPL3	KEPLER WEBER	ON NM	9,76	9,73	10,01	9,90	10,01	2,35↑	9,93	10,01	3.426	1.125.400
KHCB34	KRAFT HEINZ	DRN	48,80	48,40	49,10	48,86	49,07	0,75↑	49,00	49,10	17	1.985
KLBN11	KLABIN S/A	UNT N2	24,15	24,04	24,62	24,47	24,62	1,56↑	24,51	24,63	12.191	6.210.300
KLBN3	KLABIN S/A	ON N2	4,82	4,78	4,88	4,84	4,88	1,24↑	4,86	4,88	450	224.800
KLBN4	KLABIN S/A	PN N2	4,85	4,82	4,93	4,88	4,93	1,64↑	4,91	4,93	1.182	626.500
KMBB34	KIMBERLY CL	DRN	-	-	-	-	-	-	644,96	689,24	-	-
KMIC34	KINDER MORGA	DRN	-	-	-	-	-	-	95,99	-	-	-
KMPR34	KEMPER CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-
KRSA3	KORA SAUDE	ON NM	0,69	0,69	0,78	0,75	0,76	8,57↑	0,76	0,77	721	678.000
L1CA34	LABORATORY C	DRN	261,30	261,30	261,30	261,30	261,30	-0,12↓	-	-	1	5
L1DO34	LEIDOS HOLDI	DRN	64,98	64,98	64,98	64,98	64,98	0,46↑	-	-	1	18
L1EG34	LEGGETT PL	DRN	-	-	-	-	-	-	65,00	110,00	-	-
L1EN34	LENNAR CORP	DRN	775,52	775,52	775,52	775,52	775,52	-2,11↓	-	-	1	2
L1MN34	LUMEN TECH	DRN	7,16	6,80	7,16	6,86	6,86	-1,71↓	6,56	7,10	3	10
L1RC34	LAM RESEARCH	DRN	102,85	102,61	102,85	102,61	102,61	-4,32↓	-	-	2	745
L1UL34	LULULEMON AT	DRN	-	-	-	-	-	-	456,50	-	-	-
L1VS34	LAS VEGAS SA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	55,04	-	-
L1WH34	LAMB WESTON	DRN	211,47	211,47	211,47	211,47	211,47	-1,66↓	-	-	1	4
L1YG34	LLOYDS BANKI	DRN ED	13,19	12,93	13,21	13,09	12,93	-1,14↓	10,18	13,47	15	1.220
L1YV34	LIVE NATION	DRN	93,15	93,15	93,15	93,15	93,15	-1,21↓	83,09	-	1	137
L2AZ34	LUMINAR TECH	DRN	3,23	3,23	3,23	3,23	3,23	-0,61↓	-	5,50	1	30
L2PL34	LPL FINCL HD	DRN	75,60	75,60	75,60	75,60	75,60	0,03↑	-	-	1	15
L2RN34	STRIDE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	69,00	-	-	-
LAND3	TERRASANTAPA	ON NM	15,23	14,80	15,27	15,04	15,00	-0,99↓	15,00	15,29	162	43.000
LAVV3	LAVVI	ON NM	8,63	8,52	8,83	8,69	8,60	-0,34↓	8,60	8,65	2.594	584.400
LBRD34	LIBERTY BROA	DRN	21,40	21,40	21,66	21,44	21,66	1,21↑	20,72	26,50	5	255
LEVE3	METAL LEVE	ON NM	32,82	32,82	33,51	33,27	33,41	1,73↑	33,30	33,43	1.660	295.700
LILY34	LILLY	DRN	130,52	125,31	130,52	126,36	125,90	-3,50↓	125,16	132,06	99	3.356
LIPR3	ELETROPAR	ON	-	-	-	-	-	-	49,32	52,80	-	-
LJQQ3	QUERO-QUERO	ON NM	4,76	4,61	4,95	4,79	4,74	0,42↑	4,69	4,74	8.623	3.674.600
LMTB34	LOCKHEED	DRN	2.421,07	2.421,07	2.421,07	2.421,07	2.421,07	1,93↑	2.375,01	-	2	2
LOGG3	LOG COM PROP	ON NM	21,41	21,40	22,23	21,87	21,69	1,30↑	21,69	21,81	1.015	139.400
LOGN3	LOG-IN	ON NM	36,49	36,28	37,99	37,19	37,99	2,84↑	36,90	37,99	171	28.700
LPSB3	LOPES BRASIL	ON NM	2,04	1,93	2,09	2,04	2,05	0,49↑	2,05	2,07	321	138.100
LREN3	LOJAS RENNER	ON NM	15,41	15,33	16,04	15,77	15,65	1,55↑	15,65	15,67	33.982	16.402.400
LUPA3	LUPATECH	ON NM	1,55	1,55	1,60	1,57	1,58	0,63↑	1,58	1,59	539	155.600
LUXM4	TREVISA	PN	-	-	-	-	-	-	14,05	15,70	-	-
LVTC3	WDC NETWORKS	ON NM	3,71	3,71	3,87	3,76	3,87	4,03↑	3,78	3,87	67	54.000
LWSA3	LWSA	ON NM	4,83	4,83	5,01	4,88	4,87	=	4,85	4,88	9.630	4.887.900
M1AA34	MID-AMERICA	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	169,12	-	-
M1BT34	MOBILE JOIN	DRN	-	-	-	-	-	-	27,23	-	-	-
M1CH34	MICROCHIP TE	DRN	218,25	214,99	218,25	216,62	214,99	-3,66↓	207,56	-	2	2
M1DB34	MONGODB INC	DRN	87,00	85,08	87,00	86,36	85,08	-2,78↓	82,90	91,80	6	676
M1GM34	MGM RESORTS	DRN	-	-	-	-	-	-	215,58	250,00	-	-
M1HK34	MOHAWK INDUS	DRN	-	-	-	-	-	-	-	22,44	-	-
M1KC34	MCCORMICK	DRN	-	-	-	-	-	-	95,31	102,70	-	-
M1KT34	MARKETAXESS	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
M1NS34	MONSTER BEVE	DRN	35,53	34,37	35,53	34,63	34,55	-1,59↓	34,00	37,25	17	635
M1PC34	MARATHON PET	DRN	-	-	-	-	-	-	1.000,35	-	-	-
M1RN34	MODERNA INC	DRN	26,70	26,12	27,03	26,55	26,22	-2,99↓	26,09	26,49	48	2.028
M1RO34	MARATHON OIL	DRN	-	-	-	-	-	-	139,79	175,00	-	-

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
M1SC34	MSCI INC	DRN	-	-	-	-	-	-	57,80	79,99	-	-
M1TA34	META PLAT	DRN	94,90	88,30	95,08	90,54	89,14	-5,12↓	89,14	89,15	1.401	280.876
M1TC34	MATCH GROUP	DRN	8,44	8,35	8,44	8,39	8,35	-0,71↓	8,24	9,31	2	2
M1TD34	METTLER-TOLE	DRN	617,15	617,15	617,15	617,15	617,15	-4,38↓	501,01	-	1	9
M1TT34	MARRIOTT INT	DRN	307,11	306,97	307,11	307,01	306,97	-3,35↓	-	-	2	3
M1UF34	MITSUBISHI U	DRN	51,15	51,15	51,15	51,15	51,15	-0,09↓	45,00	54,99	2	2
M2AS34	MASIMO CORP	DRN	23,40	23,40	23,40	23,40	23,40	-2,09↓	-	-	1	890
M2PM34	MP MATERIALS	DRN	-	-	-	-	-	-	14,00	19,00	-	-
M2PW34	MEDICAL P TR	DRN ED	12,80	11,59	12,80	12,20	11,61	-9,29↓	-	12,54	14	357
M2RV34	MARVELL TEC	DRN ED	34,14	32,91	34,14	32,93	33,00	-3,93↓	27,01	38,06	4	851
M2ST34	MICROSTRATEG	DRN	93,71	86,93	93,87	89,83	89,99	-1,54↓	86,00	89,99	146	29.009
MACY34	MACY S	DRN	97,30	96,50	97,30	96,72	96,50	-3,50↓	95,06	103,19	3	130
MAPT3	CEMEPE	ON	-	-	-	-	-	-	5,00	8,85	-	-
MAPT4	CEMEPE	PN	10,30	9,09	10,50	9,88	9,09	-8,18↓	8,06	9,50	23	3.800
MATB11	IT NOW IMAT	CI	57,98	57,98	58,83	58,38	58,83	1,78↑	57,57	60,00	7	5.453
MATD3	MATER DEI	ON NM	5,53	5,53	5,96	5,71	5,69	2,89↑	5,68	5,75	2.744	1.209.400
MBLY3	MOBLY	ON NM	2,30	2,30	2,41	2,35	2,37	3,04↑	2,33	2,37	512	614.800
MCDC34	MCDONALDS	DRN	70,50	70,45	71,20	70,58	70,56	-0,59↓	70,54	71,00	55	3.773
MDIA3	M.DIASBRANCO	ON NM	34,45	34,11	34,49	34,26	34,30	0,23↑	34,26	34,34	2.649	646.600
MDLZ34	MONDELEZ INT	DRN	176,10	175,86	176,12	175,95	176,12	0,19↑	172,96	190,00	5	168
MDNE3	MOURA DUBEUX	ON NM	11,99	11,92	12,59	12,33	12,27	2,84↑	12,27	12,28	3.665	1.056.100
MDTC34	MEDTRONIC	DRN	-	-	-	-	-	-	202,04	-	-	-
MEAL3	IMC S/A	ON NM	1,49	1,49	1,54	1,52	1,52	0,66↑	1,52	1,53	287	294.000
MELI34	MERCADOLIBRE	DRN	60,25	58,30	60,29	58,81	58,50	-2,72↓	58,41	58,50	12.593	1.178.662
MELK3	MELNICK	ON NM	4,57	4,52	4,60	4,56	4,55	=	4,55	4,58	184	69.300
MERC4	MERC FINANC	PN	-	-	-	-	-	-	7,10	8,00	-	-
METB34	METLIFE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	361,97	-	-	-
MGEL4	MANGELS INDL	PN	17,41	17,41	17,99	17,71	17,51	-2,66↓	17,52	18,45	9	1.100
MGLU3	MAGAZ LUIZA	ON NM	1,50	1,49	1,60	1,54	1,54	2,66↑	1,53	1,54	28.956	121.632.600
MILL11	IT NOW MILL	CI	58,81	57,14	58,81	57,70	57,27	-2,61↓	57,27	59,28	10	648
MILS3	MILLS	ON NM	13,07	13,02	13,50	13,15	13,22	1,38↑	13,21	13,22	3.119	1.612.600
MLAS3	MULTILASER	ON NM	2,05	2,05	2,20	2,12	2,09	2,45↑	2,08	2,09	3.284	2.618.500
MMAQ4	MINASMAQUINA	PN	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
MMMC34	3M	DRN	120,36	119,03	120,36	119,92	119,10	-0,55↓	119,10	120,74	23	332
MNDL3	MUNDIAL	ON	46,87	46,69	46,89	46,83	46,69	6,11↑	35,60	46,70	4	400
MNPR3	MINUPAR	ON	18,50	18,50	19,00	18,89	18,97	5,38↑	18,20	18,95	9	2.300
MOAR3	MONT ARANHA	ON	350,00	350,00	380,98	365,49	380,98	-3,53↓	121,00	389,00	2	200
MOOO34	ALTRIA GROUP	DRN	218,46	218,46	218,46	218,46	218,46	2,69↑	214,82	221,19	2	14
MOSC34	MOSAIC CO	DRN	-	-	-	-	-	-	26,28	27,20	-	-
MOTB39	VE MOAT ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	54,35	-	-	-
MOVI3	MOVIDA	ON NM	7,46	7,42	7,68	7,53	7,51	1,21↑	7,50	7,54	5.291	2.092.100
MRCK34	MERCK	DRN	81,68	81,38	81,75	81,64	81,75	-0,30↓	81,00	82,00	11	3.570
MRFG3	MARFRIG	ON NM	9,68	9,55	9,88	9,72	9,80	0,82↑	9,72	9,80	17.228	9.597.600
MRSA3B	MRS LOGIST	ON MB	-	-	-	-	-	-	26,10	-	-	-
MRSA5B	MRS LOGIST	PNA MB	-	-	-	-	-	-	26,06	-	-	-
MRSA6B	MRS LOGIST	PNB MB	-	-	-	-	-	-	26,06	-	-	-
MRVE3	MRV	ON NM	6,41	6,38	6,64	6,54	6,57	2,33↑	6,52	6,57	18.372	14.694.700
MSBR34	MORGAN STAN	DRN	94,97	94,28	95,47	95,35	94,32	-0,68↓	92,42	96,62	19	1.823
MSCD34	MASTERCARD	DRN	77,09	75,98	77,28	76,20	76,24	-1,17↓	75,90	77,03	59	10.656
MSFT34	MICROSOFT	DRN	88,65	86,10	88,65	87,04	86,37	-2,41↓	86,31	86,37	1.306	125.925
MTRE3	MITRE REALTY	ON NM	4,37	4,33	4,60	4,53	4,54	3,41↑	4,54	4,55	1.711	1.074.500
MTSA4	METISA	PN	48,31	48,12	48,47	48,31	48,47	-0,55↓	47,06	48,48	15	1.900
MULT3	MULTIPLAN	ON N2	24,05	23,95	24,40	24,17	24,08	0,79↑	24,06	24,08	17.430	5.954.300
MUTC34	MICRON TECHN	DRN	98,10	91,81	104,99	92,89	104,99	5,62↑	92,75	104,99	101	4.900
MWET3	WETZEL S/A	ON	-	-	-	-	-	-	7,38	26,00	-	-
MWET4	WETZEL S/A	PN	-	-	-	-	-	-	5,07	5,41	-	-
MYPK3	IOCHP-MAXION	ON NM	12,63	12,38	12,69	12,48	12,42	-2,05↓	12,41	12,45	4.520	1.087.500
N1BI34	NEUROCRINE B	DRN	-	-	-	-	-	-	28,77	-	-	-
N1CL34	NORWEGIAN CR	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	103,40	-	-
N1DA34	NASDAQ INC	DRN	158,23	156,42	158,23	156,57	156,58	-1,04↓	156,58	170,00	5	84
N1EM34	NEWMONT GOLD	DRN	202,60	201,80	204,43	203,56	203,29	0,34↑	201,40	208,00	10	58
N1GG34	NATIONAL GRI	DRN	57,36	57,36	57,36	57,36	57,36	4,69↑	54,78	57,01	1	2
N1IC34	NICE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	33,00	-	-	-
N1OW34	SERVICENOW	DRN	76,08	73,88	76,08	74,47	73,97	-5,03↓	70,00	76,02	22	164
N1RG34	NRG ENERGY I	DRN	363,00	363,00	363,00	363,00	363,00	-2,22↓	345,55	-	1	20
N1TA34	NETAPP INC	DRN	512,41	512,41	512,41	512,41	512,41	-2,70↓	-	-	1	30
N1UE34	NUCOR CORP	DRN	82,80	81,84	82,80	82,10	81,84	-0,81↓	72,00	-	2	18
N1VO34	NOVO NORDISK	DRN	81,36	79,68	81,45	80,57	79,84	-0,99↓	79,00	79,84	37	427
N1VR34	NVR INC	DRN	811,00	798,00	811,00	803,20	798,00	-1,98↓	-	-	2	15
N1VS34	NOVARTIS AG	DRN	49,15	49,01	49,15	49,08	49,01	-0,08↓	48,11	49,20	2	2
N1WG34	NATWEST GROU	DRN	36,41	36,40	36,41	36,40	36,40	=	34,40	44,82	3	28
N1WL34	NEWELL BRAND	DRN	35,78	35,72	35,78	35,74	35,72	-0,77↓	34,70	40,38	2	8
N1XP34	NXP SEMICOND	DRN	567,15	567,15	567,15	567,15	567,15	-1,70↓	546,20	-	1	2
N2ET34	CLOUDFLARE	DRN	24,40	24,15	24,40	24,36	24,24	-4,26↓	23,00	-	5	101
N2LY34	ANNALY CAPTL	DRN	-	-	-	-	-	-	93,97	125,04	-	-
N2TN34	NUTANIX	DRN	76,06	76,06	76,06	76,06	76,06	-2,88↓	-	-	1	350
N2VC34	NOVOCURE	DRN	-	-	-	-	-	-	5,82	10,60	-	-
NASD11	TREND NASDAQ	CI	12,68	12,30	12,72	12,47	12,36	-2,36↓	12,31	12,44	1.484	11.449.053
NDIV11	NU REND IBOV	CI	110,49	110,27	110,96	110,50	110,96	0,63↑	110,35	110,96	153	3.435
NEOE3	NEOENERGIA	ON NM	19,90	19,57	20,12	19,72	19,57	-1,26↓	19,56	19,57	8.139	10.697.800
NETE34	NETEASE	DRN	48,41	48,41	48,65	48,46	48,65	0,49↑	-	48,89	20	25.256
NEXT34	NEXTERA ENER	DRN	83,68	83,44	84,24	83,68	84,23	0,08↑	82,07	85,13	9	1.720
NFLX34	NETFLIX	DRN	59,72	57,37	60,45	58,44	57,64	-7,27↓	57,64	58,00	1.404	435.655
NGRD3	NEOGRID	ON NM	0,97	0,97	1,05	1,02	1,03	5,10↑	1,03	1,04	352	384.200
NIKE34	NIKE	DRN	50,18	49,30	50,39	49,68	49,40	-1,61↓	48,36	49,60	68	1.779
NINJ3	GETNINJAS	ON NM	5,10	5,10	5,18	5,16	5,18	1,56↑	5,10	5,18	173	72.800
NMRH34	NOMURA HO	DRN	-	-	-	-	-	-	17,30	31,60	-	-
NOCG34	NORTHROP GRU	DRN	-	-	-	-	-	-	451,00	-	-	-

Indicadores Econômicos

Dólar

		22/04/2024	19/04/2024	18/04/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,1680	R$ 5,1990	R$ 5,2490
	VENDA	R$ 5,1690	R$ 5,1990	R$ 5,2500
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,2037	R$ 5,2263	R$ 5,2506
	VENDA	R$ 5,2043	R$ 5,2269	R$ 5,2512
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,2100	R$ 5,2340	R$ 5,2990
	VENDA	R$ 5,3900	R$ 5,4140	R$ 5,4790

Fonte: BC

Ouro

	22/04/2024	19/04/2024	18/04/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.325,78	US$ 2.390,86	US$ 2.378,14
BM&F-SP (g)	R$ 390,66	R$ 402,33	R$ 402,34

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Abril	0,92	13,75
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75

Reservas Internacionais

19/04.. US$ 351.917 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,95%	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	-0,91%	-4,26%
IPC-Fipe	0,43%	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	1,18%	2,87%
IGP-DI (FGV)	-1,01%	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	-0,97%	-4,00%
INPC-IBGE	0,53%	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	1,58%	3,40%
IPCA-IBGE	0,61%	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	1,42%	3,93%
IPCA-IPEAD	0,27%	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	2,90%	5,88%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,11	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75
UPC (R$)	24,06	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7423	0,7586
COLON/COSTA RICA	35	0,3855	0,3884
COLON/EL SALVADOR	40	0,01033	0,01046
COROA DINAMARQUESA	55	0,7425	0,7427
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03682	0,03691
COROA NORUEGUESA	65	0,4717	0,4719
COROA SUECA	70	0,4768	0,4769
COROA TCHECA	75	0,2191	0,2192
DINAR ARGELINO	90	0,07653	0,0771
DINAR/KWAIT	95	0,03859	0,03875
DINAR/BAHREIN	100	16,8787	16,8861
DINAR/IRAQUE	115	0,003966	0,003973
DINAR/JORDANIA	125	7,3292	7,3507
DINAR SERVIO	133	0,0472	0,04737
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4168	1,4171
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,3507	3,3521
DOLAR/BAHAMAS	155	5,2037	5,2043
DOLAR/BERMUDAS	160	5,2037	5,2043
DOLAR CANADENSE	165	3,7914	3,7938
DOLAR DA GUIANA	170	0,02473	0,02502
DOLAR CAYMAN	190	6,232	6,3082
DOLAR CINGAPURA	195	3,8184	3,8191
DOLAR HONG KONG	205	0,664	0,6641
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7623	0,7714
DOLAR DOS EUA	220	5,2037	5,2043
FORINT/HUNGRIA	345	0,01405	0,01405
FRANCO SUICO	425	5,7052	5,7083
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007008	0,0007021
IENE	470	0,03362	0,03363
LIBRA/EGITO	535	0,108	0,1082
LIBRA ESTERLINA	540	6,4198	6,4226
LIBRA/LIBANO	560	0,0000581	0,0000581
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004002	0,0004003
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1594	0,1596
LIRA TURCA	642	0,1599	0,1602
NOVO SOL/PERU	660	1,4092	1,4094
PESO ARGENTINO	665	0,06241	0,06243
PESO CHILE	715	0,005468	0,005473
PESO/COLOMBIA	720	0,001328	0,001328
PESO/CUBA	725	0,2168	0,2168
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08778	0,08857
PESO/FILIPINAS	735	0,09048	0,09053
PESO/MEXICO	741	0,3038	0,3039
PESO/URUGUAIO	745	0,135	0,1351
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6684	0,6702
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002471	0,002486
RENMIMBI IUAN	795	0,7183	0,7184
RENMINBI HONG KONG	796	0,7176	0,7177
RIAL/CATAR	800	1,4261	1,4274
RIAL/OMA	805	13,5161	13,5177
RIAL/IEMEN	810	0,02078	0,02082
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001239	0,0001239
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3873	1,3875
RINGGIT/MALASIA	828	1,0884	1,0899
RUBLO/RUSSIA	830	0,05531	0,0557
RUPIA/INDIA	860	0,06238	0,06243
RUPIA/INDONESIA	865	0,0003204	0,0003207
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3357	0,3375
SHEKEL/ISRAEL	880	1,3781	1,3792
WON COREIA SUL	930	0,003773	0,003775
ZLOTY/POLONIA	975	1,2826	1,2832
EURO	978	5,5399	5,541

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024 (Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Dezembro/2023	Fevereiro/2024	0,3343	0,5746
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.
Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

03/04	0,01362416	3,04092834
04/04	0,01362467	3,04104219
05/04	0,01362517	3,04115439
06/04	0,01362530	3,04118419
07/04	0,01362530	3,04118419
08/04	0,01362530	3,04118419
09/04	0,01362568	3,04126750
10/04	0,01362620	3,04138404
11/04	0,01362685	3,04153078
12/04	0,01362755	3,04168692
13/04	0,01362791	3,04176583
14/04	0,01362791	3,04176583
15/04	0,01362791	3,04176583
16/04	0,01362825	3,04184201
17/04	0,01362874	3,04195191
18/04	0,01362937	3,04209246
19/04	0,01362998	3,04222860
20/04	0,01363021	3,04228031
21/04	0,01363021	3,04228031
22/04	0,01363021	3,04228031
23/04	0,01363056	3,04235848

Fonte: Fenaseg

TBF

02/04 a 02/05	0,7563
03/04 a 03/05	0,7556
04/04 a 04/05	0,7512
05/04 a 05/05	0,7065
06/04 a 06/05	0,6829
07/04 a 07/05	0,7189
08/04 a 08/05	0,7549
09/04 a 09/05	0,7546
10/04 a 10/05	0,7542
11/04 a 11/05	0,7513
12/04 a 12/05	0,7173
13/04 a 13/05	0,6812
14/04 a 14/05	0,7171
15/04 a 15/05	0,7530

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Março	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Março	0,9600
IGP-M (FGV)	
Março	0,9574

TR/Poupança

12/03 a 12/04	0,1130	0,6136
13/03 a 13/04	0,1100	0,6106
14/03 a 14/04	0,0821	0,5825
15/03 a 15/04	0,0519	0,5522
16/03 a 16/04	0,0501	0,5504
17/03 a 17/04	0,0759	0,5763
18/03 a 18/04	0,1017	0,6022
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940
21/03 a 21/04	0,0628	0,5631
22/03 a 22/04	0,0340	0,5342
23/03 a 23/04	0,0514	0,5517
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675
19/04 a 19/05	0,0362	0,5364

Agenda Federal

sage

Dia 23

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis - a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica. Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "b"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 24

IOF: Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de abril/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.04.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

Dia 25

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. DARF 1097. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. DARF 0676. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838. Darf Comum (2 vias)

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de março/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de março/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
PIS-Pasep - Faturamento (cumulativo) - Cód. Darf 8109
PIS - Combustíveis - Cód. Darf 6824
PIS - Não cumulativo (Lei nº 10.637/2002) - Cód. Darf 6912
PIS-Pasep - Folha de Salários - Cód. Darf 8301
PIS-Pasep - Pessoa Jurídica de Direito Público - Cód. Darf 3703
PIS - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8496

VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

DIVULGAÇÃO / PAULO LACERDA

Orquestra Sinfônica traz obra inédita no Brasil

Três obras que, para além de sua grandiosidade musical, evidenciam a riqueza histórica e humana por trás do repertório de concerto, proporcionando aos espectadores uma viagem através de diferentes épocas e estilos musicais. A Orquestra Sinfônica de Minas Gerais (OSMG), sob regência da maestra Ligia Amadio, interpreta um programa composto pela "5ª Sinfonia" de Tchaikovsky, "Concerto para dois pianos e orquestra", obra de Max Bruch, que será apresentada pela primeira vez no Brasil, e "Nocturno em mi bemol maior", composta por António Fragoso.

A apresentação será nesta quarta-feira (24), às 20h, no Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, e contará com a participação dos renomados pianistas portugueses Artur Pizarro e Bernardo Santos, dentro das comemorações dos 50 anos da Revolução do Cravos - que devolveu a democracia ao país após décadas de regime autoritário.

Na "5ª Sinfonia" de Tchaikovsky, cada um de seus quatro movimentos possui uma atmosfera distinta e transmite uma variedade de sensações, como melancolia, esperança, introspecção e triunfo. Composta entre maio e agosto de 1888, é uma manifestação da maestria do autor em transmitir sentimentos complexos através da música. Já o "Concerto para dois pianos e orquestra", de Bruch, foi inicialmente escrito para órgão e orquestra, e posteriormente adaptado pelo próprio compositor. A obra reflete ecos de Bach e Brahms e, assim como a "Sinfonia nº 5", transporta o público por diversos sentimentos ao longo dos quatro movimentos, com um final festivo. Por fim, o "Nocturno em mi bemol maior", uma das composições mais famosas de Fragoso, possui uma atmosfera nostálgica e demonstra a habilidade do autor em combinar diferentes influências musicais, incorporando elementos de Chopin, Rachmaninov e Debussy.

Viagem pela música europeia - Talentoso pianista e compositor, António Fragoso aprendeu a compor de maneira autodidata, e sua paixão pela música romântica influenciou suas primeiras obras. Durante seu último ano no Conservatório Nacional de Lisboa, Fragoso dedicou-se à orquestração do "Nocturno", com o desejo antigo de vê-lo interpretado por uma orquestra. Seu amigo David de Souza, maestro da Orquestra Sinfônica Portuguesa, havia prometido realizar esse sonho. Infelizmente, isso não chegou a acontecer: em 1918, os dois amigos foram vítimas da gripe pneumônica, que causou milhares de mortes em Portugal naquele ano. Como uma homenagem ao desejo de Fragoso, o "Nocturno" será a primeira obra a ser interpretada pela Orquestra Sinfônica de Minas Gerais no dia 24 de abril.

> *A OSMG, sob a regência da maestra Ligia Amado, interpreta programa composto pelo "5ª Sinfonia de Tchaikovsky", "Concerto para dois pianos e orquestra" - até então, inédita no Brasil - e mais outra obra*

Em seguida, Artur Pizarro e Bernardo Santos sobem ao palco para uma interpretação do "Concerto para dois pianos e orquestra", de Max Bruch. Esta obra foi inicialmente concebida em 1911, após o compositor alemão ficar encantado com o talento das pianistas estadunidenses Ottilie e Rose Sutro, e a história por trás da composição acrescenta uma camada adicional de fascínio: as irmãs Sutro modificaram a obra para se adequar às suas habilidades, e os fragmentos da partitura original só foram redescobertos décadas depois, após a morte das duas, permitindo a reconstrução da versão original de Bruch, que, até 1973, nunca havia sido tocada, e permanece inédita no Brasil. "É um concerto belíssimo – aliás, de todos os que já toquei com a orquestra, é um dos que mais está dando gosto de estudar e ensaiar. Este concerto vai crescendo ao longo de cada movimento e, mais que tudo, é uma obra muito fácil de escutar, muito fácil de seguir e muito fácil de gostar", diz Bernardo Santos.

Os ingressos estão à venda no site *eventim.com.br* e nas bilheterias do Palácio das Artes e têm preços populares: R$30 a inteira e R$15 a meia-entrada.

E hoje (23) tem também programação, às 12h, no Palácio das Artes e ainda há tempo de se programar. Será apresentada ao público mais uma edição do projeto "Sinfônica ao Meio-Dia", com parte do programa que será irá aos palcos nesta quarta-feira. A entrada é gratuita.

Pato Fu faz show nesta quinta-feira na Capital

DIVULGAÇÃO / FABIANA FIGUEIREDO

A Autêntica, casa de shows que surgiu em 2015, na Savassi, e que ocupa hoje um imóvel histórico da Capital (rua Álvares Maciel, 312, Santa Efigênia), celebra nesta quinta-feira (25) seus 9 anos de existência e resistência. Durante esse período de muitos desafios, entre eles uma pandemia, a casa firmou-se um como um dos principais símbolos da cena musical da cidade, que tem uma programação de vanguarda que trouxe artistas de diversas vertentes, gerações e territórios da música brasileira. "Optamos por uma programação autoral, focada na arte, não simplesmente na balada, porque é no que acreditamos, mas é difícil manter sem patrocínios ou recursos de editais. Pagamos um preço por ocuparmos este lugar", analisa o músico e um dos sócios da Autêntica, Bernardo Dias.

Para celebrar o aniversário de 9 anos, haverá uma programação especial nos dias 25, 26 e 27 de abril. A noite desta quinta-feira (25) tem como principal atração o show do Pato Fu, uma das mais importantes bandas de rock brasileiro. Desde 1992 na estrada, a banda mineira está sempre em transformação. Ela já se destacou nas principais premiações nacionais, conquistou um Grammy Latino, recebeu discos de ouro e emplacou canções em trilhas de novelas e é também conhecida por se manter incansavelmente original. Atualmente, o Pato Fu é formado por Fernanda Takai (voz), John Ulhoa (guitarra), Ricardo Koctus (baixo), Xande Tamietti (bateria) e Richard Neves (teclados).

A abertura da casa é às 20 horas e antes do show do Pato Fu tem abertura com o duo Mordomo, formado por Bernardo Dias e Fernando Persiano, cujo trabalho tem influências que vão da MPB clássica ao jazz de cabaré dos anos 40. A apresentação conta com a participação especial de Leo Moraes, músico, compositor, produtor e agitador cultural da cena musical de BH. A discotecagem nesta quinta-feira fica por conta da DJ Dani-se.

Os ingressos para o show do Pato Fu e a programação completa dos demais shows dos 9 anos da Autêntica estão no *site www.aautentica.com.br*.

PBH lança edital Corpo-Território

Com o objetivo de fomentar e estimular a pesquisa na área da dança, a Prefeitura de Belo Horizonte publicou no Diário Oficial do Município (DOM) o Edital de Dança Corpo-Território 2024. A proposta visa selecionar cinco projetos de pesquisa e seus desdobramentos em dança, tendo os museus e Centros de Referência municipais como objeto de investigação. O investimento total será de R$ 100 mil, sendo R$ 20 mil para cada projeto selecionado. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até às 13h30 do dia 13 de junho de 2024. Neste ano, todo o processo de inscrição será on-line por meio da plataforma *www.compras.gov.br*. A abertura das propostas será no dia 13 de junho, às 14h, em sessão pública transmitida pela internet. O edital completo e o link direto para a página de inscrição também estão disponíveis no Portal da PBH. As propostas de pesquisa e seus desdobramentos na área de dança deverão ser desenvolvidos ao longo de três meses.

CARICATTE / MILK SHAKE ESTÚDIO

11º Burn Experience

Uma experiência gastronômica e musical única em Belo Horizonte. É isso o que promete a 11ª edição do Burn Experience que está chegando e promete ser o evento mais esperado pelos amantes de um bom churrasco. Marcado para este sábado (27), das 13h às 20h, o festival acontecerá na Casa de Retiros São José, no bairro Dom Cabral. Desde a 7ª edição, a casa tem sido o local escolhido para sediar o evento. Com um jardim de 10 mil metros quadrados, todo arborizado e acolhedor, o espaço é perfeito para receber as mais de 20 estações de churrasco e outras opções gastronômicas, além das estruturas e palcos para as atrações musicais, que vão do rock ao sertanejo-raiz. A principal atração do tão aguardado evento gastronômico será a experiência prática dos grandes e consagrados *chefs* da equipe Carnívoros BBQ, que comandam mais de 20 postos com deliciosos cortes e receitasOs ingressos já estão à venda pela Central dos Eventos (*centraldoseventos.com.br/xi-burn-*) e são limitados.

Cena 3x4

Seguem abertas até o dia 28 de abril as inscrições para a edição de 2024 do Cena 3x4, um dos mais importantes projetos de fomento à pesquisa e criação cênica de coletivos em Belo Horizonte, criado pela Maldita Cia. de Investigação Teatral. Podem participar grupos em qualquer linguagem das artes cênicas, compreendendo teatro, dança, circo, performances e as mais diversas linguagens híbridas, interessados em estabelecer uma comunidade de criação e investigar a dimensão coletiva da criação. As inscrições podem ser realizadas por meio de formulário *on-line*, no site da Maldita Cia *https://www.malditacia.com/*. A proposta do Cena 3x4 é fazer com que quatro coletivos compartilhem experiências e saberes sobre processos de criação colaborativos e compartilhados, tomando as funções da atuação, dramaturgia e direção como base para a criação, agregando, nesta edição, a função de produção ao núcleo criador. Os grupos serão selecionados por uma equipe de curadoria e convidados a criar um trabalho de dramaturgia inédita e de autoria coletiva, que será apresentado em temporada de dois dias. Para isso, cada coletivo receberá uma verba de R$25 mil para viabilizar sua participação no projeto e a produção de seus trabalhos.

"Retratos de Mujer"

O espetáculo de música flamenca "Retratos de Mujer" tem apresentação única no dia 3 de maio, no Teatro Santo Agostinho (rua dos Aimorés, 2679), em Belo Horizonte. O espetáculo retrata a experiência que cerca ser mulher, por meio da música e da dança flamenca. Realizado pela Casa Carmen e pelo Flamenco Fest Brasil, com apoio do Instituto Cervantes, conta com grande elenco de dançarinos da Companhia Casa Carmen da capital mineira e tem direção, coreografia e roteiro de Fabio Rodríguez, renomado bailarino que passou por diversas companhias espanholas. O espetáculo ainda traz duas bailarinas convidadas: Thaís Maya, diretora da Casa Carmen, e Priscila Mourthé, fundadora do Centro Cultural e Escola de Dança La Farándula. Na música, a apresentação também reúne profissionais renomados: Davi Caldeira, que assina a direção musical, na guitarra flamenca; Helena de los Andes e Diego Zarcón, no canto flamenco; Alejo, na percussão; e no violino, o mineiro, de Belo Horizonte, Ayran Nicodemo. A meia-entrada está disponível a todos até a véspera do show. Informações sobre ingressos podem ser obtidas pelo seguinte telefone: (31) 98332-4331